

organizado por
LÍCIA FREZZA PISA

PESQUISA EM **COMUNICAÇÃO** *no contexto de mídias e educação*



INSTITUTO FEDERAL
Sul de Minas Gerais



organizado por
Lícia Frezza Pisa

PESQUISA EM
COMUNICAÇÃO
no contexto de mídias e educação

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
IFSULDEMINAS – Campus Passos
Biblioteca Clarice Lispector

P564 Pesquisa em comunicação no contexto de mídias e educação / organização Lícia Frezza Pisa. Pousa Alegre : IFSULDEMINAS, 2022.

156 p. ; PDF ; 1,67 mb.

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-89334-33-0

1. Letramento midiático. 2. Mídias e educação. 3. Comunicação. 4. Pesquisa.
I. Pisa, Lícia Frezza, organizador. II. IFSULDEMINAS. III. Título.

CDD 370

Elaborada por Jussara Oliveira da Costa – CRB 6/2801
Bibliotecária IFSULDEMINAS – Campus Passos



Agradecemos ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) e ao Campus Passos pelo apoio ao Projeto Editorial por meio do Projeto de Extensão “Selo Editorial Campus Passos (Lume Editora)”.
(Edital 20/2021 - Projetos de Extensão e Eventos)



Projeto Gráfico e DTP por Lume Editora:
Um Projeto de Extensão do Campus Passos
Sob Orientação do Coordenador Prof. Cleiton Hipólito Alves
Bolsistas Extensionistas: Bruno Reis, Isadora Santos e João Vitor Brandão
Curso Superior de Tecnologia em Produção Publicitária (2022)
Curso Técnico em Comunicação Visual Integrado ao Ensino Médio (2022)

Prefácio

Hoje é 20 de setembro de 2021, estou começando a escrever esse prefácio e não poderia deixar de mencionar que ontem, dia 19 de setembro, se vivo, Paulo Freire completaria 100 anos de existência, por isso comemoramos o centenário de Paulo Freire, que vive e que pulsa em todos os que defendem, lutam e resistem para fazer uma educação de qualidade e que seja realmente transformadora. Freire é considerado um dos pioneiros na área da educação a promover a inter-relação da comunicação com a educação, entendendo a comunicação como um elemento inerente ao processo educativo e o diálogo como o guia dessa ação. E viver numa sociedade midiática, midiaticizada, requer uma educação entrelaçada com o *modus operandi* das mídias para o desenvolvimento das competências necessárias para a participação, para a produção e o consumo consciente e crítico desses produtos, elevando o papel da mídia a um patamar mais colaborativo, transparente e participativo para a democracia representativa.

Com o crescimento das mídias em diferentes contextos, tem havido, há algumas décadas, uma preocupação sobre suas práticas e sua relação com a educação. Reformas educacionais têm sido pensadas e realizadas para problematizar o acesso e as habilidades de uso das TICs (tecnologias da informação e da comunicação). Mais recentemente, o debate sobre o enfrentamento da pós-verdade e fake news faz com que a comunicação midiática seja estudada e incorporada nas escolas, inclusive a nova BNCC (Base Nacional Comum Curricular) faz apontamentos nesse sentido, porém, apesar da área comunicacional ser interdisciplinar, ela não se organiza dessa forma¹, não se espalha por outras áreas, além de não perpassar a formação de professores, deixando um espaço vazio com relação às metodologias e formas de utilizar criticamente a comunicação e as mídias em sala de aula.

Nesse sentido, a UNESCO (WILSON *et.al.*, 2013) adota o termo alfabetização midiática e informacional (AMI) como forma de direcionar projetos de políticas públicas com o objetivo de desenvolver capacidades de interpretação, de crítica e, principalmente, capacidade de produção de conteúdo em

diferentes contextos e mídias visando diminuir as desigualdades sociais que podem ocorrer com as diferentes formas de acesso aos meios de comunicação e informação, ou seja, levando a AMI para populações menos privilegiadas e à margem da sociedade por diferenças de classes, raça, gênero, idade, etnia etc. Por meio da AMI intenta-se desenvolver um olhar crítico sobre as representações midiáticas, uma postura mais consciente e responsável dos sujeitos enquanto cidadãos e da importância da participação social em decisões sobre a coletividade.

A partir da proposta da UNESCO, o núcleo de professores da área de comunicação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS, campus Passos, desenvolveu um curso de Pós-Graduação lato sensu em Mídias e Educação, visando atender à demanda da alfabetização midiática e informacional de professores da cidade e da região.

Com um público de alunos diversos em suas formações, desde as várias licenciaturas, várias formações dentro da área de comunicação social e design, entre outras, percebeu-se a dificuldade de compreensão da pesquisa na área da comunicação, da pesquisa refletindo o papel crítico da mídia na educação, na formação de alunos e professores, assim como as técnicas de pesquisa utilizadas para se fazer pesquisa na interface comunicação-educação.

Sabemos que a área comunicacional apresenta uma diversidade enorme de perspectivas para pesquisa. Segundo Mattos (2018, p. 41), em metapesquisa sobre comunicação analisando textos da Compós (Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação), foram encontrados oito eixos científicos: sociocultural, cibercultural, midiaticização, comunicação e interação mediada, epistemológico, sociopolítico e críticas da comunicação.

Na relação da comunicação com a educação, dentro da perspectiva da alfabetização midiática e informacional, podemos listar algumas intersecções e caminhos para encontrar objetos de pesquisa: estudo de leis e diretrizes, como a LDB ou a BNCC com reflexões e aplicabilidades práticas; análise de projetos pedagógicos; questão de direitos humanos; pluralismo e diversidade

¹ Na Europa, a pesquisa em comunicação aparece em vários cursos de Humanidades.

cultural e de gênero; educação socioambiental; democratização do conhecimento e da informação; promoção da cidadania; cibercidadania; ética digital; curadoria digital; consumo; discursos; produtos midiáticos em relação com a educação: rádio, tv, quadrinhos, redes sociais, música, jornal, games, fotografia etc.; imprensa na escola; independência editorial; ética nas mídias; formação de professores; práticas metodológicas para pensar as mídias na educação; a mídia e a formação da opinião pública; circulação e disseminação de desinformação e fake news; dentre outros.

Assim, o objetivo desta obra, que conta com autores de vários lugares do país, é apresentar, na primeira parte, algumas técnicas de pesquisa e como podem ser utilizadas no recorte mídias e educação, e, na segunda parte, trazer reflexões e possibilidades práticas da pesquisa em mídias e educação.

A primeira parte conta com o artigo *Notas metodológicas sobre a utilização de periódicos impressos em pesquisas acadêmicas*, em que o autor apresenta procedimentos para dinamizar o aproveitamento do material a ser analisado. Em *Os caminhos da pesquisa em reflexão: a internet como instrumento de pesquisa e a iniciação científica*, os autores comentam sobre a pesquisa bibliográfica e estado da arte, pesquisa com bases de dados da web, relevância da pesquisa no âmbito da iniciação científica, apresentado uma questão muito cara ao universo educativo de forma geral, que é a questão da disciplina e indisciplina escolar. Na sequência, *A pesquisa bibliométrica nas ciências humanas e sociais: um exemplo do uso prático desse método com artigos que debatem o comportamento de uma marca em ambiente digital*, traz apontamentos sobre a pesquisa bibliométrica e os passos para realizá-la. Traz como exemplo a relação de *brand* e redes sociais, oferecendo insights para a temática das redes sociais na educação, de marcas educativas na relação com as redes sociais, como perceber diferentes questões relacionadas à localização ou grupo demográfico e, também, compreender onde essas pesquisas estão sendo feitas, quais autores são mais citados, ajudando a compreender o estado da arte da temática escolhida.

A Análise do Discurso (AD) é tratada em *Pesquisas com análise do discurso, educação e educação midiática: apontamentos teóricos e metodológicos*, que apresenta a AD aos leitores mostrando os principais autores da corrente

francesa e os autores brasileiros, traz as conceituações teóricas para se fazer AD e, por fim, apresenta possibilidades de pesquisas em educação. Por fim, *Netnografia aplicada aos processos comunicacionais*, a autora apresenta a netnografia como uma possibilidade de técnica de pesquisa, isolada ou em interação com outros procedimentos metodológicos, para pesquisa online de comunidades, sendo uma ferramenta de trabalho observacional de campo, visando a compreender a interação online, os laços humanos criados nessas comunidades e não apenas as tecnicidades das ferramentas, servindo para a compreensão das comunicações comunitárias.

A segunda parte se inicia com um artigo sobre a questão das fake news. *Nos cem primeiros dias de governo, como o presidente Jair Bolsonaro e os seus filhos usaram o termo fake news no Twitter*, a autora utiliza a técnica de Análise de Conteúdo para compreender como o termo fake news mudou de sentido nas diversas postagens. Na sequência, *Representações midiáticas de minorias: a educação como resistência*, os autores pensam propostas de educação a partir dos Estudos Culturais e da Educação Libertadora e questionadora de Paulo Freire para fazer crítica às representações midiáticas das minorias, das identidades estereotipadas que tendem a construir determinadas hegemonias e para organizar os textos midiáticos como práticas cotidianas, de inserção dos alunos, de demonstração do mundo e dos modos de viver e representar esse viver.

Nesse mesmo sentido, em *Apropriações e Diferenciações no Circuito Comunicativo: desafios da Educação Midiática*, a autora propõe ir além do lugar eurocêntrico e elitizado das academias e traz a proposição de pensar a extensão com a pesquisa por meio do projeto de extensão de produção e minitração de oficinas de leituras crítica de mídia, refletindo sobre como tratar a mídia de forma pedagógica, com o objetivo de compreender a representação da realidade por meio da música e videoclipe e tem na pergunta deflagradora sua proposta metodológica.

Com proposta semelhante, *Projeto Cinedu: letramento midiático e cinematográfico na extensão*, apresenta a aplicação prática do conceito de letramento midiático e cinematográfico como forma de contribuir na formação crítica do público.

Fechando o livro, o artigo *O celular e seus contextos de uso: refletindo sobre a relação de um grupo de jovens estudantes com as tecnologias*, que apresenta um modo de compreender o smartphone como gerador de informação ubíqua, que descentraliza o saber, e mostra como os jovens se apropriam dessas tecnologias, tensionando a realidade entre alunos e professores, e refletindo sobre os atuais processos de comunicação que exigem uma outra escola, mais adaptada a essa realidade.

Boas leituras!

Lícia Frezza Pisa
(Organizadora)

REFERÊNCIAS:

MATTOS, M. A.; BARROS, E. J. M.; OLIVEIRA, M.w E. (org.). **Metapesquisa em comunicação**: o interacional e seu capital teórico nos textos da Compós. Porto Alegre: Sulina, 2018.

WILSON, Carolyn; GRIZZLE, Alton; TUAZON, Ramon; AKYEMPONG, Kwame; CHEUNG, Chi-Kim. **Alfabetização midiática e informacional**: currículo para formação de professores. Brasília: UNESCO, UFTM, 2013. 194 p. ISBN: 978-85-7652-176-1.

Sumário

1. POSSIBILIDADES TEÓRICAS

Notas Metodológicas Sobre a Utilização de Periódicos Impressos em Pesquisas Acadêmicas.....	14
Os Caminhos da Pesquisa em Reflexão: a internet como instrumento de pesquisa e a iniciação científica.....	27
A Pesquisa Bibliométrica nas Ciências Humanas e Sociais: um exemplo do uso prático desse método com artigos que debatem o comportamento de uma marca em ambiente digital	40
Pesquisas com Análise do Discurso, Educação e Educação Midiática: apontamentos teóricos e metodológicos.....	57
Netnografia Aplicada aos Processos Comunicacionais.....	70

2. PESQUISAS NA PRÁTICA

Nos Cem Primeiros Dias de Governo: como o presidente Jair Bolsonaro e os seus filhos usaram o termo <i>fake news</i> no Twitter.....	86
Representações Midiáticas de Minorias: a educação como resistência	103
Apropriações e Diferenciações no Circuito Comunicativo: desafios da Educação Midiática	118
Projeto CinEdu: Letramento Midiático e Cinematográfico na Extensão	130
O Celular e seus Contextos de Uso: refletindo sobre a relação de um grupo de jovens estudantes com as tecnologias	142



**POSSIBILIDADES
TEÓRICAS**

1

Notas Metodológicas Sobre a Utilização de Periódicos Impressos em Pesquisas Acadêmicas

Rodrigo Cardoso Soares de Araujo²

RESUMO: em variados campos do conhecimento os periódicos impressos são utilizados como fonte ou, até mesmo, objeto de investigação. Para isso, alguns procedimentos metodológicos devem ser observados de forma a se instrumentalizar de forma adequada este tipo de documento em fonte de pesquisa. O presente artigo tem como objetivo apresentar uma proposta metodológica para as pesquisas, em distintas áreas do saber, que estejam debruçadas sobre esse tipo de documentação.

PALAVRAS-CHAVE: Metodologia; Periódicos impressos; Ficha de pesquisa.

No momento em que estas palavras estão sendo digitadas acaba de se contabilizar meio milhão de vidas ceifadas pela pandemia da Covid-19, apenas no Brasil. A dor do luto de familiares próximos é, em geral, acompanhada pelo mórbido trabalho de organizar os pertences da pessoa falecida e tomar decisões sobre o que guardar e o que descartar entre os variados registros daquela vida perdida. É muito comum encontrar nesses acervos particulares, pelas mais distintas razões, recortes de trechos de jornais. Independente do motivo que leve um indivíduo ao esforço de guardar para si a memória gravada em determinada publicação, a importância de preservá-la pode não ser reconhecida ou compartilhada, agora, em mãos de terceiros.

Por um problema prático desse amador esforço arquivístico, com o passar do tempo, esse documento tende a perder significado se ele for “arquivado” sem a identificação de informações mínimas acerca daquela publicação. Não raras vezes, tais recortes de jornais de acervos privados omitem elementos tais como o título do periódico, data de sua publicação e informações gerais sobre contexto que levou ao “arquivamento” do material em questão. O mesmo também se passa com outros registros do passado, ao lado dos recortes de jornais, pode-se citar, por exemplo, as fotografias. Sem a especificação do local, data e

contexto da fotografia (por muitos registrada de forma manuscrita no verso), as futuras gerações de uma mesma família talvez não reconheçam a devida importância de cada registro. Mas, diferente da fotografia, o recorte de jornal de um tempo incerto no passado, em nosso hipotético acervo privado revelado *post mortem*, provavelmente, seria descartado com maior facilidade.

Esse tipo de situação no esforço de conservar alguma publicação impressa para a posteridade bem ilustra as dificuldades metodológicas de se fazer pesquisa em periódicos impressos. Presentes como fonte de pesquisa acadêmica em variados campos do conhecimento, por vezes, periódicos impressos podem figurar de forma discreta, como recurso esporádico para embasar algum argumento. Já em outras ocasiões aparecem de forma consistente, acompanhados de criterioso esforço metodológico de análise. Há, ainda, os casos em que a imprensa não é apenas fonte de pesquisa, mas, ainda, objeto de investigação, tal como ocorre com maior frequência nos campos da Comunicação, História, Sociologia, entre outros.

Enquanto fonte, ou mesmo objeto de pesquisa, periódicos impressos figuram, hodiernamente, nos escopos documentais de investigações científicas por variadas razões. Em todos os casos, entretanto, persiste a necessidade de se ater a procedimentos metodológicos específicos que permitam fazer uso desse tipo de documento de maneira adequada. Em vista disso, o objetivo desse artigo é apresentar uma proposta metodológica para a pesquisa acadêmica em periódicos que possa auxiliar novos pesquisadores no esforço de instrumentalizar esses documentos em fonte de investigação. Espera-se que as reflexões desse artigo tenham serventia para analisar diferentes tipos de periódicos, sejam jornais diários, semanários, revistas, folhetins, etc. Cabe observar que, com devidas adaptações, tal proposta poderá ser válida, ainda, para se pesquisar em outras mídias não impressas.

Antes disso, no entanto, faz-se relevante nos determos em algumas sumárias considerações de ordem teórica que, numa relação direta, levar-nos-ão para a proposta metodológica que será apresentada ao final desse artigo. Entre os estudos que se dedicaram à imprensa escrita e outras mídias há recorrência de certos autores figurando entre os referenciais teóricos mais usuais. Entre eles, para os fins aqui propostos, interessa destacar a contribuição de Raymond Williams, particularmente, por seu seminal artigo *Meios de comuni-*

² Professor EBTT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Campus Passos. E-mail: rodrigo.soares@ifsuldeminas.edu.br

ção como meios de produção, publicado originalmente em 1978. Como sugerido pelo título, o artigo enfatiza a importância de pesquisadores dedicados ao estudo dos meios de comunicação os compreenderem dentro do contexto mais amplo das relações produtivas. Em nosso tempo, capitalista.

Como uma questão de teoria geral, é útil reconhecermos que os meios de comunicação são, eles mesmos, meios de produção. É verdade que os meios de comunicação, das formas físicas mais simples da linguagem às formas mais avançadas da tecnologia da comunicação, são sempre social e materialmente produzidos e, obviamente, reproduzidos. Contudo, eles não são apenas formas, mas meios de produção, uma vez que a comunicação e os seus meios materiais são intrínsecos a todas as formas distintamente humanas de trabalho e de organização social, constituindo-se assim em elementos indispensáveis tanto para as forças produtivas quanto para as relações sociais de produção. (WILLIAMS, 2011, p. 69)

Nesse sentido, prossegue Williams, os meios de comunicação estão intrinsecamente subordinados ao tempo histórico de que fazem parte, sendo necessário uma mirada holística para a conjuntura de sua existência. O exercício de remontar o cenário produtivo de um periódico impresso deve levar em consideração, na perspectiva apontada por Williams, as próprias condições técnicas de produção e os diferentes agentes envolvidos nesse processo. Ou seja, um periódico sob análise não deve ser entendido apenas enquanto elemento comunicador na esfera público, mas, ainda, como resultado do esforço de uma cadeia produtiva específica e agente partícipe do universo social em que ele atua.

Ainda nessa direção, segundo Williams, entender os meios de comunicação como meios de produção acarreta em atentar para todas as etapas desse processo produtivo em suas especificidades. Importa, portanto, a tarefa nem sempre fácil de se buscar a contribuição que cada ofício fornece para cada fase na produção. Esse esforço permitirá ao pesquisador conhecer os “bastidores” do(s) periódico(s) sob observação e, a partir disso, vislumbrar outras chaves de leitura daquilo que era publicado. Com essa premissa em vista, compreende-se que cada etapa do processo produtivo determina, em alguma medida, aquilo que se comunica e, indo além, é resultante das motivações políticas e econômicas dos diferentes agentes envolvidos. Em suma, a contribuição teóri-

ca de Williams aponta para o imperioso caminho de se ter em vista não apenas aquilo que se publica efetivamente, mas, ainda, todo o caminho percorrido na transformação de uma informação, ou uma ideia, em material impresso.

Antes de avançarmos para as questões de ordem propriamente metodológicas que aqui nos interessam, cabe dialogar com outra contribuição teórica relevante para os fins desse artigo, que provém daqueles estudos dedicados à história dos livros e da leitura. Em particular, importa recuperar o conceito de sistema comunicativo formulado por Robert Darnton, para quem a história do livro deve obedecer a um percurso metodológico que coloque sob exame cada fase do processo comunicativo e o processo como um todo. Pode-se transpor as reflexões formuladas por Darnton em seus estudos acerca da produção, circulação e recepção de livros na França setecentista, para outros contextos e, ainda, para outros meios de comunicação como, o que aqui nos interessa, os periódicos impressos. Assim, investigar o sistema comunicativo de um jornal, por exemplo, significa ater-se: a) a captação de informações locais e em médias ou longas distâncias; b) os caminhos para transformação das informações em notícias; c) a revisão e composição dos originais; d) a impressão e finalização do produto impresso; e) a distribuição, circulação e venda dos exemplares; f) as diferentes leituras dos jornais pelo público e, por fim, a influência deste naquilo que se publica.

A partir dessas premissas teóricas, devem ficar mais evidentes as dificuldades em se analisar as soltas tiras de jornais desconhecidos, em um passado impreciso, mencionadas no início desse texto. Ainda que se possa, eventualmente, instrumentalizar esses descontextualizados documentos com algum proveito pela simples análise do texto impresso, perguntas elementares tais como: onde foi publicado? Quando? Em qual periódico? Qual o contexto social daquele escrito? Que recepção aquela publicação teve no público leitor? Essas e tantas outras perguntas, provavelmente, ficariam sem respostas ou seriam respondidas de forma fragmentada.

Há, por outro lado, diversos arquivos com acervos acessíveis para se analisar periódicos em coleções completas ou, ao menos, melhor arquivadas. Nestas coleções, questionamentos como os acima formulados nos ajudarão a compor uma análise mais holística daquilo que se publicava. Dito em outras palavras, permitirão vislumbrar as condições técnicas de produção, motivações políticas, interesses econômicos, adversidades, entre outros elementos

pertinentes de acordo com o objeto sob investigação. O primeiro obstáculo que uma pesquisa em periódicos impressos enfrenta é o acesso às coleções. Onde encontrar jornais impressos?

Em diversas partes do mundo vimos, felizmente, na última década, a intensificação do trabalho de digitalização de acervos compostos de fontes documentais diversas³. No Brasil, um dos esforços mais admiráveis no processo de digitalização de acervos foi protagonizado pela Biblioteca Nacional que digitalizou, entre outros documentos, sua extensa coleção de periódicos impressos. Reunida na forma digital, a maior hemeroteca do país conta, no presente momento, com 7.915 coleções⁴. Até a realização desse processo de digitalização, elas estavam, em sua maioria, disponíveis ao público apenas de forma presencial na “Seção de periódicos”, em sua sede no Rio de Janeiro⁵. Podiam ser acessados em microfimes que eram rodados em máquinas específicas para isso, de forma a preservar os originais com a diminuição do manuseio físico desses documentos. Salvaguardadas as amareladas páginas de jornais antigos, por outro lado, a paciência dos que se sentavam diante das máquinas de microfilme era colocada à prova, dada a precariedade da manutenção de algumas delas e a deterioração de alguns microfimes⁶.

Com assombro, o pesquisador calejado com as máquinas leitoras de microfimes da Seção de Periódicos da BN – que já sabia quais as piores e as melhores máquinas do salão dividido com a Seção de Referências – viu-se com pleno acesso a esses materiais, agora sem o intermédio dos diligentes funcionários da instituição, mas no conforto de seu lar. Mais do que a maior comodidade no acesso a esses documentos, a Hemeroteca Digital da Biblio-

teca Nacional (HDBN) foi além, proporcionando se pesquisar a partir de uma ferramenta de busca de palavras-chave que percorre as coleções dos jornais destacando com precisão as passagens de incidência dos caracteres procurados⁷. Inevitavelmente, a metodologia de pesquisa se modificou com esse recurso tecnológico ao se viabilizar saltos precisos ao longo da história de um determinado periódico com pouso certo nas passagens significantes para a pesquisa. Sem essa possibilidade tecnológica, investigar, por exemplo, a forma como determinado jornal diário tratou certo tema, ao longo de um ano de publicação, poderia ser um trabalho de meses. Ademais, quando se está restrito a condições “artesaniais” de pesquisa, muito mais tempo é dispendido na procura das passagens relevantes nos exemplares das coleções do que, propriamente, analisando-as.

Esse recurso tecnológico de identificação de palavras por OCD, no entanto, requer alguns alertas. Em primeiro lugar, cabe observar que esse tipo de pesquisa, por uma infinidade de fatores relacionados ao desgaste dos originais depositados em tais acervos e/ou a qualidade da reprodução das imagens, pode não reconhecer todas as vezes em que, de fato, há presença de determinada palavra. Sobretudo em periódicos mais antigos, isso ocorre quando o sistema não reconhece os caracteres do termo procurado em sua íntegra. Uma segunda questão a ser ponderada é que a pesquisa mais detida nesse tipo de documentação pode ajudar na investigação em outras direções, inclusive, muitas vezes, possibilitando análises que superam as expectativas das hipóteses inicialmente formuladas.

Em suma, inegavelmente, a pesquisa que goza da utilização deste recurso tecnológico é mais objetiva ao possibilitar a detecção das ocorrências de determinado termo de busca em milhares de páginas, numa fração de segundos. Por outro lado, a investigação que não faz uso apenas desse recurso, mas se dedica a análise dos exemplares para além de pontuais momentos em saltos no tempo tende a desvelar outros elementos. Muitos deles não percep-

³ Alguns exemplos dessas iniciativas podem ser encontrados em: Biblioteca Digital del Patrimonio Iberoamericano (<http://www.iberoamericadigital.net/BDPI/Inicio.do>), Biblioteca Nacional da Argentina (<https://www.bn.gov.ar/>), Gallica (<https://gallica.bnf.fr/accueil/fr/content/accueil-fr?mode=desktop>), Biblioteca Digital Mundial (<https://www.wdl.org/pt/>).

⁴ Acesso em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

⁵ Alguns periódicos ou microfimes eram depositados em outras Seções (Obras raras e Manuscritos).

⁶ Atividade comum entre parte dos professores de História da Educação Básica da cidade do Rio de Janeiro era enviar os seus alunos para a Biblioteca Nacional para que eles pesquisassem os jornais em datas importantes da história do Brasil (abolição da escravidão, Proclamação da República etc.). Outra atividade rotineira era solicitar que os alunos pesquisassem em jornais microfilmados as notícias publicadas no dia do nascimento de cada um. Com o desgaste de uso, naturalmente, os microfimes mais requisitados se tornaram de impraticável leitura.

⁷ “A consulta, possível a partir de qualquer aparelho conectado à internet, é plena e avançada. Pode ser realizada por título, período, edição, local de publicação e palavra(s). A busca por palavras é possível devido à utilização da tecnologia de Reconhecimento Ótico de Caracteres (Optical Character Recognition – OCR), que proporciona aos pesquisadores maior alcance na pesquisa textual em periódicos. Outra vantagem do portal é que o usuário pode também imprimir em casa as páginas desejadas”. In: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 20/09/2021.

tíveis em leituras aligeiradas e restritas a poucos parágrafos publicados em descontinuidade temporal. Nesse sentido, a proposta metodológica com que se concluirá esse artigo pretende dirimir eventuais equívocos na análise de trechos espaçados e descontextualizados de um periódico.

Obviamente, a HDBN não contempla a totalidade de jornais que circularam, ou ainda circulam, em mais de duzentos anos de imprensa no Brasil. Material corriqueiro de arquivos e bibliotecas, esse tipo de documento se encontra com certa facilidade em acervos de instituições públicas e privadas do país. Vale observar que nas próprias redações dos jornais, muitas vezes, é possível ter acesso às coleções dos números publicados. A possibilidade de consulta a elas, entretanto, varia de caso a caso a depender de uma série de fatores que vão desde as condições de armazenamento e manuseio, até a solicitude dos responsáveis por tais acervos.

Independente do meio pelo qual se tenha acesso a um periódico – seja o original impreso, uma reprodução de microfilme ou, ainda, uma imagem digital exibida por pixels –, perduram algumas questões inalteradas no trato metodológico que se deve reservar a esse tipo de material. Não importando, nesse sentido, se a pesquisa se dá exclusivamente na morosidade da pesquisa “artesanal”, restrita à capacidade física do pesquisador debruçado sob a coleção de um periódico, ou se ela goza do apoio de recursos tecnológicos como o acima mencionado.

Resolvida a questão primeira que é o efetivo acesso ao(s) periódico(s) que se pretende investigar, cabe agora a parte mais delicada e exigente do processo: o trabalho de leitura e análise. Estar diante de coleções com centenas, ou mesmo milhares de páginas, evidencia a necessária organização procedimental para que o tempo destinado à leitura seja otimizado com vistas aos objetivos de análise. Dito em outras palavras, a pesquisa em periódicos impressos que se inicia sem uma metodologia adequada, provavelmente, será marcada por bastante retrabalho e perda de informações. Faltando-nos a magnífica habilidade do personagem “Funes, o memorioso”, de Jorge Luís Borges, quem a tudo lembrava nos mínimos detalhes, a tendência é que as informações confiadas meramente em nossa capacidade mnemônica se percam no momento de sistematização de dados e escrita.

Pode-se aqui fazer um paralelo com a própria pesquisa bibliográfica, tarefa elementar e, ao mesmo tempo, primordial para todos os campos do co-

nhecimento. Quem já passou pela experiência de se dedicar com afinco ao estudo de algum tema pode falar com propriedade sobre a importância de não apenas ler as obras levantadas, mas, fundamentalmente, fazer fichamentos, tomar notas, fazer correlações entre os textos etc. Ter, ou não, uma organização metodológica para estruturar um debate bibliográfico, certamente, será determinante na qualidade do estado da arte que se pretenda elaborar.

O uso de jornais impressos em pesquisas acadêmicas, de forma similar, exige do pesquisador uma metodologia própria orientada de maneira clara e objetiva. Nesse sentido, pretende-se aqui dialogar com duas propostas de fichamento de periódicos para, em seguida, propor um outro modelo a fim de auxiliar estudantes e outros pesquisadores na elaboração de trabalhos de conclusão de curso (TCC's) e produções textuais afins. Esse modelo poderá servir, ainda, com as devidas adaptações, para o estudo de outras mídias escritas tais como blog's, periódicos virtuais, páginas de redes sociais etc.

O primeiro modelo de ficha que nos interessa, elaborado especificamente para a pesquisa em periódicos brasileiros do século XIX, está presente no livro *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*, de Mariana Monteiro de Barros e Marco Morel. A proposta de ficha, formulada por esse último, ainda que figurando na obra sem maior alarde, apresenta uma eficaz ferramenta metodológica para sistematizar as informações disponíveis nesse tipo de documentação.

No artigo *Na oficina do historiador: diálogos entre história e imprensa*, Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto propõem um modelo de ficha semelhante ao de Morel. Nas palavras delas, um “roteiro de análise da imprensa periódica”. Também para as autoras, a pesquisa nesse tipo de documentação deve examinar informações que possam ampliar a interpretação daquilo que foi publicado, levando em consideração quem escreve, a posição política do periódico, seus anunciantes, a conjuntura de atuação etc. Segundo as autoras:

[...] a primeira coisa é lembrar que os materiais da imprensa não existem para que os historiadores e cientistas sociais façam pesquisa. Transformar um jornal ou revista em fonte histórica é uma operação de escolha e seleção feita pelo historiador e que supõe seu tratamento teórico e metodológico no decorrer de toda pesquisa desde a definição do tema à redação do texto fi-

nal. A imprensa é linguagem constitutiva do social, detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa /sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe. (CRUZ; PEIXOTO, 2009, p. 260)

Ainda que Cruz e Peixoto se refiram aos historiadores e cientistas sociais em particular, esses apontamentos de ordem metodológica por elas sugeridos são relevantes para campos acadêmicos variados que na pesquisa empírica tenham alguma interface com a imprensa escrita. De pouco adianta termos, como já argumentado, fragmentos esparsos de um jornal se não imprimirmos uma mirada para a totalidade de sua existência. Assim, para se instrumentalizar um jornal, em sua totalidade ou parcialmente (colunas, artigos de fundo, cadernos, cartas dos leitores, entre outros recortes), em fonte de pesquisa se faz necessário identificar elementos subjacentes e determinantes para a existência dessa publicação.

A fim de auxiliar neófitos pesquisadores debruçados sobre a imprensa enquanto fonte ou objeto de pesquisa, conclui-se essas notas metodológicas com a proposta de um modelo de ficha para análise de periódicos impressos. Parte-se, importa dizer, das propostas elaboradas por Morel e Cruz e Peixoto sem pretender, com isso, superar ambas as contribuições. Pelo contrário, muitos dos componentes do modelo de ficha a seguir, naturalmente, também se encontram nesses trabalhos. Na concepção de seu modelo de ficha, Morel levou em consideração periódicos oitocentistas, logo, ele não tinha a intenção de propor um modelo que abarcasse elementos econômicos, gráficos e editoriais próprios da imprensa em recortes temporais mais recentes. Cruz e Peixoto, por sua vez, propõem um roteiro de análise com coleta de informações bastante elaborado, adequado para historiadores ou pesquisadores experimentados nesse tipo de investigação. No roteiro delas, além da identificação de diferentes elementos gráficos das publicações, as autoras dão centralidade à dimensão da história política dos periódicos.

A relevância da presente proposta, então, justifica-se por ela possuir uma estrutura mais genérica e, em função disso, de mais fácil utilização para pesquisadores de diferentes campos do conhecimento. Não se pre-

tende, entretanto, que esse modelo de ficha seja “engessado”. Afinal, seria inviável concebe-lo de forma a comportar todas as singularidades encontradas em periódicos impressos, publicados em tempos diversos. Como se verá, a depender do recorte temporal, das condições técnicas de produção, da conjuntura, entre tantos outros fatores, alguns campos de preenchimento do modelo de ficha proposto não serão pertinentes para todos os casos. Se pesquisando um periódico anterior ao último quartel do século XIX, por exemplo, nada se poderia assinalar sobre as agências de notícias, uma vez que elas só se fixaram no país após o estabelecimento da comunicação telegráfica com a Europa via cabo submarino, em 1874. Nada se encontraria, nesse mesmo exemplo, sobre vendedores de jornais, fotografias etc. Dessa maneira, o modelo a seguir foi pensado a fim de colaborar, meramente, enquanto ponto de partida para que outros pesquisadores elaborarem seus próprios percursos metodológicos.

Modelo de Ficha para Pesquisa em Periódicos Impressos:

I. Informações básicas

Título:	
Subtítulo:	
Epígrafe ou slogan:	
Datas de início e término de publicação:	
Periodicidade:	
Local de impressão:	
Local de edição:	
Sucursais:	

II. Aspectos editoriais/gráficos

Formato (Standard, tabloide, folheto etc.):	
Número de páginas:	
Composição da primeira página (editorial, manchete, imagens, anúncios etc.):	

Iconografia (litogravuras, charges, fotografias etc.):	
Seções fixas e colunas assinadas:	
Suplementos e cadernos especiais:	
Outros impressos anexos:	
Maquinário utilizado na impressão:	

III. Agentes envolvidos

Proprietário(s) ou grupo proprietário:	
Diretor(es):	
Principais redatores:	
Colaboradores recorrentes:	
Tipógrafos ou gráficos:	
Vendedores de jornais:	
Outros profissionais:	

IV. Linha editorial e contexto de atuação

Posição política:	
Região de maior cobertura ou interesse:	
Principais temáticas abordadas:	
Gêneros jornalísticos presentes:	
Agências de notícias republicadas:	

V. Aspectos econômicos

Tiragem:	
Formas de venda, assinatura e/ou avulsa, com respectivos valores:	
Locais de venda avulsa:	
Principais anunciantes:	
Modelos de anúncio:	
Outras publicações subvencionadas:	
Outras formas de arrecadação:	

VI. Relacionamento com os leitores

Público alvo:	
Publicação de textos (“cartas”) dos leitores:	
Outras formas de interação com os leitores:	

VII. Informações do acervo

Disponível em (arquivo, biblioteca, centro cultural, site etc.):	
Condições da coleção (indicar eventuais lacunas/ausências):	
Condições de acesso (original, microfilme, digital):	

REFERÊNCIAS:

ARAUJO, Rodrigo Cardoso Soares de. **Caminhos na produção da notícia:** a imprensa diária no Rio de Janeiro (1875 – 1891). (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: UERJ, 2015.

BARROS, Mariana Monteiro de; MOREL, Marco. **Palavra, imagem e poder:** o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **“Na oficina do historiador: diálogos entre história e imprensa”.** In: Projeto História. n. 35. p. 253 – 270. São Paulo, 2007.

DARNTON, Robert. **A questão dos livros:** passado, presente e futuro. Tradução: Daniel Pellizzari. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Kindle Edition.

DARNTON, Robert. “História da leitura”. In: Peter Burke (org.). **A escrita da História:** novas perspectivas. Trad.: Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Trad. Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

MCKENZIE, Donald F. **Bibliography and the Sociology of Texts**. Cambridge: University Press, 2004.

SCHUDSON, Michael. **Discovering the news**: a social History of american newspaper. Basic Books, 1978. Kindle Edition.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa da Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

WILLIAMS, Raymond. "Meios de comunicação como meios de produção". In: **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

WILLIAMS, Raymond. "A imprensa e a cultura popular: uma perspectiva histórica". In: **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. História e imprensa. São Paulo: EDUC, 2007.

Os Caminhos da Pesquisa em Reflexão: a internet como instrumento de pesquisa e a iniciação científica

Camila Moura Pinto⁸

Samuel Vinicius Moreira da Silva⁹

O intuito deste artigo é apresentar algumas reflexões acerca da web como instrumento de pesquisa e sua relação com a formação discente, tendo como base o trabalho de um bolsista de iniciação científica da Universidade do Estado de Minas Gerais. Intitulada "Caminhos da pesquisa: mapeamento da produção científica brasileira sobre o tema da disciplina escolar no século XXI", a pesquisa iniciou-se em 2019 e ainda se encontra em andamento. Teve como objetivo geral mapear a produção científica brasileira do século XXI sobre o tema da disciplina/indisciplina escolar. Menos direcionada a este recorte, no entanto, o intuito do artigo é apresentar a metodologia utilizada e o seu papel na formação do futuro pesquisador. Tendo isto em vista, vale colocar que o mapeamento foi construído a partir de um recorte bastante modesto: o Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior (CAPES), a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e o portal Scientific Electronic Library Online (SciELO). É válido mencionar que a plataforma Sucupira foi incorporada na última etapa da pesquisa.

O recorte temático envolveu o interesse da equipe em compreender o olhar dado pelos programas e estudantes de pós-graduação da comunidade acadêmica brasileira sobre o tema da disciplina/indisciplina escolar, pois concordamos com Aragão & Freitas (2012) quando afirmam ser crucial para a compreensão da sociedade conhecer a maneira pela qual as instituições de ensino exercem o seu poder de disciplina e como isso impacta a cultura esco-

⁸Coordenadora do curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado de Minas Gerais, unidade de Passos. E-mail: camila.pinto@uemg.br.

⁹Bolsista PAPQ (Programa de apoio à pesquisa da UEMG) da Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade de Passos. E-mail: samuel.2194389@discente.uemg.br

lar. Eles argumentam que desde suas concepções mais antigas e tradicionais, quando o intuito das práticas disciplinadoras era submeter o aluno ao controle dos educadores, até concepções mais modernas que procuram realizar uma espécie de disciplina positiva (Nunes e Assman, 2000), atrelando simbolismo construtivista à disciplinarização, punir e disciplinar são aspectos inerentes ao ato de educar. Ao final do levantamento chegou-se à conclusão de que o tema da disciplina/indisciplina é mais abrangente e complexo do que se imaginava e que é investigado para além do campo da educação. Percebeu-se, também, que com o levantamento seria possível colher informações e tecer hipóteses acerca das trajetórias acadêmicas dos pesquisadores, ampliando o próprio objeto da pesquisa, a partir da inclusão não somente dos caminhos da pesquisa, em si, mas de seus idealizadores.

A pesquisa, cujo objeto é compor um levantamento bibliográfico, seguiu os apontamentos teórico-metodológicos de Ferreira (2002); Romanovski e Ens (2006) e de Silva e Malfitano (2018), sendo construída a partir do desenvolvimento de três etapas consecutivas. A primeira delas, concluída e desenvolvida em 2019, foi constituída de um levantamento quantitativo das dissertações e teses que versavam sobre o tema disciplina/indisciplina escolar, a partir do recorte temporal de 2000 a 2018. Utilizando-se dos descritores disciplina e indisciplina escolar foi realizado um mapeamento por títulos nos bancos de dados disponíveis para navegação na *web*, supracitados. Nessa primeira busca, de caráter quantitativo e exploratório, foram encontradas 184 dissertações de mestrado e 37 teses de doutorado. A partir dessa quantificação foi realizado o agrupamento do volume de trabalhos levantados a partir de duas categorias cruzadas: teses e dissertações; e regiões do Brasil.

Na segunda etapa, as reflexões de Ferreira (2002) foram cruciais. De acordo com ela, pesquisas do tipo estado da arte ou estado do conhecimento, após levantamento quantitativa necessitam de um tratamento qualitativo. Sugere, então, a leitura de seus resumos, visando a construção de novas categorias de análise em complemento as já criadas. Esse processo possibilitou enumerar os programas de pós-graduação onde esses trabalhos foram defendidos; as principais áreas do conhecimento em que estavam vinculados; e seus principais referenciais teóricos. Tomando esses dados como referência foram criadas 4 novas categorias, além das duas anteriormente construídas: sujeitos, investigação, metodologia e resultados. Esta etapa foi concluída em 2020.

Seguindo as mesmas orientações metodológicas, terceira e última etapa foi constituída pela leitura das introduções e conclusões dentre algumas pesquisas reunidas e teve como objetivo aprofundar as impressões deixadas pela leitura dos resumos¹⁰. A ideia era que esta fase possibilitasse a elaboração de análises mais sólidas sobre esses trabalhos, indicando alguns caminhos para a compreensão da produção científica brasileira sobre o tema da disciplina/indisciplina escolar no século XXI. Como já mencionado, esta etapa também possibilitou a construção de inferências acerca das trajetórias acadêmicas descritas em algumas introduções e conclusões, colocando em questionamento não apenas os caminhos da pesquisa, mas, também, de seus pesquisadores.

Situado o tema que orientou os mapeamentos e levantamentos quantitativo e qualitativo da pesquisa, o artigo apresenta duas reflexões centrais: a instrumentalização da *web* como fonte de pesquisa acadêmica, sobretudo a necessidade de se construir um objeto e metodologia muito bem definidos e recortados dada a imensidão do espaço virtual e suas infinitas possibilidades de uso e navegação; para esta construção utilizaremos algumas reflexões de Sueli Fragozo *et.al.* (2013). A outra abordagem envolve os desafios e as vantagens de se construir uma pesquisa com *web* do tipo estado da arte do conhecimento tendo em vista, sobretudo, alguns pontos levantados pelo bolsista de iniciação científica que envolvem tanto os caminhos da pesquisa científica brasileira sobre o tema da disciplina/indisciplina escolar, quanto o papel da pesquisa em sua formação.

Nas considerações finais, além de retomar alguns pontos discutidos ao longo do texto, chamamos atenção para a necessidade de maior investimento público em bolsas de iniciação científica, monitorias e políticas de permanência estudantil. Essas ações justificam-se, pois é fundamental para a formação do futuro pesquisador a vivência e a experiência prática no universo da pesquisa e isso demanda custos.

¹⁰Não foi possível ter acesso a todos os trabalhos levantados nos sites e base de dados consultadas nas duas primeiras etapas da pesquisa, pois somente a partir de 2014, com a implantação da Plataforma Sucupira, passou a ser possível o acesso, na íntegra, das dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas nos programas de pós-graduação do país.

A instrumentalização da web como fonte de pesquisa

Quando falamos de pesquisas em *sites* da *web*, um dos primeiros problemas metodológicos que podemos enfrentar é o da amostragem, no sentido de que o espaço da *web* é um universo de investigação muito amplo, fragmentando e bastante difícil de ser recortado em função de sua escala. O próprio número de computadores conectados à internet deu um salto impressionante. De acordo com Sueli Fragoso (2013) e as demais organizadoras do livro “Métodos de pesquisa para a *internet*”, nos últimos dez anos, o número de computadores conectados à *internet* cresceu mais de dez vezes. (FRAGOSO *et.al*, 2013, *apud*, Internet Systems Consortium, 2010); é preciso atualizar esses dados, pois naquela época, 41% da população tinha acesso à *internet*. Atualmente, de acordo com o Comitê Gestor da Internet e os dados levantados pela pesquisa TIC Domicílios em 2019, três em cada quatro brasileiros, ou seja, em média 134 milhões de pessoas possuem acesso à rede mundial de computadores. Se o número de lares com acesso a *web* vem aumentando a cada década, é maior ainda o volume de informações que circulam na *web*, intensificando a dificuldade de se estabelecer esse recorte. De acordo com matéria publicada no *site* do jornal O Globo, em 2020, o volume de dados armazenados em formato digital seriam equivalente a uma fileira de iPads Air, dos mais finos, de 256 mil quilômetros de extensão. A previsão é de que no fim da década, esse número aumentará para seis pilhas, ou seja 1,6 milhão de quilômetros! O cálculo é ainda mais impressionante quando dividimos esse montante pela população conectada: 6 mil gigabytes por pessoa¹¹.

Ou seja, a intensificação tanto do volume de dados, quanto da incorporação da *web* ao cotidiano de nossas atividades diárias, acaba potencializando as reflexões acerca da centralidade da *internet* em nossas vidas, tanto como campo de pesquisa e investigação acadêmica, no que tange a sua instrumentalização enquanto fonte de levantamento e coleta de dados, quanto em sua inserção em nossa vida cotidiana, impactando a construção do conhecimento e formação humana. Assim:

(...) a internet pode ser tanto objeto de pesquisa (aquilo que se estuda), quanto local de pesquisa (ambiente onde a pesquisa é realizada) e ainda, instrumento de pesquisa (por exemplo, ferramenta para a coleta de dados sobre um determinado tema e assunto. (FRAGOSO, RECUERO e AMARAL, 2013, p.17).

A provocação das autoras é interessante, pois remete ao conceito de Mídiação. Discutido, entre outros, por Stig Hjarvard da Universidade de Copenhague, o conceito gira em torno da ideia de que é central o papel das mídias no tecido social, indo muito além de seu papel tecnológico enquanto meio de comunicação. Seu caráter de mediação vai além da construção da opinião pública, permeando os meandros da formação humana e da produção do conhecimento atual, visto que as informações não circulam de modo unilateral e unidimensional, mas a partir das próprias mídias mediando usos e apropriações dessas mídias. Nesse sentido, a rede mundial de computadores amplia as vozes dos antes considerados receptores de mensagens, ou público alvo. Mediando as relações sociais e a forma como a informação e o conhecimento circulam nas diferentes culturas é importante compreender as mídias dentro da teoria geral da sociedade, estruturando e moldando uma série de comportamentos e ações sociais.

De certa forma, estas ideias dialogam com um artigo publicado em 2003 por Wolfgang Leo Maar, que a partir da teoria da semiformação de Adorno, tece reflexões interessantes sobre o papel das mídias na formação humana. De acordo com este autor, a mídia de massa exerce papel fundamental na formação de nossos princípios e moralidade, nos formando parcialmente. Apesar de não se debruçar sobre a rede mundial de computadores, é possível transpor essa reflexão ao contexto midiático atual e refletir sobre o papel da *internet*, como fundamental nos processos de semiformação nos dias atuais, sendo inegável a existência de uma lógica estrutural de funcionamento da sociedade ancorado pela *web*. Nesse sentido, desde uma ida ao supermercado quando utilizamos o cartão de crédito para pagar as compras, ao desenvolvimento de uma pesquisa científica, a rede mundial de computadores é elemento central da vida urbana e contemporânea.

Vale, aqui, uma ponderação, evitando cair em armadilhas próprias das visões “encantadas” sobre o assunto, pois obviamente o processo de exclusão

¹¹Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/estudo-da-emc-preve-que-volume-de-dados-virtuais-armazenados-sera-seis-vezes-maior-em-2020-12147682>. Acesso: 10 de setembro de 2021.

digital de boa parte da população mundial a essa rede mundial é um fato inegável. É clara a existência de uma distribuição desigual no acesso à rede mundial de computadores, sobretudo no que diz respeito a renda dos brasileiros e seus domicílios, visto que a distribuição por gênero e raça aparecem de forma equivalente (73% dos homens e 74% das mulheres, 75% dos brancos, 76% dos pardos e 71% dos negros). Todavia, de acordo com a pesquisa TIC Domicílios de 2019, 77% dos domicílios da área urbana acessam à internet, em contrapartida, 53% da população residente na área rural não possui acesso. Um outro dado interessante diz respeito ao uso dos dispositivos. Os smartphones aparecem em 99% dos acessos, enquanto que o computador 42%. Essa distância sugere que o acesso à internet no Brasil é precário, visto que boa parte da população acessa a rede mundial de computadores através de seu celular, ou seja, por plano de dados e não banda larga fixa, comprometendo e limitando a navegação dos usuários.

Compreendida, então, como componente fundamental da estrutura e do tecido social (HJARVARD, 2014), a rede mundial de computadores deve ser considerada como artefato cultural (HINE, 2000) e não mera tecnologia da comunicação e informação. Ao gerar e mediar não apenas dados, mas comportamentos culturais, é um produto e uma prática social incorporada pela e na cultura (MARTÍN BARBERO, 2009) e, por isso, participa da formação dos sujeitos. Sendo assim, a *internet* não é parte da cultura e nem um domínio independente da realidade presencial sob o rótulo de *cyberespaço*, terminologia que limita sua compreensão, ela é engendrada e incorporada pelas culturas.

Essa divisão, própria da década de 1990, pode ser explicada a partir de três elementos centrais: 1) havia certo modismo em torno do próprio surgimento da *internet*, enquanto um *hype* em relação às mídias existentes; 2) a polarização real X virtual como base da compreensão da *internet* como nicho cultural; 3) e o entendimento da *web* enquanto esfera autônoma, a partir da ideia de espaços *on line* e *off line* (POSTIL, 2010, *apud* FRAGOSO *et. al.*, 2013).

A partir dos anos 2000, no entanto, a tendência dos estudos sociais é se voltarem à compreensão dos objetos dentro de suas próprias dinâmicas culturais. Isso significou, para o estudo das mídias, abarcar usos e recepções, buscando compreendê-las a partir da perspectiva da apropriação e incorporação (MARTÍN-BARBERO, 2009; FRAGOSO, RECUERO e AMARAL, 2013). Como artefacto cultural, a rede mundial de computadores não pode ser compreen-

hendida como uma esfera autônoma sob a égide de um “mundo *off-line*”. Tanto seus usos e apropriações, quanto sua produção e consumo são dispersos entre múltiplos locais, instituições e indivíduos.

Assim, apresentando-se como uma espécie de “camaleão investigativo” podendo ser, ao mesmo tempo, objeto, instrumento e fonte de pesquisa, além do fato de estar inserida em nosso cotidiano, a rede mundial de computadores pode ser tomada tranquilamente como elemento central dos processos formativos atuais, justamente porque vivemos um período de intensa midiáticação da sociedade.

No caso da pesquisa aqui apresentada, a *web* não foi utilizada somente como fonte e instrumento de pesquisa para compreender os caminhos investigativos percorridos pelos pesquisadores brasileiros interessados em conhecer o tema da disciplina/indisciplina escolar no século XXI, seu recorte temático. O seu uso possibilitou a equipe observar e refletir, também, sobre a importância do método para a construção de pesquisas desenvolvidas única e exclusivamente no ambiente virtual, dada sua amplitude enquanto objeto e campo de investigação.

A importância da metodologia em pesquisas com *internet*: como se fazer um mapeamento bibliográfico na *web*?

Tendo consciência dos limites metodológicos que existem no desenvolvimento de um estudo em formato estado da arte, os levantamentos quantitativo e qualitativo da pesquisa desenvolvida, puderam auxiliar não somente a criação de uma compreensão geral sobre a produção acadêmica brasileira sobre o tema da disciplina/indisciplina escolar, mas também sobre a importância de se seguir uma determinada orientação metodológica quando o *locus* da pesquisa é a rede mundial de computadores. Para o bolsista de iniciação científica o aprendizado foi tamanho, visto que desde sua primeira etapa precisou estabelecer recortes metodológicos relacionados ao objeto da pesquisa: um mapeamento bibliográfico na base de dados scielo e no repositório de teses e dissertações da CAPES.

Zaia Brandão (1986) coloca que investigações relacionadas à construção de Estado da Arte ou Estado do Conhecimento são constituídas de levantamentos do que se conhece sobre determinada área e que são centrais à pro-

dução do conhecimento, pois possibilitam não apenas conhecer e quantificar essas pesquisas, mas construir uma avaliação da situação da produção do conhecimento da área em enfoque.

Ferreira (2002) define Estado da Arte ou do Conhecimento como estudos bibliográficos que visam a inventariação e propõe que se realize esse tipo de pesquisa tomando como ponto de partida diferentes bases e bancos de dados. Outra contribuição importante são as reflexões de Romanowski (2006), que defende que pesquisas do tipo estado do conhecimento não devem se restringir a um mero trabalho de identificação quantitativo da produção acadêmica, sendo necessário além de levantá-los, mapeá-los com o intuito de abranger os diversos enfoques e perspectivas adotados pelos autores. De acordo com sua visão é preciso examinar as contribuições das pesquisas tendo em vista não somente o assunto, mas a área e campo do conhecimento em que se insere. Seguindo essa orientação, o primeiro mapeamento teve a intenção de agrupar, quantificar e categorizar os trabalhos levantados por regiões do Brasil, número de teses e dissertações. Dessa leitura, percebeu-se grande disparidade entre as regiões do Brasil, estando concentrados mais de 70% dos trabalhos defendidos na região sudeste.

Interessante refletir acerca não somente dos dados levantados, mas como qualquer primeira etapa de um processo investigativo exige do pesquisador ou pesquisadora mapear e levantar a produção acadêmica disponível sobre o objeto em investigação. Nesse sentido, é possível afirmar, sem medo, que toda a pesquisa se inicia com um mapeamento bibliográfico, mesmo que não tenha a pretensão de desenvolver um estado da arte sobre o tema em questão. E, no caso dos dias atuais, esse levantamento certamente começará pelas bases de dados da rede mundial de computadores. Conclui-se, então, que qualquer boa pesquisa, independentemente de seu tema e recorte, inicia-se com um bom levantamento bibliográfico, que por sua vez não deve ser aleatório, mas seguir orientações metodológicas.

Da mesma maneira, Soares (2000) afirma que para elaborar um bom levantamento é necessário definir primeiramente os descritores com o intuito de direcionar a busca das informações. No caso aqui apresentado, os descritores foram: disciplina/indisplina escolar e práticas escolares disciplinadoras. Também é necessário estabelecer e localizar os bancos de dados a serem visitados (na pesquisa foram consultados o portal de dissertações e teses da CAPES e o *Scielo*).

Seguindo, então, os preceitos metodológicos de Ferreira (2002), Romanovski e Ens (2006) e Soares (2000) foi realizado o levantamento quantitativo a partir do recorte dos descritores e das bases de dados selecionadas, primeira etapa da pesquisa. Em seguida, passamos a segunda etapa, quando foi realizado um mapeamento qualitativo a partir da leitura dos resumos que teve como objetivo sistematizar o levantamento a partir da criação de categorias de análise.

É preciso colocar que conforme indica Ferreira (2002), é preciso ter cautela ao tratar os resumos, pois estes constituem uma fonte básica de referência para muitos pesquisadores. A autora alerta que ao adotar a leitura dos resumos, os seus leitores devem estar atentos a alguns elementos como os objetivos da apresentação do trabalho, o local de sua produção, o tipo de comunicação a que apresenta, se uma comunicação oral, artigo científico ou uma tese. Visto que o resumo é o cartão de visitas de uma pesquisa acadêmica, deve-se, estar atento às condições de produção dos mesmos. Vale destacar que Romanovski e Ens (2006) chamam atenção para a importância de se perceber o campo do conhecimento em que a pesquisa situa-se.

Cada resumo, seguindo algumas reflexões sobre os gêneros discursivos de Bakhtin (1997), foi lido como um dos gêneros do discurso da esfera acadêmica. Sendo assim, partiu-se do princípio de que os resumos possuem, apesar de uma mesma finalidade, formas distintas de apresentação, implicando em condições específicas de produção e interpretação. Sendo um gênero do discurso, cada resumo deve ser lido como um todo (enunciado) composto pelos elementos que o constituem: o estilo narrativo, seu conteúdo temático e sua estrutura composicional. Por outro lado, não podemos esquecer, assumindo o princípio de dialogismo de Bakhtin, que cada resumo integra uma cadeia de comunicação verbal com outros resumos. Uma tese pode virar um artigo e ser resumida de uma outra maneira ao ser apresentada em um Colóquio, por exemplo. Assim, a produção dos resumos suscita respostas e responde a outros resumos. Foi observado, nesse sentido, que os resumos das dissertações e teses presentes no mapeamento, apesar de uma aparente homogeneidade apresentam suas especificidades, seja nas distintas representações dos autores sobre este gênero discursivo, seja pelo próprio confronto dessas representações em um universo maior, como por exemplo, suas alocações em distintas bases de dados.

A estrutura formal dos resumos foi levada em conta, sabendo-se que enquanto gênero do discurso possuem um conteúdo temático que apresenta aspectos das pesquisas a que se referem; uma estrutura composicional, que anuncia a investigação apontando o percurso metodológico da pesquisa chegando aos seus resultados. Eles são marcados, ainda, por uma linguagem enxuta e descritiva, a partir da utilização de frases assertivas em tom impessoal, sem detalhamento e de preferência com ausência de adjetivos e advérbios.

A partir desses três elementos (estrutura formal, conteúdo temático e estilo verbal), foi possível construir quatro categorias de análise em complementação ao levantamento quantitativo realizado: investigação, sujeitos, metodologia e resultados. Com o objetivo aprofundar o mapeamento já realizado, foi preciso atrelar a essas leituras suas introduções e conclusões, processo ainda em andamento, mas que já vislumbra algumas hipóteses e resultados.

À guisa de conclusão: a instrumentalização da *internet* e a formação do futuro pesquisador

Sonia Livingstone, em artigo bastante conhecido para pesquisadores preocupados em compreender o papel das mídias na formação humana, coloca que é necessário desenvolver a literacidade digital nos processos educacionais. Ela defende que um dos pontos cruciais para pensar os atuais processos formativos humanos é compreendê-los a partir de sua relação com as mídias. Mais especificamente, chama atenção para a necessidade de se criar estratégias no ensino que instrumentalizem a *internet* e seus usos de forma crítica, ética e responsável.

Em 2021, ano em que esse artigo foi escrito, muito se discute o papel da rede mundial de computadores, sobretudo das redes sociais, na construção de “verdades alternativas”. A planicidade da terra, a desconfiança e o negacionismo científico tem arrefecido os ânimos e polarizado a sociedade. Ataques, discursos de ódio e uso indevido das redes sociais são alguns pontos em debate. Nessa realidade, a educação crítica tem papel central porque é a arma mais importante contra a manipulação midiática, que vale lembrar, como aponta Habermas (2003), é parte da própria configuração da esfera pública. Nesse sentido, é central educarmos para a “digital literacy” (LIVINGSTONE, 2004) e ensinar

aos nossos estudantes, incluindo os de graduação e iniciação científica, que os discursos e os conteúdos que circulam na *internet*, não são a realidade, mas uma interpretação da mesma. Assim, a rede mundial de computadores deve ser compreendida como fonte de busca e instrumento de pesquisa e como tal multifacetada e polivalente.

Como já colocado, é por esse motivo que as pesquisas que tomam a internet como instrumento de pesquisa devem ser muito bem recortadas. A metodologia que desenha essas buscas precisa ser muito bem desenhada para que o objeto não se perca no espaço infinito de tantas possibilidades e caminhos investigativos. As interpretações dos dados colhidos e produzidos a partir dessas procuras, metodologicamente referenciadas, devem ser eticamente responsáveis. Isso deve ser um princípio norteador da instrumentalização da *web* como fonte de pesquisa, é preciso marcar!

Assim, em qualquer pesquisa, seja ela trivial ou acadêmica, é necessário recortar dentro do vasto universo de informações e dados disponíveis na rede mundial de computadores, os locais de sua busca. Como se tratava de uma pesquisa acadêmica, era fundamental buscar bases de dados confiáveis e cientificamente respaldadas, por isso foram tomadas como fonte o *Scielo* e o repositório de dissertações e teses da CAPES. Pode parecer óbvio, a princípio, mas esta lição é importantíssima para a formação da jovem pesquisadora e do jovem pesquisador. Em conversa de orientação de pesquisa, o bolsista de iniciação científica, uma vez, colocou que sempre faria dessa maneira, que sempre procuraria por bases de dados confiáveis para o desenvolvimento de suas pesquisas futuras.

Além desse ponto, que diz respeito ao viés pedagógico das reflexões aqui apresentadas, vale mencionar uma outra questão acerca do Ensino Superior. É central para a construção do tipo de formação discente, aqui defendida, maior vontade política no investimento em bolsas de iniciação científica. O tripé ensino, pesquisa e extensão que sustenta qualquer Universidade depende do trabalho de milhares de estudantes de graduação que se dedicam aos projetos de pesquisa e isso só é possível a partir da concessão de bolsas de pesquisa. A vida material e prática dentro de qualquer sociedade capitalista exige essa reflexão, pois não podemos nos esquecer que o pesquisador, seja ele graduado, mestre ou doutor, seja em processo de formação, é também trabalhador. Por isso, é central colocar em discussão nos Conselhos Superiores das Universidades as pautas que envolvam, direta ou indiretamente, a formação estudantil remunerada, pois se preocupam em conjugar princípios for-

mativos, atrelados ao viés pedagógico da formação universitária, à valorização do trabalho discente. Desse modo, políticas de permanência, como por exemplo, auxílio *internet*, devem ser encarados como pressupostos educacionais, pois são ações centrais para a formação global do estudante. Não nos esqueçamos do que revelou a pesquisa TIC Domicílios 2019: é necessário melhorar a qualidade da navegação na rede mundial de computadores com a ampliação do acesso a partir da difusão da banda larga, visto que apenas 42% daqueles que acessam a web, o fazem pelos seus smartphones. Não é preciso ser *expert* no assunto para inferir que os estudantes pobres estão entre aqueles que possuem navegação precarizada.

Os caminhos da pesquisa, como já colocado, também revelaram alguns traços interessantes sobre a trajetória dos pesquisadores que vale a pena compartilhar, à guisa de conclusão. De acordo com a leitura feita pelo bolsista das introduções e conclusões dos trabalhos levantados pelo mapeamento, exposto em relatório de pesquisa, há algumas trajetórias descritas. Destas, o bolsista inferiu que o papel das experiências como estágio, TCC, iniciação científica e grupos de pesquisa, ainda na graduação, podem ser marcantes a ponto de definirem a trajetória profissional do futuro pesquisador. Ele acrescenta que “é necessário que cada instituição não deixe como secundária essas questões, se o intuito for melhorar a qualidade de formação de seus profissionais”. Isso significa que a experiência no campo prático também é um fomentador de questões científicas e que o próprio bolsista reconhece a necessidade de maior investimento em políticas de incentivo, permanência, auxílio estudantil, incluindo neste combo, as bolsas de iniciação científica. Assim, pode-se concluir que uma pesquisa bem recortada, metodologicamente estruturada e cientificamente respaldada são pilares para a construção não apenas dos caminhos da pesquisa e das trajetórias acadêmicas de seus pesquisadores, mas da própria formação global do estudante universitário.

REFERÊNCIAS:

ARAGÃO, M. & FREITAS, A. **Práticas dos castigos escolares:** enlaces históricos entre normas e cotidiano In: *Conjectura*, v. 17, n. 2, p. 17-36, maio/ago. 2012.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal.** São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRANDÃO, Zaia; BAETA, Anna Maria Bianchini; ROCHA, Any Dutra Coelho. **Evasão e repetência no Brasil:** a escola em questão. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Dois Pontos, 1986.

FERREIRA, N. S. A. (2002) “As pesquisas denominadas “estado da arte.” **Educação e Sociedade** .Vol. 23, N° 79, p. 257-272.

FRAGOSO, S. et. Al. **Métodos de pesquisa para a internet.** Porto Alegre: Sulina, 2013.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública:** investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HINE, C. **Virtual Ethnography.** London: Sage, 2000.

HJARVARD, S. **Midiatização:** conceituando a mudança social e cultural. In: *Matrizes*, São Paulo, jan/jun 2014

LIVINGSTONE, S. **What is media literacy?** *Intermedia*, 32 (3). pp. 18-20.

MAAR, W.L. Adorno, Semiformação e educação. Dossiê Adorno e a educação. In: **Educação e Sociedade**. 24. (83). Agosto 2003

MARTIN-BARBERO. J. **Dos meios às mediações:** comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

NUNES, N. & ASSMAN, J. A escola e as práticas de poder disciplinar. In: **Perspectiva**. Florianópolis, v.18, n.33, p.135-153, jan/jun 2000.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. **As Pesquisas Denominadas do Tipo “Estado da Arte” em Educação.** Dezembro, 2006, p. 37-50.

SOARES, Magda Becker; MACIEL, Francisca: *Alfabetização / Organização*. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2000. **Revista Diálogo Educacional**, vol. 6, n. 19.

A Pesquisa Bibliométrica nas Ciências Humanas e Sociais: um exemplo do uso prático desse método com artigos que debatem o comportamento de uma marca em ambiente digital

Matheus Berto¹²

RESUMO: A evolução tecnológica observada, sobretudo nas últimas duas décadas, alterou de forma profunda os mais variados aspectos da vida cotidiana, entre eles as pesquisas acadêmicas. De todas as metodologias acadêmicas existentes uma das mais impactadas por essa evolução tecnológica foi a pesquisa bibliométrica que passou a receber notoriedade e visibilidade com a digitalização das informações e das fontes de pesquisa científicas. Apesar de estar sendo utilizada com cada vez mais frequência essa técnica e seus processos ainda são desconhecidos por parte dos pesquisadores e por isso esse artigo tem o objetivo de apresentar uma visão geral do uso desse método e um exemplo de aplicação prática dessa metodologia a fim de estimular novas aplicações dessa técnica. Apesar de ter-se utilizado o recorte *Brand* e redes sociais, salienta-se que essa técnica adequa-se a qualquer objeto de pesquisa e pode ser utilizado tanto no ambiente acadêmico quanto mercadológico.

PALAVRAS-CHAVE: Metodologia Científica, bibliometria, internet, brand, redes sociais

Introdução

A pesquisa bibliométrica é uma ferramenta metodológica que tem por objetivo categorizar a produção acadêmica de uma área determinada de conhecimento utilizando dados matemáticos e estatísticos em publicações acadêmicas com o objetivo de identificar padrões e estabelecer previsões de análise em uma determinada área de estudos (DIODATO; GELLATLY, 2013; THOMPSON; WALKER, 2015 & LENINE; MÖRSCHBÄCHER, 2020).

Atualmente esse tipo de pesquisa tem se tornado muito popular no ambiente acadêmico (principalmente nas áreas das ciências humanas e sociais) graças ao desenvolvimento e a popularização de plataformas de pesquisa di-

gitais como, por exemplo, *Google Scholar*, *Microsoft Academic*, *Scielo*, *Scopus*, *Web of Science* ou *Mendeley*, para citar alguns que permitem acesso fácil e rápido a um grande número de artigos e revistas acadêmicas e a possibilidade de refinar buscas utilizando diferentes categorias de análise (COSTAS, 2017).

Duas das principais vantagens do uso dessa técnica é a possibilidade de cruzamento de informações presentes em diferentes bancos de dados de forma rápida e com baixo custo e a facilidade de reprodutibilidade da pesquisa, visto que os dados (na maioria dos casos) é de conhecimento público.

Apesar do interesse do ambiente acadêmico por essa metodologia, existe ainda muito desconhecimento sobre o uso e a aplicação dessa técnica. Sendo assim esse trabalho objetiva a apresentação do uso prático desse método tendo como base artigos que abordavam os conceitos de *Brand* associados às redes sociais.

Referencial Teórico

A digitalização da informação contribuiu para a melhora dos trabalhos das mais diferentes áreas, entre elas a científica. Para o ambiente acadêmico o uso de softwares e plataformas digitais contribuiu para uma previsão de cenários e simulação de tendências mais assertivas e para o levantamento de dados em bancos cada vez maiores, fazendo com que o uso da metodologia bibliométrica ganhasse força (DA CONCEIÇÃO MOREIRA; GUIMARÃES; TSUNODA, 2020).

A pesquisa bibliométrica (também chamada de levantamento bibliométrico) é uma ferramenta de análise metodológica que tem sido utilizada em diversos estudos e por diferentes áreas de conhecimento (MARTÍNEZ et al., 2015) e faz parte de uma metodologia de pesquisa chamada de pesquisas métricas que além da bibliometria compõe Altmetria, Arquivometria, Cibermetria, Cientometria, Informetria, Patentometria e Webometria (CURTY; DELBIANCO, 2020).

Do ponto de vista da forma, a construção de um artigo científico que utiliza a bibliometria apresenta a mesma estrutura de qualquer artigo científico, ou seja, introdução, revisão de literatura, aspectos metodológicos, resultados e considerações finais, podendo ser alterada segundo os interesses do autor; do ponto de vista do conteúdo estes trabalhos se aproximam das bibliográficas, porém possuem características específicas.

¹²Professor EBTT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Campus Passos. E-mail: matheus.silva@ifsuldeminas.edu.br

Nos dois casos utiliza-se uma base de dados documental, contudo, no caso da pesquisa bibliográfica (que é qualitativa) objetiva-se a identificação da essência dos pensamentos e conceitos apresentados pelos diferentes autores investigados, ao passo que na pesquisa bibliométrica (que é quantitativa) espera-se o levantamento estatístico e a medição de indicadores capazes de apontar a produção, a disseminação e a evolução de uma determinada área de conhecimento ou objeto de estudos além de apontar tendências e padrões para diferentes campos científicos.

Diferentes são os indicadores possíveis nesse campo de estudos, porém os mais utilizados, de acordo com Soares, Picolli e Casagrande (2018), estão relacionados no Quadro 01.

Com o objetivo de propor uma padronização a ser seguida pelos estudos bibliométricos, Zupic e Čater (2015) apresentaram uma metodologia a ser adotada para alcançar melhores resultados científicos. Tal fluxo metodológico possui cinco etapas: Identificação da pergunta de pesquisa e seleção dos métodos bibliométricos; escolha das bases de dados; identificação da necessidade de utilização de um software bibliométrico para as análises e seleção do software; tabulação e representação dos dados selecionados e interpretação dos dados.

Quadro 01: Indicadores Bibliométricos

INDICADORES	CONCEITO
Conceito Lei de Lotka	Investiga as distribuições de frequência da autoria de artigos de determinado tema/área.
Lei de Bradford	Investiga as distribuições de frequência do número de artigos publicados por periódicos de determinado tema/área.
Lei de Zipf	Investiga as distribuições de frequência do vocabulário de textos de determinado tema/área.
Número de publicações por autor, revista, instituição ou tema	Investiga o volume de publicações de autores, periódicos, instituições ou temas de determinada área.
Número de coautores/colaboradores	Investiga a dinâmica do volume de pesquisa realizada de forma colaborativa, seja entre pesquisas individuais ou em grupo, ou nacionais e internacionais.
Copublicações: publicação com autores de diferentes países, instituições	Investiga a cooperação entre representantes de entidades e países, em pesquisas conjuntas, com a finalidade de criar uma matriz que evidencie os principais parceiros e forneça a descrição da rede científica.
Número de citações	Investiga o impacto dos artigos, dos periódicos e dos pesquisadores em função do número de citações. Índice de afinidade. Investiga a taxa relativa de trocas científicas (entre países, instituições) por meio de citações.

Índice de afinidade	Investiga a taxa relativa de trocas científicas (entre países, instituições) por meio de citações.
Laços científicos	Investiga e mensura a influência de redes entre diferentes comunidades científicas.
Cocitações	Investiga o número de vezes que dois ou mais artigos são citados, simultaneamente, num mesmo artigo.

Fonte: Soares, Picolli e Casagrande (2018).

Atualmente existem diferentes softwares e bases de dados que contribuem para esse tipo de pesquisa que é impulsionada também pela ampla digitalização de informações e fácil acesso aos dados no ambiente científico contemporâneo sendo que as fontes de pesquisa mais utilizadas e com maior credibilidade nesse tipo de pesquisas são as plataformas Scopus e Web of Science, porém fontes como Scielo ou outras plataformas também tem sido adotadas, tudo depende do objetivo da pesquisa e do acesso dos autores às fontes.

Aquelas publicações indexadas em bases de dados internacionais, como a Web of Science e a Scopus são avaliadas com base em métricas bibliométricas disponíveis (...) as bases de dados com maior cobertura regional, como a Scielo são avaliadas por seu impacto local ou regional, considerando a importância do conteúdo desenvolvido e objetivos da pesquisa (OLIVEIRA & AMARAL, 2017).

Apesar de ser muito utilizada para a investigação de aspectos bibliográficos e de citação e referência, Wolfram (2017) lembra que esse tipo de metodologia pode ser utilizada também na análise de outros diferentes conjuntos de dados como: mineração de dados e de texto, análise de redes publicamente disponíveis, ligações com base em citações (citação direta, cocitação, acoplamento bibliográfico) ou coautoria, por exemplo.

Forma de Aplicação

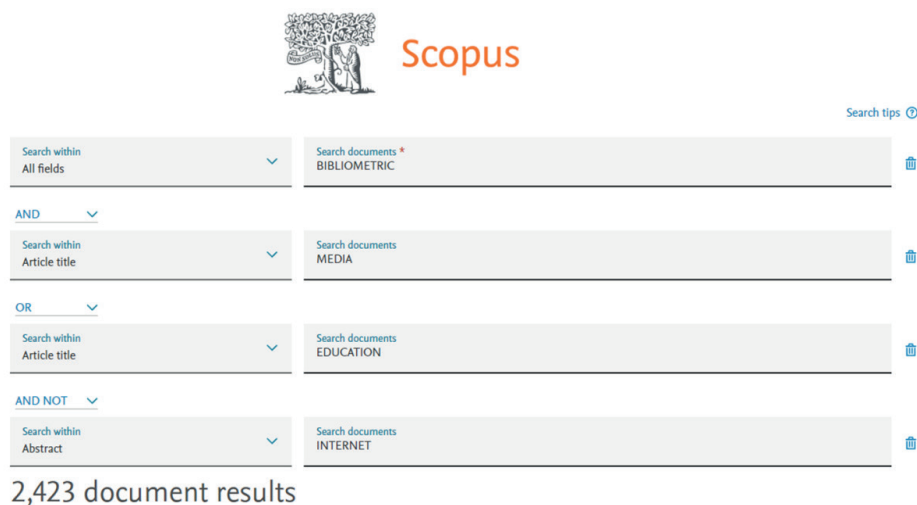
O uso dessa técnica se inicia com o uso de uma pesquisa *Booleana*¹³ com as palavras-chave que se pretende pesquisar. Cada plataforma possui um conjunto de campos que podem ser usados nas pesquisas e que podem estar presentes em

maior ou menor número, porém os principais e mais utilizados são: Ano de Publicação; Área temática; Autor; CODEN; DOI; Evento (no caso de ser um artigo publicado em anais); ISSN; Língua; ORCID; País, cidade ou instituição de afiliação do pesquisador; Palavras-chave; Referências; Resumo; Tipo de literatura; Título do artigo; Título do periódico; Todos os índices.

Através do uso da ferramenta 'Busca Avançada' é possível ainda realizar uma pesquisa com mais de uma palavra-chave com o uso do campo *AND*, escolher pesquisar sinônimos com o uso do campo *OR*, optar por pesquisar um determinado tema excluindo-se assuntos não importantes para a pesquisa com o uso do campo *AND NOT*, ou ainda realizar uma pesquisa com uma mescla dessas técnicas.

As Figuras 01 e 02 representam esse tipo de pesquisa sendo aplicadas em duas plataformas diferentes o *Scopus* (banco de periódicos internacional e de acesso pago) e o *Scielo* (banco de periódicos nacional e de acesso gratuito).

Figura 01: Exemplo de pesquisa – Plataforma Scopus



The image shows the Scopus search interface. At the top, there is the Scopus logo and a search bar. Below the search bar, there are four search filters: 'Search within All fields', 'Search documents BIBLIOMETRIC', 'Search within Article title', 'Search documents MEDIA', 'Search within Article title', 'Search documents EDUCATION', and 'Search within Abstract', 'Search documents INTERNET'. The search results section shows '2,423 document results'.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Apesar de utilizarem as mesmas palavras-chave e os mesmos processos de pesquisa, observa-se uma grande diferença entre os resultados das buscas nas duas plataformas (2.423 trabalhos no portal *Scopus* e 279 trabalho no

¹³Técnica de pesquisa que utiliza operadores (*AND*, *OR* e *NOT*) para combinar palavras-chave com o objetivo somar, alternar ou negar os termos de busca.

portal *Scielo*) e isso não é uma exceção. Geralmente os bancos de dados internacionais e de acesso através de assinaturas tendem a ter volumes maiores de periódicos cadastrados e número superiores de países e línguas participantes, além de apresentarem trabalhos com maior notoriedade e relevância acadêmica. Contudo a ausência de acesso a esses portais não é um elemento inviabilizador do uso da metodologia bibliométrica. O Quadro 02 apresenta os principais portais de periódicos nacionais e internacionais, de acesso privado e gratuito que podem servir de base para as pesquisas.

Figura 02: Exemplo de pesquisa – Plataforma Scielo



The image shows the Scielo search interface. At the top, there is the Scielo logo and a search bar. Below the search bar, there are three search filters: 'AND mídia', 'OR educação', and 'AND NOT internet'. The search results section shows 'Resultados: 279' and 'Ordenar por Publicação - Mais novos primeiro'.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Quadro 02: Relação de plataformas de pesquisa

PLATAFORMA	ENDEREÇO ELETRÔNICO	FORMA DE ACESSO
Elsevier	https://www.elsevier.com/	Pago
Emerald	https://www.emerald.com/	Pago
Microsoft Academic	https://academic.microsoft.com/	Gratuito
Portal Periodicos Capes	https://www.periodicos.capes.gov.br	Gratuito
Redalyc	https://www.redalyc.org/	Gratuito

ResearchGate	https://www.researchgate.net/	Gratuito
Scielo	https://www.scielo.br/	Gratuito
Scopus	https://www.scopus.com/	Pago
Web of Science	https://www.webofscience.com	Pago

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Em relação às informações postadas no Quadro 02 é preciso elucidar duas coisas. A primeira é que as plataformas de acesso pago (em alguns casos) permitem acesso limitado aos conteúdos (como resumos, palavras-chave e citações, por exemplo) permitindo certa utilização dos textos. A segunda é que, apesar de ser muito utilizada, a plataforma Google Acadêmico (<https://scholar.google.com.br/>) não foi considerada um portal de periódicos visto que as revistas não estão disponíveis nesse site de forma indexada e não é possível pesquisar as informações nesse site com a mesma completude que se faz nas demais plataformas.

Tendo como base as informações aqui expostas, o próximo capítulo apresentará o uso prático dessa metodologia tendo como pano de fundo artigos que abordavam os conceitos de *Brand* associados às redes sociais.

Aspectos Metodológicos

Com o objetivo de testarmos a aplicabilidade dessa metodologia, realizou-se uma análise bibliométrica dos artigos que abordavam os conceitos de *Brand* associados às redes sociais. Os artigos foram selecionados através das plataformas *Web of Science* e *Scopus* utilizando-se um método de seleção quantitativo valendo-se de uma pesquisa *booleana* dos títulos dos artigos através do cruzamento das seguintes palavras-chave: Country AND Brand AND “Social Network”; Country AND Brand AND “Social Networks”; Nation AND Brand AND “Social Network”; Nation AND Brand AND “Social Networks”, Place AND Brand AND “Social Network”; Place AND Brand AND “Social Networks”; Place AND Image AND “Social Network”; Place AND Image AND “Social Networks”; Brand AND Image AND “Social Network”; Brand AND Image AND “Social Networks”; Brand AND “Social Network”; Brand AND “Social Networks”; Branding AND “Social Network”; Branding AND “Social Networks”; Brand AND Tourism AND “Social Network”; Brand AND, Tourism AND “Social Networks”, Tourism AND

“Social Network”; Tourism AND “Social Networks”; Brand AND “Tourist Destination” AND “Social Network” e Brand AND “Tourist Destination” AND “Social Networks”.

Dentre essas buscas apenas os cruzamentos Brand AND Image AND “Social Networks”; Place AND Image AND “Social Network”; Place AND Brand AND “Social Networks”; Brand AND “Social Network”; Brand AND “Social Networks”; Brand AND “Tourist Destination” AND “Social Network”; Tourism AND “Social Network” e Tourism AND “Social Networks” encontraram artigos.

O uso da pesquisa bibliométrica nesse contexto teve o objetivo de identificar a quantidade de artigos publicados em cada um dos cruzamentos; categorizar os temas abordados pelos artigos; classificar os autores mais citados; determinar uma distribuição temporal da produção acadêmica e achar o número de autores que versam sobre o tema. Salienta-se que esse recorte foi utilizado apenas de forma a exemplificar o uso dessa técnica, porém essa metodologia pode se adequar a qualquer objeto de pesquisa e pode ser utilizado tanto no ambiente acadêmico quanto mercadológico.

Principais Achados da Revisão Bibliométrica

A quantidade de artigos publicados em cada um dos cruzamentos e a distribuição temporal da produção acadêmica

A partir dos cruzamentos já apresentados foram encontrados 228 artigos; desses, 49 artigos foram descartados por estarem duplicados, uma vez que apareceram em dois ou mais cruzamentos ou nas duas fontes de pesquisa, resultando em um número total de 179 artigos investigados. Na *Tabela 01* pode-se verificar o total de artigos por palavra-chave, ano e base de dados coletada.

Essa é a única tabela em que apresentar-se-á o número de artigos em sua totalidade, ou seja, 228 artigos, optou-se por apresentar os dados dessa forma principalmente para ter-se uma noção do volume de publicações em cada uma das bases de dados.

Tabela 01: Apresentação do número de artigos por Palavras-Chave e por Ano

Base de dados	Palavras-Chave da Pesquisa	Ano										Total por Palavra-chave	
		2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	N/A	%
Web Of Science	Brand AND "Social Network"	1	9	6	7	9	6	2	1	3	1	45,00	19,74
	Brand AND "Social Networks"	0	1	5	6	2	7	0	1	1	1	24,00	10,53
	Brand AND "Tourist Destination" AND "Social Network"	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1,00	0,44
	Tourism AND "Social Network"	2	1	7	4	2	1	2	0	1	1	21,00	9,21
	Tourism AND "Social Networks"	2	6	3	3	2	0	0	1	0	0	17,00	7,46
Scopus	Brand AND "Social Network"	4	12	7	9	13	10	3	2	4	2	66,00	28,95
	Brand AND "Tourist Destination" AND "Social Network"	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1,00	0,44
	Tourism AND "Social Network"	5	5	7	3	1	3	3	0	2	5	34,00	14,91
	Tourism AND "Social Networks"	6	4	5	1	2	0	0	1	0	0	19,00	8,33
	Total por ano de publicação (N/A)	20	38	42	33	31	27	10	6	11	10		
Total por ano de publicação (%)	8,77	16,67	18,42	14,47	13,60	11,84	4,39	2,63	4,82	4,39	228,00	100,00	

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

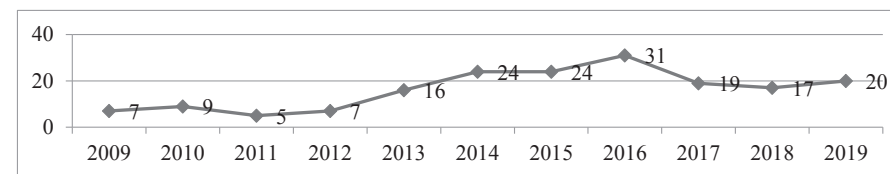
Através de uma análise dos dados apresentados na tabela pôde-se observar a existência de uma maior publicação nas revistas indexadas na plataforma *Scopus*, que recebeu 120 (53,63%) artigos contra 108 (47,37%) artigos publicados nas revistas indexadas na plataforma *Web Of Science*. Todavia, dada a baixa diferenciação percentual entre os valores, não se tratou esse dado como uma tendência para os estudos da área.

Ainda no que se refere a essa tabela pôde-se verificar um uso maior da palavra-chave "Social Network" que foi utilizada em 168 (73,68%) artigos, enquanto "Social Networks" foi utilizada em 60 (26,32%) artigos, podendo-se concluir que o uso da expressão no singular pode ser uma tendência entre os pesquisadores dessa área.

No que se refere à distribuição temporal, apesar da pesquisa inicialmente se propor a investigar artigos dos últimos 20 anos, os resultados encontra-

dos partiram do ano de 2009, o que é justificado uma vez que as plataformas de interação social (conhecidas popularmente como redes sociais) foram disseminadas a partir dos anos 2000, como atesta Castells (2011), fazendo sentido que passassem a receber a atenção da academia apenas após esse período.

Nesse sentido a pesquisa aponta uma tendência de aumento do número de pesquisas sobre o tema a partir do ano de 2013, como demonstra o *Gráfico 01*. Até o ano de 2012 observa-se uma média de sete publicações anuais sobre esses temas e a partir do ano de 2013 essa média aumentou para 22 publicações anuais, o que corresponde a um crescimento de 314%, o que pode indicar um movimento acadêmico para o estudo desse tema.

Gráfico 01: Evolução anual da publicação dos artigos

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Principais temas abordados pelos artigos investigados

Os artigos encontrados foram classificados em dois grupos temáticos: no primeiro grupo estão os artigos que envolviam a temática marca (116 artigos) e no segundo apenas para aqueles que abordavam o tema turismo (63 artigos).

Como se pode verificar na *Tabela 02*, dentre todos os artigos que estavam no primeiro grupo 109 (93,96%) deles debatiam o comportamento das marcas corporativas nas redes sociais, 4 (3,45%) deles investigavam as marcas de lugares nas redes sociais, 2 (1,72%) deles dissertavam acerca das marcas de pessoas nas redes sociais e 1 (0,86%) deles apresentava o comportamento de marcas políticas nas redes sociais.

Com base na análise dessa tabela é possível concluir que artigos utilizam três áreas de pesquisa principais. A primeira corresponde ao uso das redes sociais digitais como ferramenta competitiva para a construção das marcas e

para venda – como comprovam os artigos das áreas temáticas: Estratégias competitivas das marcas nas redes sociais, 19 (16,38%) artigos; Engajamento através das redes sociais, 10 (8,62%) artigos; Interação dos consumidores com as Marcas nas Redes Sociais, 6 (5,17%) artigos; Uso das redes sociais na pesquisa de mercado, 5 (4,35%) artigos; Impacto das redes sociais na decisão de compra, 3 (2,59%) artigos e Análise das propagandas veiculadas nas redes, 2 (1,72%) artigos.

A segunda corresponde à avaliação da imagem das marcas nas Redes Sociais - como atestam os estudos das áreas temáticas: Percepção/imagem da marca nas redes sociais, 21 (18,10%) artigos; Monitoramento das marcas em mídias sociais, 10 (8,62%) artigos; Reputação das marcas na redes sociais, 9 (7,76%) artigos; Comunidades da marca dentro das redes sociais, 9 (7,76%) artigos; Valorização das marcas nas redes sociais, 7 (6,03%) artigos; Interação dos consumidores com as Marcas nas Redes Sociais, 5 (4,31%) artigos; Avaliação da opinião pública através das redes, 1 (0,86%) artigo e Branding voltado ao marketing pessoal, 1 (0,86%) artigo. E a terceira corresponde à análise quantitativa das informações oferecidas pelas redes sociais - como atestam os estudos das áreas temáticas: Análises das métricas das redes sociais, 3 (2,59%) artigos; Análise das Recomendações através das Redes Sociais, 3 (2,59%) artigos; Tendências de navegabilidade nas redes sociais, 1 (0,86%) artigo e Características de Linguagem das Redes Sociais, 1 (0,86%) artigo.

Tabela 02: Classificação dos temas abordados pelos artigos investigados – relação marcas X redes sociais –

Temas abordados	Quantidade de Artigos	
	N/A	%
Percepção/imagem da marca nas redes sociais	21	18,10
Estratégias competitivas das marcas nas redes sociais	19	16,38
Engajamento através das redes sociais	10	8,62
Monitoramento das marcas em mídias sociais	10	8,62
Reputação das marcas nas redes sociais	9	7,76
Comunidades da marca dentro das redes sociais	9	7,76
Valorização das marcas nas redes sociais	7	6,03
Interação com marcas políticas nas redes sociais	6	5,17
Interação dos consumidores com as Marcas nas Redes Sociais	5	4,31
Uso das redes sociais para pesquisa de mercado	5	4,31
Impacto das redes sociais na decisão de compra	3	2,59
Análises das métricas das redes sociais	3	2,59
Análises das Recomendações através das Redes Sociais	3	2,59
Análise das propagandas veiculadas nas redes sociais	2	1,72

Tendências de navegabilidade nas redes sociais	1	0,86
Características de Linguagem das Redes Sociais	1	0,86
Avaliação da opinião pública através das redes sociais	1	0,86
Branding voltado ao marketing pessoal	1	0,86
Total	116	100

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Dentre os objetos de estudo dos textos pesquisados faz-se aqui duas ressalvas. A primeira delas é o uso das Marcas de Luxo, que serviram como pano de fundo para 19 (16,38%) dos 116 artigos analisados, o que pode ser explicado pelo fato dessas categorias serem as mais preocupadas com o valor de uma marca (no sentido mais amplo que o conceito de valor pode existir) e por isso tendem a fundamentar-se mais antes de realizar qualquer ação que influencie suas estratégias de *branding*. Além disso, o fato dessa categoria valer-se de forma repetitiva dessa ferramenta digital pode indiciar a importância das redes sociais em uma estratégia de arquitetura de marca.

A segunda ressalva que merece destaque é que 47 artigos, o que corresponde à 40,52% do total de 116, propuseram em suas análises algum tipo de segmentação (estudaram uma localidade determinada, um certo grupo demográfico ou um determinado padrão de compra, por exemplo), o que indica que uma determinada marca comporta-se de forma diferente em meio aos distintos públicos-alvo que a compõe, o que atesta que uma ação de *branding* necessita de estratégias competitivas diferentes para dar conta de atender diferentes públicos.

O segundo agrupamento, que apresenta os estudos do campo do turismo, contou com 63 artigos classificados em 10 categorias distintas como se observa na Tabela 03.

Tabela 03: Classificação dos temas abordados pelos artigos investigados – área do turismo X redes sociais –

Temas abordados	Quantidade de Artigos	
	N/A	%
Redes sociais para a divulgação de destinos turísticos	16	25,40
Recomendações de destinos turísticos a partir das redes sociais	12	19,05
Criação de redes sociais e aplicativos com foco em turismo	8	12,70
Análise do setor turístico a partir das redes sociais	7	11,11
Percepção dos destinos turísticos a partir das redes sociais	5	7,94
Ações governamentais para divulgar os destinos turísticos dos países	4	6,35
Comunicação com os <i>Stakeholders</i> através das redes sociais	3	4,76
O uso das redes sociais por hotéis e agências de turismo	3	4,76
Revisões bibliográficas sobre turismo	3	4,76
Localização geográfica utilizando as redes sociais	2	3,17
Total	63	100

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Com base na análise dessa tabela é possível identificar quatro áreas temáticas que são estudadas com maior frequência: Redes sociais para a divulgação de destinos turísticos 16 (25,40%) artigos; Recomendações de destinos turísticos a partir das redes sociais 12 (19,05%) artigos; Criação de redes sociais e aplicativos com foco em turismo 8 (12,70%) artigo e Análise do setor turístico a partir das redes sociais 7 (11,11%) artigos – as quais juntas foram responsáveis por 43 artigos, o que corresponde à 68,25% do total. Esse resultado evidencia uma aproximação desses estudos à área do marketing, sobretudo àquela responsável pela propaganda em ambientes digitais e do marketing viral e de relacionamento.

Dentre os principais objetos de estudos encontrados nesses artigos destacam-se aqueles que valem-se de análise de opiniões emitidas por turistas, 36 dos 63 artigos o que corresponde a 57,14% do total e do uso de fotografias e elementos audiovisuais, 18 dos 63 artigos, o que corresponde a 28,57% do total.

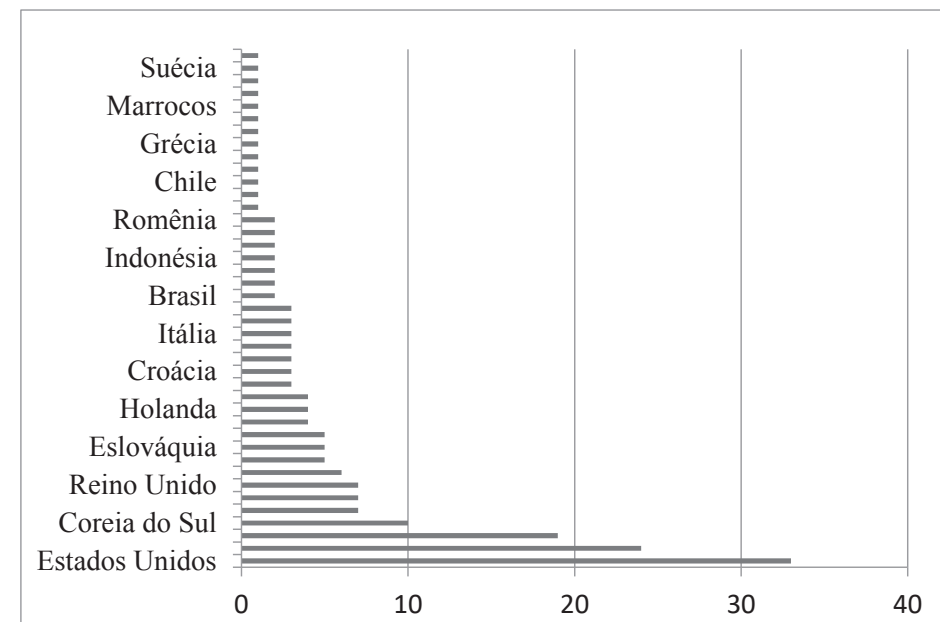
Identificação dos autores mais importantes e dos países mais produtores na área

Por fim, o último dado apontado pela pesquisa bibliométrica que deve aqui ser ressaltado é que apenas 2 (1,12%) artigos nesse recorte temático foi originado por trabalhos em instituições de ensino ou pesquisa brasileiras, 14 (7,82%) foram gerados por instituições latino-americanas – sendo 5 (2,79%) trabalhos mexicanos, 3 (1,68%) trabalhos equatorianos, 2 (1,12%) trabalhos colombianos, 1 (0,56%) trabalho chileno e 1 (0,56%) trabalho costa-riquenho, além dos 2 (1,12%) trabalhos brasileiros – e apenas 9 (5,03%) foram escritos por autores de língua portuguesa – 7 trabalhos portugueses (3,91%) e 2 (1,12%) brasileiros;

Os dois países que mais se destacaram nas produções acadêmicas dessa área foram os Estados Unidos com 33 trabalhos originados em instituições desse país, o que corresponde a 18,44% do total de textos redigidos e a quase 44,6% do total de artigos originados em instituições europeias, que na soma de todos os seus países contou com 74 artigos apresentados (41,34% do total de textos acadêmicos), seguido pela China com a publicação de 24 (13,41%) e

da Espanha com 19 artigos o que corresponde a 10,61% do total. O *Gráfico 02* apresenta a quantidade de artigos por país de origem.

Gráfico 02: Quantidade de artigos por país de origem



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Dentre os autores referenciados, por sua vez, não pôde-se determinar uma tendência na adoção de um ou outro autor visto que 4066 autores foram citados nos artigos investigados, o que quer dizer 68,92% do total de pesquisadores foram citados ao menos uma vez (o que comprova a existência de uma difusão dos pensamentos nessa área), porém se pode observar uma leve tendência na utilização dos trabalhos propostos por David Aaker. Tais dados estão apresentados na *Tabela 04*.

Tabela 04: Classificação dos temas abordados pelos artigos investigados – relação marcas X redes sociais –

Posição	Autor	Número de citações	
		(N/A)	(%)
1	Aaker, David A.	43	1,97
2	Kotler, Philip	29	1,33
3	Keller, Kevin Lane	26	1,19

4	Butler, Richard W.	19	0,87
5	Dholakia, Utpal M.;	18	0,83
	Hair, Joe;	18	0,83
6	Bagozzi, Richard P.	17	0,78
	Ellison, Nicole B	17	0,78
7	Haenlein, Michael	17	0,78
	Kaplan, Andreas M.	16	0,73
8	Muniz, Albert M., Jr.;	14	0,64
9	Boyd, Danah M.;	13	0,60
	Kim, Youn-Kyung	12	0,55
10	Laroche, Michel	12	0,55
	Gensler, Sonja	12	0,55
Total		283	12,98

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Contudo, vale a pena ressaltar que nessa seção examinou-se as vezes em que um determinado autor era citado nos artigos investigados, não levando em conta o número de obras desse autor que eram citadas, ou seja, cada autor foi classificado apenas uma vez por artigo, independentemente do número de obras desse autor que tenham sido referenciadas.

Considerações Finais

O objetivo principal desse trabalho foi a apresentação do uso de um método que tem sido utilizado com grande frequência no ambiente acadêmico e tem se apresentado como a escolha metodológica de dissertações e teses de grande visibilidade e de artigos publicados em revistas de auto impacto nas mais diferentes áreas do conhecimento.

Espera-se que os achados teóricos e práticos aqui expostos inspirem pesquisadores e contribuam para a elaboração de novos trabalhos de pesquisa. Como sugestão de uso dessa técnica destaca-se a aplicação da bibliometria na detecção de lacunas investigativas e o uso das ferramentas métricas oferecidas pelas redes sociais para a identificação de cenários e projeções comportamentais.

REFERÊNCIAS:

COSTAS, Rodrigo. Discussões gerais sobre as características mais relevantes de infraestruturas de pesquisa para a cientometria. **Bibliometria e Cientometria no Brasil: infraestrutura para avaliação da pesquisa científica na Era do Big Data**, p. 19-42, 2017.

CURTY, Renata Gonçalves; DELBIANCO, Natalia Rodrigues. As diferentes metrias dos estudos métricos da informação: evolução epistemológica, inter-relações e representações. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 25, p. 01-21, 2020.

DA CONCEIÇÃO MOREIRA, Paulo Sergio; GUIMARÃES, André José Ribeiro; TSUNODA, Denise Fukumi. **Qual ferramenta bibliométrica escolher?**. P2P E INOVAÇÃO, v. 6, p. 140-158, 2020.

DIODATO, Virgil P.; GELLATLY, Peter. **Dictionary of bibliometrics**. Routledge, 2013.

LENINE, Enzo; MÖRSCHBÄCHER, Melina. Pesquisa bibliométrica e hierarquias do conhecimento em Ciência Política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 123-160, 2020.

MARTÍNEZ, M. A.; COBO, M. J.; HERRERA, M.; HERRERA-VIEDMA, E. Analyzing the scientific evolution of social work using science mapping. **Research on Social Work Practice**, v. 25, n. 2, p. 257-277, 2015.

OLIVEIRA, TM de; AMARAL, L. Políticas Públicas em Ciência e Tecnologia no Brasil: desafios e propostas para utilização de indicadores na avaliação in **Bibliometria e Cientometria no Brasil: infraestrutura para avaliação da pesquisa científica na Era do Big Data** (2017). ISBN-13 (15), p. 978-85.

SOARES, Sandro Vieira; PICOLLI, Icaro Roberto Azevedo; CASAGRANDE, Jacir Leonir. Pesquisa bibliográfica, pesquisa bibliométrica, artigo de revisão e ensaio teórico em administração e contabilidade. **Administração: ensino e pesquisa**, v. 19, n. 2, p. 308-339, 2018.

THOMPSON, Dennis F.; WALKER, Cheri K. A descriptive and historical review of bibliometrics with applications to medical sciences. **Pharmacotherapy: The Journal of Human Pharmacology and Drug Therapy**, v. 35, n. 6, p. 551-559, 2015.

WOLFRAM, Dietmar. A pesquisa bibliométrica na era do big data: Desafios e oportunidades. **Bibliometria e cientometria no Brasil: infraestrutura para avaliação da pesquisa científica na era do Big Data**. São Paulo: ECA/USP, p. 91-100, 2017.

ZUPIC, Ivan; ČATER, Tomaž. Bibliometric methods in management and organization. **Organizational research methods**, v. 18, n. 3, p. 429-472, 2015.

Pesquisas com Análise do Discurso, Educação e Educação Midiática: apontamentos teóricos e metodológicos

Danilo Vizibeli¹⁴

RESUMO: Análise de Discurso Francesa (AD) de matriz pecheutiana é uma teoria da interpretação considerada transdisciplinar por fazer a interseção da Linguística, do Materialismo Histórico e da Psicanálise. Fundada na década de 1960 pelo filósofo Michel Pêcheux, recebeu também muitas contribuições da arqueogenealogia dos saberes e poderes e da ética e estética da existência advindas do pensamento de outro filósofo francês, Michel Foucault. A partir desta descrição, o presente estudo pretende desenvolver apontamentos epistemológicos perfazendo percursos teórico-metodológicos, uma vez que a AD se dá no batimento entre teoria e metodologia, considerando os estudos já feitos e lançando considerações acerca daqueles que podem vir a ser realizados no campo da Educação e mais precisamente da Educação Midiática.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso; Educação; Teoria; Metodologia.

Conceituação de Análise do Discurso: entre a teoria e a metodologia

O presente texto faz uma introdução conceitual situando o leitor iniciante nos estudos de Análise do Discurso entre os principais postulados da disciplina, resgatando os estudos pecheutianos e foucaultianos. Logo em seguida, traremos considerações a respeito da educação midiática e sua interface com a Análise do Discurso.

A Análise do Discurso Francesa (AD) de matriz pecheutiana é uma teoria da interpretação considerada transdisciplinar por fazer a interseção da Linguística, do Materialismo Histórico e da Psicanálise. Fundada na década de 1960 pelo filósofo Michel Pêcheux, recebeu também muitas contribuições da arqueogenealogia dos saberes e poderes e da ética e estética da existência advindas do pensamento de outro filósofo francês, Michel Foucault. Objetivamos desenvolver apontamentos

¹⁴Doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); Mestre em Linguística pela Universidade de Franca (UNIFRAN); Licenciado em Letras Português/Inglês (UNIFRAN) e Bacharel em Comunicação Social - Habilitação Jornalismo (FESP/UEMG) - E-mail: danilovizibeli@gmail.com

epistemológicos perfazendo percursos teórico-metodológicos, uma vez que a AD se dá no batimento entre teoria e metodologia levando em conta os estudos já feitos e lançando considerações acerca daqueles que podem vir a ser realizados no campo da Educação e mais precisamente da Educação Midiática.

Todo percurso de pesquisa começa por definir o objetivo e, logo em seguida, o arcabouço teórico e a metodologia. A Análise do Discurso tem ganhado a cena de pesquisa e despertado o interesse nas mais variadas áreas, principalmente dentro das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Para que o pesquisador iniciante nos caminhos da AD possa apreender seus pressupostos teóricos e metodológicos é necessário conhecer o desenvolvimento da disciplina e a sua conjuntura social e histórica. Precisamos voltar nos anos de 1960 na França, onde imperava a corrente filosófica do Estruturalismo.

Diante de todo o caldo cultural que vigorava nos idos de 1968, quando a esquerda toma o poder na França, estudiosos se debruçavam sobre a questão do Discurso. Michel Pêcheux era uma personalidade altamente apreciável que reunia em torno de si todo um grupo de pesquisadores que se articulavam com ele, o qual se interessava muito prontamente pelo que viria oferecer a Informática na análise dos materiais textuais. Diante da conjuntura do Maio de 68, a AD surge então como a Análise do Discurso Político, mas a partir de sua profícua teoria e metodologia ela se expandiu para todos os discursos possíveis e, hoje, é possível se falar em uma Análise de Discurso, ou seja, dos mais variados campos discursivos.

Como não dispomos de espaço suficiente para fazer uma História da AD Francesa e como nem é objetivo deste trabalho, salientamos que as referências bibliográficas colocadas ao final deste capítulo são caminhos interessantes para aqueles que querem conhecer mais a fundo a conjuntura histórica na qual se desenvolveu a AD. Não poderíamos deixar de frisar, contudo, a importância do livro “A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje”, de uma das companheiras de estudos desse filósofo francês, Denise Maldidier.

Já no Brasil, quando se fala em Análise de Discurso, não há como não remetermos ao nome da linguista Eni Orlandi, professora aposentada da UNICAMP, coordenadora do Laboratório de Estudos Urbanos – o LABEURB, bem como de diversos grupos de estudos que foram surgindo a partir do ingresso da Linguística nos currículos dos cursos de Letras no final da década de 1970 e começo da década de 1980. Orlandi foi aluna de Pêcheux e trouxe sua teoria para o solo brasileiro. Assim como Orlandi está para Pêcheux, a professora Maria do Rosário Gregolin,

aposentada da UNESP, Campus de Araraquara, está para a inserção dos estudos de Michel Foucault na Análise do Discurso brasileira. Para o pesquisador iniciante seria bom ter contato com obras basilares e introdutórias destas autoras.

O texto fundante de Michel Pêcheux é o “Análise Automática do Discurso – AAD 69”. A AD passou por três fases de desenvolvimento chamadas de AD-1, AD-2 e AD-3. No Brasil, a AD continua sendo um campo de vastas pesquisas e são inúmeras as áreas que utilizam desta teoria para suas pesquisas, além da área da Linguística e da Letras, como o Direito, a Filosofia, Comunicação etc.

Assim como toda pesquisa, a constituição de uma pesquisa em AD começa com a delimitação dos objetivos. Logo em seguida, é preciso definir um *corpus* a ser investigado. Por *corpus* entende-se o arquivo de pesquisa, ou seja, a materialidade passível de análise. Os *corpora*¹⁵ podem ser arquivos já existentes como reportagens, comentários de redes sociais etc. ou arquivos a serem constituídos pelo próprio pesquisador, geralmente por meio de entrevistas semi-estruturadas. O *corpus* delimita um campo discursivo. Nos procedimentos posteriores da pesquisa ele será recortado, ou seja, serão selecionados fragmentos que serão submetidos à análise. A noção de recorte está ligada à noção de sequências discursivas que são extraídas do *corpus*. Conforme Courtine, “é desse campo discursivo restrito que são extraídas as sequências discursivas que serão submetidas à análise. Definiremos as sequências discursivas como ‘sequências orais ou escritas de dimensão superior à frase’” (2009, p.55).

Outro passo importante na pesquisa é delimitar os conceitos que serão abordados na análise. A Análise do Discurso apresenta uma gama enorme de conceitos e em uma análise não dá para serem abordados todos. A escolha dos conceitos se faz mediante os objetivos. Abordaremos aqui, de maneira sucinta, os principais conceitos em AD, sendo o principal deles o conceito de Discurso. Por discurso, entende-se toda produção de sentido. Um ponto importante ao pensá-lo é que toda vez que se pronuncia ou se escreve essa palavra vem à mente o pronunciamento. Entretanto, não é a fala, não é o dizer solto e separado. Há também um imbricamento com a língua e a linguagem. Apesar de a Análise do Discurso ser bem situada dentro dos estudos linguísticos, o discurso não é só a língua, mas precisa dela para se manifestar. Concebe o discurso na exterioridade da língua. É apreendido no social, no histórico e no ideológico. Desse modo:

¹⁵Por ser uma expressão do latim, o plural de *corpus* é *corpora*.

[...] não é a língua, nem texto, nem a fala, mas necessita de elementos linguísticos para ter uma existência material. Com isso, dizemos que discurso implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente linguística. Referimo-nos a aspectos sociais e ideológicos impregnados nas palavras quando elas são pronunciadas (FERNANDES, 2008, p. 13).

Diante desta materialidade significativa que é o discurso, como analisá-lo? O que significa fazer Análise do Discurso? Recorremos mais uma vez à Fernandes (2008) que descreve:

Analisar o discurso implica **interpretar** os **sujeitos** falando, tendo a produção de sentidos como parte integrante de suas atividades sociais. A **ideologia** materializa-se no discurso que, por sua vez, é materializado pela linguagem em forma de **texto**; e/ou pela linguagem não verbal, em forma de imagens (FERNANDES, 2008, p. 15 – negritos meus).

Percebemos com Fernandes que a produção de sentidos não está somente nas atividades languageiras, ou na escola, ou em qualquer instituição que se tenha como pressuposto as práticas de linguagem, mas sim estão incutidas na sociedade, nas mais variadas práticas não discursivas que se tornam discursivas quando se mobilizam sentidos, o que seria preciso considerar o conceito foucaultiano de dispositivo, mas o que é matéria para outro trabalho. Destacamos no excerto acima os conceitos de interpretação, sujeito, ideologia e texto dos quais são necessários alguns apontamentos.

Interpretar em AD, seguindo a linha foucaultiana é escavar os sentidos. Para Orlandi: “O gesto da interpretação se dá porque o espaço simbólico é marcado pela incompletude, pela relação com o silêncio. A interpretação é o vestígio do possível. É o lugar próprio da ideologia e é ‘materializada’ pela história” (2007, p. 18). Só existe a interpretação porque os sentidos estão abertos, nunca estanques. Assim, também, o sujeito. O sujeito na AD, não é o indivíduo ou a pessoa. O sujeito é uma construção social e histórica, marcado por posição assumida no fio do discurso, cindido e incompleto. É perpassado pelo inconsciente e a ideologia. Michel Foucault tem na sua teoria um estudo amplo do sujeito e da (s) subjetividade (s). O texto “O sujeito e o poder” (1982 [1995]) é um exemplo aparente da importância desse conceito para o filósofo.

Contudo, a diferença de uma abordagem do sujeito em Foucault e em Pêcheux é que este o considera na relação com a ideologia e o inconsciente, enquanto aquele o relaciona mas malhas do poder e das resistências. Orlandi, resgatando Pêcheux, conceitua o sujeito em relação com sua forma histórica:

A forma-sujeito histórica que corresponde à da sociedade atual representa bem a contradição: é um sujeito ao mesmo tempo livre e submisso. Ele é capaz de uma liberdade sem limites e de uma submissão sem falhas: pode tudo dizer, contanto que se submeta à língua para sabê-la. Essa é a base do que chamamos assujeitamento (ORLANDI, 2009, p. 50).

O assujeitamento se dá pela ideologia. Porém, já na fase final de sua conceituação teórica, que ficou inacabada visto o seu trágico falecimento, Pêcheux já se questionava sobre o assujeitamento abrindo possibilidade para a heterogeneidade do sujeito discursivo, reflexão tomada de empréstimo de Jacqueline Authier-Revuz. Dado que o movimento ideológico é importante no movimento dos sentidos, não poderíamos deixar de frisar as formações ideológicas e formações discursivas. A formação ideológica é:

[...] um elemento suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento; desse modo, cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem “individuais” nem “universais” mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras (HAROCHE, HENRY, PÊCHEUX, 1971 p.102 apud PÊCHEUX; FUCHS, 1975 [2010], p.163).

Já a formação discursiva ou FD é o “o espaço em que se define, se reafirma o posicionamento do sujeito, ou seja, a partir das FD nas quais o sujeito se inscreve, tem-se o seu posicionamento” (VIZIBELI, 2019, p. 31). Para Pêcheux, a FD é o que:

[...] numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.) (PÊCHEUX, 2009, p.147).

Em outro trecho Pêcheux irá dizer que as palavras mudam de sentido de acordo com a formação discursiva na qual se inserem. Dessa forma, a formação discursiva tem relação com a matriz de sentido e com a posição ideológica que se materializa numa dada discursividade. Como exemplo de algumas formações discursivas temos a FD Capitalista, Feminista, Democrática etc.

Por fim, chegando ao término das conceituações básicas aqui apresentadas, é preciso falar da diferença entre discurso e texto. O último não é o discurso em si, mas contém o discurso. O texto é a materialidade linguística, ou visual no caso das imagens, que atua como organizador do discurso. Analisar a estrutura de um texto não é tarefa da Análise do Discurso, apesar que os aspectos gramaticais, por que foi usada uma palavra e não outra, interessam sim para a AD, já que ela também traz em sua abordagem a língua. Porém, analisar o discurso é ir além da materialidade textual. A Linguística Textual e a Semiótica Greimasiana se concentram muito bem na análise das estruturas textuais. Na AD, o discurso é apreendido no social, na história, e na ideologia.

Como faremos apontamentos metodológicos, além dos apontamentos textuais, é preciso dizer que a AD não é uma metodologia fechada em si. É muito comum que para dar conta dos objetivos da pesquisa um analista do discurso lance mão de outros procedimentos metodológicos para cumprir o que se propõe. Temos visto a AD ser tomada nas mais variadas áreas e despertar o interesse como se fosse uma ferramenta para uma dada pesquisa. Ela não é ferramenta. A AD é todo um conjunto de pensamento, uma disciplina que estrutura uma forma de pensar o discurso e seus componentes. Por isso, fazer AD é mais do que aplicar uma simples metodologia, mas um entrevir pela teoria e a metodologia, como se diz muitos estudiosos: um batimento.

Como pensar pesquisas em Análise do Discurso na Educação?

Dentro do campo da Educação, a Análise do Discurso tem encontrado oportunidade de pesquisas com as mais variadas temáticas no campo discursivo do discurso pedagógico (D. P.). Sobre este tipo de discurso, “o que caracteriza o D.P. é o fato de ele estar vinculado à escola, a instituição em que se origina e para a qual tende” (ASSOLINI, 1999, p. 52). Analisar discursos sobre/da educação no Brasil é marcar um movimento de resistência contra o descaso

que as estruturas educacionais sofrem em nosso país. A professora livre docente Filomena Elaine Paiva Assolini, desenvolve dentro da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP) da Universidade de São Paulo (USP) o Grupo de Estudos e Pesquisas em Alfabetização, Leitura e Letramento (GEPALLE). O GEPALLE e sua gama de pesquisadores é um exemplo concreto de estudos no âmbito da Educação, fazendo a interface desta com a AD Francesa, a Teoria Sócio-Histórica do Letramento, a Psicanálise freudo-lacaniana e a vertente da Formação Continuada de Professores. Conforme Assolini (1999), “o Discurso Pedagógico, tal qual ele se apresenta em uma formação social como a nossa, é um discurso autoritário”. A partir dessa classificação do discurso, antes de prosseguirmos tecendo considerações a respeito do Discurso Pedagógico, precisamos trazer considerações sobre as três tipologias de discurso que Orlandi (2008) destaca: o autoritário, o lúdico e o polêmico. Essa classificação toma como base o movimento parafrástico ou polissêmico, sendo estes fundamentais para a AD, já que a disciplina trabalha com o (s) sentido (s). A paráfrase é a repetição do sentido, o mesmo, o já-lá; a polissemia é a tendência para o novo, outros sentidos, o ainda a saber. Assim define Orlandi (2009):

Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está ao lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é o deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco (p. 36).

Diante desses movimentos o discurso autoritário é aquele em que a paráfrase se sobressai; no discurso lúdico, a polissemia e no polêmico há um embate dos dois movimentos (Cf. Orlandi, 2008). Nesse sentido, o movimento discursivo da educação brasileira tende para o discurso autoritário. Ainda sobre o discurso pedagógico, Assolini pontua que:

[...] o D.P. utiliza-se de estratégias que o caracterizam como um discurso autoritário, pois o objeto do discurso é oculto pelo dizer e é denominado pelo enunciador (professor) de tal forma que a reversibilidade, determinante da interlocução, tende a zero, pois não se dá espaço ao enunciatário (aluno), sendo a polissemia

contida e o sujeito assujeitado, uma vez que as formações discursivas específicas desse discurso estabelecem, determinam e impõem o que pode e deve ser dito, conforme já tivemos oportunidade de dizer (ASSOLINI, 1999, p. 52).

Nesse contexto, as pesquisas discursivas do campo da Educação versam sobre as mais variadas temáticas, sempre procurando pensar e (re)elaborar os sujeitos envolvidos no processo: educadores, educandos, família, comunidade. Uma frente de pesquisa amplamente divulgada é a questão da leitura e da escrita tomadas na perspectiva discursiva. Ler é sempre se atentar que o sentido pode ser outro. É reconhecer um imbricamento de sentidos e formações discursivas que concebem a leitura como uma prática multidimensional, semiótica e balizadora de nossa sociedade. Nesta ótica, é impossível considerar a leitura e a escrita sem considerar o autor. Os processos de autoria são vistos da AD como um campo possível de análises. Outras pesquisas trazem a figura dos sujeitos, analisando discursivamente os sentidos postos em circulação por eles. As práticas pedagógicas podem ser analisadas no viés discursivo ao se olhar para a figura do professor, do educando ou mesmo da família e da comunidade. Uma outra temática que muito aparece nos estudos discursivos sobre a Educação é a questão da tecnologia, os usos das redes sociais e a gamificação no contexto educativo e escolar.

Em minha pesquisa de Doutorado, intitulada “Livros didáticos digitais, o governo brasileiro e a mídia: uma análise discursiva”, defendida em março de 2019, no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), abordei o movimento do primeiro edital que oferecia recursos digitais para a produção de livros didáticos no Brasil. A análise foi feita a partir de como a mídia e também documentos oficiais divulgavam tais acontecimentos e os resultados apontaram para discursos da contradição uma vez que havia inconsistências na definição do que é um livro didático digital. Mostramos também que uma questão governamental se transforma em uma questão mercadológica, promovendo uma disseminação pela mídia de notícias que tratam a implantação de livros didáticos digitais como um grande feito, mas que quando chegam na prática não passam de reproduções de modelos prontos e falta de estrutura para tal acontecimento.

Dessa forma, queremos ressaltar ao fim deste tópico que o discurso e a educação estabelecem relações que configuram sentidos postos em circulação envolvendo diversas formações discursivas, que não só as do campo educativo, em contradições, mas também possibilidades; diversos interdiscursos circulam nas esferas educativas marcando a constituição dos sujeitos professores, alunos, familiares, coordenadores e outros, que são fígados pela ideologia e pelo inconsciente num movimento interpretativo de (re)elaboração dos sentidos que, frequentemente, são autoritários, mostrando a necessidade de se buscar a resistência e a polissemia. Os sentidos são múltiplos e na educação eles precisam ganhar a cena e diversas vozes precisam ser ouvidas para que o jogo simbólico manifeste e construa uma memória discursiva de sentidos outros, já que assim como a língua é opaca, incompleta e plurissignificante, a educação também o é.

A Educação Midiática: uma interface com a Análise do Discurso

A Educação para os Meios de Comunicação ou Educação Midiática, ou tantos outros termos que circulam sobre essa prática, como o de Letramento Midiático, que apesar de serem semelhantes trazem nuances diferentes em suas tomadas de posição, permite pensar no que ficou amplamente conhecido e cunhado por Ismar de Oliveira Soares, professor da ECA-USP, como Educomunicação. Segundo Schaun:

Esta dinâmica de percurso que configura a inter-relação Comunicação e Educação são cadeias semióticas que se apresentam transversalmente como imagens e formas de atuar com e para a comunicação no contexto da educação e da cultura, que podemos denominar de fluxos informacionais, que vão ecoar diante das singularidades de grupos, comunidades e indivíduos, propiciando o surgimento das articulações comunicativas peculiares (2002, p. 22).

Num cenário globalizado e midiatizado, educar para os meios de comunicação e para as redes sociais e toda a gama de possibilidades que oferecem a internet, é uma necessidade da escola e dos demais espaços educa-

cionais e formativos. Diante de nosso objetivo, como podemos pensar numa interface da Análise do Discurso com a Educação Midiática? Antes de responder a questão, necessário se faz reforçar que as pesquisas em Educação e, aqui, mais especificamente as pesquisas em Educação Midiática possuem suas dinâmicas próprias. Porém, a Análise do Discurso pode oferecer caminhos de se pensar tipologias discursivas como o sujeito, as formações discursivas, os interdiscursos, a memória, ampliando o olhar das pesquisas. O sujeito educando do século XXI possui características próprias e está em contato o tempo todo com dispositivos eletrônicos que não só diversificam o trabalho técnico, mas também modificam valores, sentimentos, posicionamentos uma vez que exercem um papel de interação na vida social dos sujeitos.

Para exemplificar a relação da AD com a Educação Midiática quero apresentar dois exemplos de trabalhos e pesquisas que já desenvolvi em minha carreira acadêmica. O primeiro, um projeto de extensão, ainda no Curso de Jornalismo na FESP-UEMG – Passos (MG), chamado “Jornalismo na Escola”. O projeto consistia no desenvolvimento de oficinas de jornalismo em escolas públicas e a publicação de jornais-escola, sendo o principal deles o “Jornal Fala José”, na Escola Estadual São José. Em contato com a produção midiática exercendo o papel de protagonistas na produção de um jornal, os estudantes saem da posição de meros receptores e passam a atuar como emissores e com isso os sentidos então estabilizados, são rompidos e ressignificados, possibilitando novas discursividades bem como o exercício da cidadania.

O segundo exemplo foi a minha dissertação de mestrado, intitulada “Leitores e autores do Blog do Folhateen: adolescentes como sujeitos discursivos promovendo a escrita na cibermídia”, defendida em 2013, na Universidade de Franca (UNIFRAN). Nela, analisamos a escrita de um Blog de um grande jornal de circulação nacional, a Folha de São Paulo, que era produzido por adolescentes que ao mesmo tempo que eram leitores do Folhateen também produziam matérias jornalísticas para este blog. Assim, pudemos pensar no conceito de “escrita”, que advém de Júlia Kristeva, como uma prática discursiva em que a leitura e a escrita estão fortemente associadas na modernidade líquida.

Aqueles que pesquisam a relação da Comunicação com a Educação podem encontrar na AD Francesa elementos possíveis para uma análise das

práticas e além de pensar nos mecanismos ideológicos com Michel Pêcheux podem encontrar em Michel Foucault elementos para um arqueologia dos saberes e uma genealogia dos poderes. A prática estudantil de produção de materiais midiáticos, interação nas redes sociais, saindo do ambiente escolar e ganhando o mundo social, instaura micropoderes e fortalece as resistências.

Assim como a AD é vista na sua transdisciplinaridade, a interface com a Educação Midiática a certifica e mostra que um analista do discurso nunca está fechado na teoria da AD apenas. Como dissemos acima que a AD é um batimento entre teoria e metodologia, percebemos que o analista no seu fazer analítico precisa buscar em outros campos fundamentações para suas análises que abarcam uma postura de um novo fazer científico rompendo paradigmas.

Considerações Finais

Toda pesquisa nasce de uma inquietação e uma vontade de saber sobre alguma questão. Quando se pensa nesta questão e na sua temática já se pode delimitar quais caminhos se pode percorrer para alcançar os objetivos pretendidos. O pesquisador que conhece o maior número de caminhos tem mais facilidade para encontrar aquele que mais atende aos objetivos pretendidos na sua pesquisa. Desse modo, este texto procurou apontar um caminho de pesquisa que é a Análise do Discurso, elencando conceitos básicos e mostrando como ela pode ser aplicada na Educação em geral, e na Educação Midiática em específico.

O texto que aqui se encerra é uma iniciação dentro do campo da AD e sugerimos ao leitor buscar as obras fundantes e as perspectivas de autores brasileiros que tanto trouxeram suas contribuições para esta teoria.

É preciso dizer ainda que analisar o discurso não é tarefa fácil, pois fazer AD não é só descrever o *corpus* e mostrar o que ele diz. Fazer AD é mostrar como os dizeres foram produzidos, as condições de produção, o modo como o discurso se constrói. Por isso, além de conhecer a fundo a teoria da AD, é muito importante que se busque leituras plurais e investigue as conjunturas em que os dizeres foram produzidos.

Neste texto, mostramos a possibilidade de aplicação da teoria na Educação e na Educação Midiática, mas a AD é aplicada às mais diferentes temá-

ticas. Se no início ela se pautava na Análise do Discurso político, hoje ela traz *corpora* diversos sobre as mais variadas questões.

Fica um convite a conhecer o discurso e suas inter-relações com a sociedade que é construída em bases ideológicas, marcada pela historicidade. Isso significa dizer que nos interessa não a História, mas o movimento da historicidade ao longo de diversos contextos e não apenas num recorte cronológico. Com isso, o sujeito que se constitui pela língua, exerce múltiplos papéis de acordo com as formações discursivas nas quais se inscreve e assim simboliza sua presença no mundo.

REFERÊNCIAS:

ASSOLINI, Filomena Elaine Paiva. **Pedagogia da leitura parafrástica**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP). Universidade de São Paulo (USP), 1999.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Trad. Cristina de Campos Velho Birck et. al. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2008.

FOUCAULT, Michel. **O sujeito e o poder**. In: DREYFUS, H. e RABINOW, P. (orgs.). Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso**: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

ORLANDI, Eni. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

_____. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5. ed. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Puccinelli Orlandi et. al. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

_____.; FUCHS, C. **A propósito da análise automática do discurso**: atualização e perspectivas. IN: GADET, Françoise; HAK, Tony. Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethania S. Mariani et. al. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

SCHAUN, Angela. **Educomunicação**: reflexões e princípios. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

VIZIBELI, Danilo. **Livros didáticos digitais, o governo brasileiro e a mídia**: uma análise discursiva. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade Federal de São Carlos, 2019.

_____. **Leitores e autores do Blog do Folhateen**: adolescentes como sujeitos discursivos promovendo a escrita na cibernética. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade de Franca, 2013.

Netnografia Aplicada aos Processos Comunicacionais

Suelen de Aguiar Silva¹⁶

RESUMO: o artigo introduz uma discussão sobre a netnografia como método de procedimento científico na pesquisa online de comunidades. O objetivo principal deste trabalho é apresentar a aplicabilidade desta metodologia na pesquisa em comunicação comunitária. O procedimento metodológico empreendido é a própria discussão sobre o método e a sua aplicação na prática, a partir da obra *Netnografia: Realizando Pesquisa Etnográfica Online*, de Robert Kozinets. Conclui-se que a netnografia corresponde ao trabalho observacional de campo e é uma ferramenta importante para pesquisadores que visam navegar nas águas obscuras da internet a fim de pesquisar sobre interação online, com menos interesse na tecnicidade e mais interesse nos laços humanos e afetivos gestados no interior dessas relações. Ao mesmo tempo em que a netnografia pode ser mesclada aos outros tipos de pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Netnografia; Método; Comunidades; Processos comunicacionais.

A palavra método vem do grego *methodos* e significa seguir um caminho. Apesar do significado de sua tradução ser de fácil entendimento, causa muitas distorções nas pesquisas científicas de nível acadêmico. De forma apressada, método de abordagem diz respeito aos fundamentos teóricos e epistemológicos que vão embasar cientificamente o estudo, as linhas de pensamentos adotadas, ou seja, o modo de obtenção do conhecimento. Já o método de procedimento, ou procedimentos metodológicos, são especificamente as etapas do trabalho.

A atual concepção do método pode ganhar variadas matizes se pensarmos nas diversas áreas do conhecimento. As ciências sociais, especialmente as aplicadas, estão entre aquelas áreas que têm se empenhado no desenvolvimento de métodos eficazes para a apreensão do conhecimento, já que duran-

te muito tempo tais áreas das ciências eram vistas como “menores”, ineficazes e, quiçá, fontes de conhecimentos plausíveis e palpáveis, sendo este o papel das ciências exatas.

O quadro hoje parece ser outro, na medida em que as ciências humanas passam a se valer de métodos consistentes para o desenvolvimento de trabalhos críticos e críveis, com menos intuito em estabelecer uma verdade, mas de colocar em dispersão vários pontos de vista e até mesmo várias verdades sobre um mesmo assunto. A pretensão não é de forma alguma diminuir cientistas e pesquisadores que se debruçam nas pesquisas biomédicas, ou no avanço da medicina, mas reforçar o papel importante das pesquisas realizadas no âmbito das diversidades sociais, da própria constituição das sociedades, nas transformações sociais e históricas, incluindo o campo da comunicação e, em última análise, da constituição das subjetividades.

As pesquisas em comunicação ganham corpo, forma, produzem saber e comunicam. Alguns pesquisadores afirmam que existe certa carência na área, pois tais pesquisas não conversam entre si e por esse motivo não avançam, como aponta Muniz Sodré (2013)¹⁷. Todavia, é na busca por um trilhar, por um negociar rotas, trajetórias e navegações que o nosso caminho teórico-metodológico começa. Pelo entendimento epistemológico do nosso próprio percurso, pelo próprio entendimento de saber a hora de avançar e a hora de retroceder.

A primeira e a segunda parte do artigo, respectivamente, tratam da preparação para a entrada no universo da netnografia, com a explanação inicial sobre a própria origem do método, sobre o entendimento das comunidades e culturas online e os processos comunicacionais nesse contexto. A terceira parte trata especificamente da questão do método, sua aplicabilidade no universo online, o conjunto de diretrizes específicas para o seu desenvolvimento.

Comunidades Resignificadas

Com os avanços das tecnologias de informação e comunicação (TIC-CS)¹⁸, especialmente com o uso da internet, torna-se necessário metodologias de pesquisa que abarquem este universo ubíquo e veloz. Não há uma receita

¹⁶Doutora em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo, pesquisadora do Núcleo de Estudos de Comunicação Comunitária e Local, secretária da ABPCOM – Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã, Vice-coordenadora do GP Comunicação para Cidadania da Intercom. Professora do curso de Comunicação da Universidade Estácio de Sá. E-mail: susuaguiar@yahoo.com.br

¹⁷Informação verbal em aula inaugural no programa de Pós-Graduação em Comunicação, realizada na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) no ano de 2013.

a seguir, porém a utilização da netnografia como ferramenta metodológica parece permitir ao pesquisador mergulhar no ambiente virtual, assim como o etnógrafo mergulha na comunidade ou grupo pesquisado.

No caso da netnografia tem-se a possibilidade de encurtar as distâncias entre tempo e espaço, devido à própria dinâmica da internet, na qual os agrupamentos sociais estão dispostos em rede. Eles podem funcionar somente no espaço online, no ciberespaço, como também podem coexistir fora das redes, no espaço offline. O que é interessante perceber na apropriação dos pressupostos da etnografia é o caráter investigativo e de observação da realidade do outro que continua presente na netnografia, mesmo sendo este um estudo em que a comunidade ou o grupo pesquisado seja analisado virtualmente.

O termo netnografia foi cunhado pelo professor canadense Robert Kozinets por volta de 1995 durante a escrita de sua tese doutoral e já no ano de 1996 ele passou a publicar artigos sobre a temática. Há quase duas décadas pesquisadores ao redor do mundo têm se debruçado sobre a netnografia, mas muitos inclusive desconhecem o estudo pioneiro de Kozinets. No Brasil, há pesquisadores da área da comunicação que utilizam esta metodologia; Simone Pereira de Sá (2002), Adriana Braga (2006), Adriana Amaral (2007; 2009) estão entre as que utilizam a netnografia e citam Kozinets.

Amaral já empreendeu discussões¹⁹ importantes sobre uso do método netnográfico nos estudos em comunicação mediada pelo computador, contextualizando também o papel do pesquisador no processo. Longe de rescrever o percurso de Amaral, nossa intenção é mais de atualizar os estudos em netnografia, especialmente com foco na comunicação comunitária de caráter online, digital, que ultrapassa a territorialidade física.

Comunidade e cultura podem ser inerentes a muitos “lugares” na internet ou, conforme argumenta Kozinets, um grupo de correio eletrônico que publica por meio de listas pode levar cultura e ser uma comunidade, assim como um fórum, um blog, microblog etc. Para Kozinets (2014, p. 15) “os websites de redes sociais e mundos virtuais levam os complexos marcadores de muitas culturas e am-

bos manifestam e forjam novas conexões e comunidades.” É importante frisar que não só se tornou socialmente aceitável que as pessoas busquem e se conectem por meio da comunicação mediada por computador como também esses lugares e atividades relacionadas tornaram-se lugar-comum.

O termo comunidade virtual foi desenvolvido por Howard Rheingold (1993), como “agregações sociais que emergem da rede quando um número suficiente de pessoas empreende [...] discussões públicas por tempo suficiente, com suficiente sentimento humano, para formar redes de relacionamentos pessoais no ciberespaço” (RHEINGOLD *apud* KOZINETS, 2014, p. 15). Para Lévy (2014, p. 130) uma comunidade virtual é construída “sobre as afinidades de interesses, de conhecimentos, sobre projetos mútuos, em um processo de cooperação ou de troca, tudo isso independentemente das proximidades geográficas e das filiações institucionais”.

Com ressalvas em relação ao termo comunidade²⁰ amplamente discutido nas ciências sociais, inclusive na comunicação, concordamos com os autores. Na atualidade o que importa é a qualidade dessas agregações sociais, o senso de pertencimento e sentimento humano que une essas pessoas em seus relacionamentos na rede. A ideia de laços territoriais ou físicos há muito já foram extrapolados importando muito mais o afeto, as escolhas e os vínculos sociais que o indivíduo estabelece com a comunidade.

Kozinets afirma que quase quatro décadas atrás Marshall McLuhan previa que a mídia eletrônica retribalizaria a humanidade em agrupamentos de filiação (2014, p.27). Após McLuhan, uma série de outros futuristas tecnológicos situou as importantes mudanças e possibilidades em mundo social interligado. E o entendimento de que a tecnologia não determina a cultura, mas que elas são forças codeterminantes e coconstrutivas é imprescindível. De acordo com Kozinets (2014, p. 28) escolhemos tecnologias, moldamos, adaptamos, mas por outro lado a nossa cultura não controla inteiramente a tecnologia que utilizamos. A tecnologia molda e remolda nossos corpos, nossos lugares e até identidades.

¹⁸A utilização de mais um c na sigla faz referência ao conhecimento que está associado ao processo. Para saber mais sobre o assunto ver trabalhos de Cicilia Peruzzo (2010) e Jorge González (2008).

¹⁹De acordo com a autora, discussões sobre netnografia foram realizadas no Grupo de Pesquisa Cibercultura do MCL-UTP.

²⁰Nosso entendimento sobre comunidade ultrapassa o abordado neste texto. Já discutimos os aspectos conceituais e suas ressignificações na atualidade a partir da vertente da comunicação comunitária. Tal discussão foi fruto da dissertação de mestrado intitulada “Comunicação comunitária e participação popular no projeto Casa Brasil”, defendida em março de 2013. Disponível em: <http://ibict.metodista.br/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3291>.

Os primeiros estudos sobre interação online foram baseados na teoria psicológica social e em testes experimentais. Tais trabalhos sugeriram que o meio online oferecia uma base precária para atividade sociocultural. A afirmação se fazia porque para tais trabalhos não havia sentimento de presença social no meio online, presumindo uma incerteza na comunicação porque o meio online reduzia a capacidade de transmitir informações não verbais do tipo, inflexão da voz, sotaques, expressões faciais, postura etc. (KOZINETS, 2014, p. 28-30).

Outra linha de estudo sugeria que os participantes de comunidades online estariam sujeitos a uma espécie de achatamento de hierarquias, onde o *status* social é igualado e as diferenças sociais minimizadas. Conforme Kozinets, esses cientistas consideravam que a tecnologia por trás das comunidades e das interações online sabotava a estrutura social adequada para relações sociais acolhedoras.

Ainda assim, não demorou muito para que outros estudos comesçassem a questionar essas suposições e os resultados obtidos com as pesquisas sobre interação online. A análise do conteúdo das comunicações mediadas por computador começou a revelar outras formas de transmitir informações. Os membros de grupos sociais pareciam desenvolver a capacidade de expressão na forma escrita, dos quais as pesquisas anteriores revelaram estar ausentes. A passagem das culturas orais às culturas da escrita, como bem lembra Pierre Lévy, foi a primeira grande transformação na ecologia das mídias. A emergência do ciberespaço, de fato, produziu e produz um efeito radical sobre a pragmática das comunicações assim como teve, em seu tempo, a invenção da escrita (LÉVY, 2014, p. 116).

Interessante que na comunicação mediada por computador, a escrita incorpora símbolos eletrônicos, tais como os conhecidos *emoticons* ou carinhas como :-) ou ;-) entre outras, e também a presença de erros ortográficos de forma proposital, ausência e presença de correções e letras maiúsculas etc., comuns aos navegantes do ciberespaço. Sendo assim, pesquisas interdisciplinares sobre o ambiente online demonstraram que, em vez de serem socialmente empobrecidos os mundos sociais que estavam sendo construídos por grupos online eram detalhados e enriquecedores (KOZINETS, 2014, p. 29).

As comunidades online são fenômenos abundantes e seus rituais são moldados pelas práticas da cibercultura assim como pelas práticas dos grupos culturais que as utilizam. A natureza desses relacionamentos e amizades pode estar mudando em função das diferentes formas e liberdades disponíveis por meio das comunicações mediadas por computador. Em grande parte devido às comunida-

des online e as TICCS, os relacionamentos sociais estão em um estado de transformação (KOZINETS, 2014, p.42). E a comunicação comunitária, facilitadora de processos de intervenção no cotidiano, de transformação social, estimuladora da cidadania se ressignifica nesse contexto.

Para Cicilia Peruzzo (2011)²¹ atualmente ocorrem mudanças significativas no conceito de comunidade. O sentimento de pertença, a participação e a interação, por exemplo, são características que permanecem ao longo do tempo, enquanto a noção de *locus* territorial como um elemento que estrutura a comunidade parece estar superada pelas alterações provocadas pela incorporação de tecnologias da informação e comunicação.

Entretanto, é importante frisar que para Peruzzo (2002, p. 7), “[...] não é conceitualmente correto chamar de comunidade virtual toda e qualquer forma de agregação eletrônica. Muitas delas se constituem apenas como redes de contatos ou grupos de interesse sem chegar a constituírem-se em comunidades”. Certamente, mas observamos que algumas comunidades podem se formar por meio da internet e não possuir outro tipo de relação fora dela, pois o foco não está mais na apropriação de determinado espaço físico, mas de espaços simbólicos. Tudo dependerá do tipo de agrupamento, engajamento e participação que for mantido por e nesses tipos de comunidades.

Peruzzo (2010) aponta como as novas práticas possibilitadas pelas TICCS atualizam as formas de comunicação dos segmentos subalternos da sociedade. Essas práticas possivelmente vêm do interesse social presente nos cidadãos e nas organizações civis em interferir nos sistemas geradores e mantenedores da desigualdade, além das possibilidades inovadoras, como a interatividade²², criação de conteúdos apropriativos, entre outras proporcionadas pelas TICCS.

Existe um sem-número de iniciativas que demonstram o caráter facilitador das redes virtuais para a vida de pessoas, comunidades, instituições. Basta uma rápida navegação para localizarmos rádios, jornais, blogs, canais de vídeo, com viés alternativo. Agora se os canais são efetivos do ponto de vista da participação cidadã não podemos afirmar; quem sabe uma pesquisa netnográfica colabore.

²¹Informação verbal obtida durante aula ministrada na disciplina Comunicação e Comunidade, em 15 de agosto de 2011.

²²Entendemos que a interatividade não é apenas uma especificidade tecnológica, pois a própria interação face a face pode promovê-la, entre outras possibilidades.

É lógico que há um lado crítico nessa tecnologização dos espaços sociais e da própria realidade das pessoas. Para Sodré (2012, p. 177) assim como nos espaços históricos concretos, a luta democrática em torno das formas tecnológicas de cidadania também leva em consideração a possibilidade de se controlar digitalmente o espaço social. As discussões críticas podem tomar vários rumos, desde uma “inclusão” forçada, repetindo um mesmo ciclo de exclusões anteriores na educação, na escrita, a própria midiaticização, entendida como articulação da vida social como dispositivos de mídia (SODRÉ, 2012, p. 180), entre outros aspectos de cunho político, econômico e social. Contudo, é outra discussão.

Voltando à questão das comunidades virtuais e de sua territorialidade, entendemos que a presença não é mera ocupação de um lugar físico; há sim novas formas de presença, de estar presente e as tecnologias de comunicação e informação têm mediado tais encontros virtuais, simbólicos e participativos.

Então, esse universo veloz que muitos pesquisadores têm estudado requer a utilização de um método ou de multi-métodos, como queiram, para estudar tais realidades concretas. A netnografia parece servir, ancorada nos fundamentos da etnografia e atualizada conjuntamente com as próprias transformações que as tecnologias da comunicação e informação impõem à cultura cotidiana e vice-versa, numa constante retroalimentação.

Sobre o Método da Netnografia

Certamente, o método escolhido para determinada pesquisa depende da natureza e do âmbito de sua questão. Sobre a netnografia, ela adapta os procedimentos etnográficos comuns da observação participante às particularidades da interação social mediada por computador. Conforme aponta Kozinets (2014, p. 61-62),

A netnografia é pesquisa observacional participante baseada em trabalho de campo online. Ela usa comunicações mediada por computador como fonte de dados para chegar à compreensão e à representação etnográfica de um fenômeno cultural ou comunal. Portanto, assim como praticamente toda etnografia, ela se estenderá, quase que de forma natural e orgânica, de uma base na observação participante para incluir outros elementos, como entrevistas, estatísticas descritivas, coletas de dados arquivais,

análise de caso histórico estendida, videografia, técnicas projetivas como colagens, análise semiótica e uma série de outras técnicas [...].

O professor canadense, na tentativa de legitimar o campo da netnografia, demarca bem a linha tênue que a diferencia da sua precursora. Ele afirma que essa pesquisa em particular segue um conjunto distinto e específico de protocolos e procedimentos metodológicos acordado por uma comunidade de estudiosos.

Kozinets (2014, p. 66) também diferencia a pesquisa de comunidades online da pesquisa online em comunidades. “A pesquisa em comunidades online tenderia a ter um foco primordialmente netnográfico. Para a pesquisa online de uma comunidade, a netnografia desempenharia um papel auxiliar ou secundário”. É uma forma simples de argumentação, sendo bem aplicada fará a diferença no rumo e nos resultados da pesquisa.

Sendo assim, pesquisa de comunidade online é o estudo sobre alguns fenômenos diretamente relacionados às comunidades eletrônicas e à cultura online, uma determinada manifestação delas ou um de seus elementos ou até mesmo a mudança no uso da linguagem online. Pesquisa online em comunidade é o estudo que examina algum fenômeno social geral cuja existência social vai muito além da internet e das interações online, ainda que essas interações possam desempenhar papel importante com a afiliação do grupo.

No campo de trabalho mediado por computador, para adaptar as técnicas de etnografia face a face ao contexto online, é fundamental que seja especificada as diferenças entre os tipos de interações. Kozinets fala em quatro diferenças fundamentais: **alteração** que significa que a natureza da alteração está modificada, tanto coagida quanto liberada pela natureza e por regras específicas do meio tecnológico; **anonimato** no que diz respeito à interação continua sendo relevante até os dias de hoje, e ainda torna a abordagem netnográfica diferente da abordagem da etnografia face a face; **acessibilidade** ampla a muitos fóruns eletrônicos à participação de qualquer pessoa é crucial; **arquivamento** de forma automática de conversas e dos dados facilitados pelo meio online.

Até agora o texto discutiu os principais fundamentos que norteiam a netnografia enquanto método de pesquisa e sua utilização em comunidades e cultura online, isto a partir da interação social mediada pelas tecnologias de informação e comunicação. Tal investida serve como preparação para a entrada no campo práti-

co da netnografia. A seguir discutiremos o conjunto de diretrizes específicas para o desenvolvimento de netnografia. São eles: planejamento do estudo, entrada, coleta de dados, interpretação, garantia de padrões éticos e apresentação da pesquisa. Esses procedimentos estão interligados, porém não é requisito que ocorram de forma sequencial e estanque, exceto o planejamento e a entrada.

Planejamento e entrada:

O netnógrafo tem importantes decisões a tomar antes do primeiro contato com uma comunidade online. O procedimento de entrada, ou *entrée* cultural, parte de decisões sobre questões e temas, sobre a formulação da pergunta de pesquisa e visa a preparação para o trabalho de campo, tais como a identificação da comunidade online ou grupo a ser pesquisado. Inicialmente as formas de interação social e comunidades devem ser investigadas usando mecanismos de busca e outros meios, e ainda o reconhecimento do campo e a forma como o pesquisador se apresentará ao grupo pesquisado são decisões fundamentais.

Kozinets orienta que em geral deve-se dar preferência a comunidades que sejam relevantes, ativas, interativas, substanciais, heterogêneas e ricas em dados. Outro ponto importante é uma postura adequada para a investigação netnográfica, e o que também deve ser planejado são as opções participativas e os protocolos éticos.

Coleta de dados:

Em Kozinets (2014, p. 92) para a coleta e análise de dados três tipos de capturas são importantes, são eles: dados arquivais, dados extraídos e dados de notas de campo.

A primeira coleta de dados consiste em copiar diretamente de comunicações mediadas por computador preexistentes, tais como os dados da página, blog, site da comunidade ou grupo observado, assim como fotografias, trabalhos de arte e arquivos de som, dados cuja criação e estimulação o pesquisador não esteja diretamente envolvido.

A segunda coleta refere-se aos dados extraídos que o pesquisador cria por meio da interação com os membros, tais como: dados levantados por meio de entrevistas por correio eletrônico, bate-papo, mensagens instantâneas etc.

O terceiro tipo de coleta diz respeito às notas de campo experienciadas pelo pesquisador, sobre as práticas comunicacionais dos membros das comunidades,

suas interações, bem como a própria participação e o senso de afiliação do pesquisador etc.

Para Kozinets (KOZINETS, 2014, p. 93) qualquer forma que a coleta de dados assuma “implica envolvimento, engajamento, contato, interação, comunhão, relação, colaboração e conexão com membros da comunidade”. Em netnografia isso significa a comunicação com os membros da comunidade ou cultura em estudo e não com um website, servidor ou teclado, mas com as pessoas envolvidas. A forma de coleta vai depender da quantidade de material, no entanto, o netnógrafo precisa decidir entre salvar dados como artigos de texto legíveis ou como imagens de tela capturada. Outro ponto diz respeito à análise dos dados, pois a coleta não acontece isoladamente da análise dos mesmos.

Análise de dados:

A interpretação faz referência à classificação, análise e posterior interpretação dos dados coletados. Para Kozinets (2014, p. 113) a análise de dados contempla o processo de transformar os produtos coletados da participação e da observação netnográfica, tais como “os diversos arquivos de texto e gráficos baixados, as capturas de tela, as transcrições de entrevistas online, as notas de campo reflexivas”.

Nas etapas de seleção, coleta e análise de dados do processo netnográfico vários tipos de ferramentas, tais como mecanismos de busca como Google, incluindo Grupos do Google e Google Trends, páginas de redes sociais digitais, como o Facebook e o Instagram, aplicativos como o WhatsApp e o Telegram, assim como pacote de software de análise dos dados qualitativos (CAQDAS²³), tais como o Atlas.ti e o Nvivo, entre outros, ao critério do pesquisador, são recomendados. “Tais dados devem incluir textos, elementos gráficos, fotografias, arquivos de som e músicas, vídeos e quaisquer outros tipos de informações não numéricas” (KOZINETS, 2014, p.120).

Realizando netnografia ética:

A netnografia pressupõe que o pesquisador cumpra várias atividades para garantir a idoneidade da pesquisa. Consentimento informado, garantia de confiabilidade e anonimato aos indivíduos pesquisados, retorno para a comunidade, ter uma posição cuidadosa em relação às informações públicas/

²³Acrônimo para Computer-Assisted Qualitative Data Analyses.

privadas e conseguir consentimento informado. Na pesquisa netnografia ética (KOZINETS, 2014, p. 132) quatro passos são importantes para abordar essas questões: identificar-se e informar os constituintes relevantes sobre a pesquisa; pedir permissões apropriadas; obter consentimento quando necessário; citar e dar o devido crédito aos membros. Outra recomendação importante é que o netnógrafo crie uma página web de pesquisa, com sua identificação e com uma explicação detalhada sobre o estudo e a sua finalidade.

Representação e avaliação:

Para a compreensão e geração de critérios para a avaliação netnográfica é necessário o entendimento sobre os vários padrões históricos que sinalizam a etnografia de qualidade. De acordo com Kozinets (2014, p. 149-150) trata-se de fases que continuam influenciando a atualidade. Tais fases podem ser traduzidas em oito momentos²⁴: tradicional, modernista, gêneros indistintos, crise da representação, pós-moderno, pós-experimental e presente metodologicamente impugnado.

E ainda, aponta 10 critérios definidos para avaliar e inspirar a qualidade netnográfica para orientar o pesquisador. Os critérios decorrem diretamente dos padrões etnográficos tradicionais e de sua situação presente. São eles: coerência; rigor; conhecimento; ancoramento; inovação; ressonância; verossimilhança; reflexividade; práxis e mistura (KOZINETS, 2014, p. 152). De forma geral, tais critérios podem auxiliar na avaliação da netnografia, bem como pode auxiliar nas discussões acadêmicas e construir novas ideias. Já a apresentação da pesquisa ao grupo pesquisado tem o intuito de validar as interpretações sobre as observações realizadas e permitir que o pesquisado apresente suas opiniões sobre o que foi escrito e se está condizente com o contexto em que vivem.

Considerações Finais

Finalizo este trabalho sabendo que várias lacunas foram deixadas, mas várias pistas também. Num mundo conectado é difícil escapar dos burburinhos oriundos da interação online e da sociabilidade em rede, mesmo que você esteja

²⁴Na obra de referência de Robert Kozinets citada neste trabalho consta detalhadamente cada momento histórico.

fora das mídias sociais digitais. De alguma forma, elas estarão com você. Seja numa conversa face a face, seja num atendimento, ou numa fila de espera. Mesmo que você não esteja com o seu smartphone ou tablet em mãos, alguém certamente estará e isso de alguma forma te afetará.

O lado bom dessa afetação é que os processos comunicacionais podem ganhar outras dimensões que ultrapassam a territorialidade física. A internet é um espaço plural que pode ser potencializado para além dos ditames mercadológicos. Ela pode auxiliar na promoção da cidadania ao facilitar processos comunicacionais, na medida em que serve como um trombone digital para homens e mulheres, pautados na luta diária pela questão do trabalho e tantas outras demandas. Nesse aspecto, estudar os processos de comunicação comunitária na internet por meio da netnografia e em conjunto com outros procedimentos metodológicos podem compor um arcabouço teórico metodológico para nossa imersão na rede. Seguindo a linha de Kozinets (2014, p. 169).

Nós, os netnógrafos da rede, os caçadores e coletores de URLs e mecanismos, perfumes e figuras, olhares e capturas. Atravessamos oceanos, não de água, mas de uma infinidade de fluxos de dados que correm, rugem, e se cruzam. Detetives digitais, bricoleurs em bits e bytes, estamos constantemente adaptando, instalando, programando, ligando, questionando, interpretando, refletindo, observando. Seguindo a mistura. Conectados e desconectados. Desconectados e conectados.

Vejo você online!

REFERÊNCIAS:

AMARAL, Adriana; NATAL, Geórgia; VIANA, Lucina. (2008). **Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital**. Revista Famecos, Porto Alegre, nº 20, dezembro.

AMARAL, Adriana. (2009). **Autonetnografia e inserção online**: o papel do pesquisadorinsider nas práticas comunicacionais. Revista Fronteiras - estudos midiáticos. Vol. 11, nº 1. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/5037>> Acesso em jun, 2015.

AMARAL, A. (2007). **Categorização dos gêneros musicais na Internet:** para uma etnografia virtual das práticas comunicacionais na plataforma social Last.fm. In: FREIRE FILHO, J., HERSCHMANN, M. (orgs.). Novos rumos da cultura da mídia. Indústrias, produtos e audiências. Rio de Janeiro: Mauad.

BRAGA, Adriana. (2006). **Técnica etnográfica aplicada à comunicação online:** uma discussão metodológica. UNRevista, v. 1, n. 3, p. 1-11, julho.

GONZÁLEZ, Jorge A. (2008). **Digitalizados por decreto.** Cibercultur@: inclusão forçada na América Latina. Matrizes: Revista do programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. Universidade de São Paulo, a. 2, n.2, p.113-138.

HINE, Christine. **Virtual Ethnography**. Centre for Research into Innovation, Culture and Technology Brunel University, Uxbridge, Middlesex, UB8 3PH, UK. Disponível em <<http://www.cirst.uqam.ca/pcst3/pdf/Communications/hine.pdf>>.

KOZINETTS, Robert. V. (2014). **Netnografia:** Realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso.

KOZINETTS, Robert. V. (2002). **The Field Behind the Screen:** Using Netnography for Marketing Research in Online Communities. Disponível em: <<http://www.marketingpower.com/content18255.php>>. Acesso em 17 junho 2014.

LÉVY, Pierre. (2014). **Cibercultura.** 3ª ed. [2ª reimpressão]. São Paulo: Editora 34.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. (2006). **Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária.** In: XXIX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, Brasília-DF. Disponível em: <http://www.ciciliaperuzzo.pro.br/publicacoes.html>.

_____. (2002). **Comunidades em tempo de Redes.** In: COGO, Denise; KAPLÚN, Gabriel; PERUZZO, Cicilia M. Krohling (Orgs.). Comunicación y movimientos populares: Cuales redes? Porto Alegre: Editora Unisinos, p.257-298.

_____. (2010). **Desafios da Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa na Cibercultur@:** Aproximação à Proposta de Comunidade Emergente de Conhecimento Local. In: XXXIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, Caxias do Sul, RS. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/indiceautor.html>

POLIVANOV, Beatriz. (2013). **Etnografia virtual, netnografia ou apenas etnografia?** Implicações dos conceitos. Esferas, ano 2, nº 3, julho a dezembro.

SÁ, Simone Pereira de. (2002). **Netnografias nas redes digitais.** In: PRADO, J.L. Crítica das práticas midiáticas. São Paulo: Hacker Editores.

SODRÉ, Muniz. (2012). **Reinventando a educação.** Diversidade, descolonização e redes. Petrópolis: Vozes.



***PESQUISAS
NA PRÁTICA***

2

Nos Cem Primeiros Dias de Governo: como o presidente Jair Bolsonaro e os seus filhos usaram o termo *fake news* no Twitter

Debora Christina Melo de Oliveira²⁵

RESUMO: Este artigo analisa e contextualiza o uso do termo *fake news* pelo presidente Jair Bolsonaro e seus filhos nos cem primeiros dias de governo. Baseado na técnica de Análise de Conteúdo, de Bardin, o trabalho discute desinformação e pós-verdade no contexto da desordem informacional.

PALAVRAS-CHAVE: Fake News; Família Bolsonaro; Twitter; Análise de Conteúdo.

Em 2016, a chegada de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos se deu graças à propagação de *fake news* que favoreciam o então candidato - como o suposto apoio do papa Francisco ao empresário²⁶ - e contra a sua oponente, Hillary Clinton²⁷. Durante a corrida eleitoral, a norte-americana foi acusada, por exemplo, de ser líder de uma rede de prostituição e tráfico infantil²⁸. Ainda no mesmo ano, durante a campanha pelo Brexit, a *fake news*

²⁵Debora Christina Melo de Oliveira, jornalista com mais de 20 anos de experiência. Formada em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), master em Jornalismo Digital pelo convênio Instituto Internacional de Ciências Sociais (iiCS) e Universidad de Navarra e tem um lato sensu em Mídias e Educação pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS). E-mail: deboradelucas@icloud.com

²⁶Notícias falsas sobre eleição nos EUA têm mais alcance que notícias reais. G1, 17 de novembro de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/eleicoes-nos-eua/2016/noticia/2016/11/noticias-falsas-sobre-eleicoes-nos-eua-superam-noticias-reais.html>>. Acesso em 9 de julho de 2020.

²⁷MARS, Amanda. Como a desinformação influenciou nas eleições presidenciais?. El País, 25 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/24/internacional/1519484655_450950.html>. Acesso em 8 de julho de 2020.

²⁸Hillary comanda rede de pedofilia em pizzaria? Tudo mentira. Veja.com.br, 22 de novembro de 2016. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/hillary-comanda-rede-de-prostituicao-em-pizzaria-tudo-mentira/>>. Acesso em 8 de julho de 2020.

“cofres públicos desembolsam, semanalmente, 350 milhões de libras pela permanência da Grã-Bretanha na União Europeia” influenciou o voto dos eleitores pela saída do Reino Unido do bloco econômico²⁹.

Em 2017, o então candidato à presidência da França, Emmanuel Macron, também foi vítima de *fake news*. Alegou-se que a campanha eleitoral do político estava sendo financiada pela Arábia Saudita e que o francês havia aberto uma conta bancária nas Bahamas³⁰.

Ainda em 2017, antes da campanha de reeleição da chanceler federal alemã Angela Merkel em 2018, *fake news* deturpam a política de refugiados da mandatária³¹.

Em meio a essa onda mundial de eleições permeadas pelas *fake news*, o candidato Jair Messias Bolsonaro foi eleito o 38º presidente da República Federativa do Brasil em 28 de outubro de 2018.

Apesar das medidas tomadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contra as *fake news* antes e durante o pleito - como, por exemplo, criação do Conselho Consultivo sobre Internet e Eleições, acordos de não disseminação de *fake news* com a mídia e os partidos políticos, parceria entre Justiça Eleitoral e agências de checagem de fatos e publicação do hotsite Esclarecimentos sobre informações falsas veiculadas nas Eleições 2018 -, as denúncias sobre o uso de *fake news* e de distribuição de conteúdo tendencioso pelas redes sociais Facebook e WhatsApp para favorecer a vitória do novo mandatário seguem em andamento, e Bolsonaro continua no posto mais alto do Poder Executivo nacional há mais de um ano³².

²⁹Como Trump e o Brexit ajudaram a cunhar a ‘palavra do ano’ escolhida pelo dicionário Oxford. BBC Brasil, 16 de novembro de 2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-37998165>>. Acesso em 8 de julho de 2020.

³⁰IRETON, Cheryllyn; POSETTI, Julie. Jornalismo, Fake News & Desinformação: Manual para Educação e Treinamento em Jornalismo. Brasil. 2019. p. 49. (Série UNESCO sobre Educação em Jornalismo). Disponível em <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368647>>. Acesso em 18 de maio de 2020.

³¹Merkel deve se preparar para mais “fake news”, alerta UE. Deutsche Welle, 24 de janeiro de 2017. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/merkel-deve-se-preparar-para-mais-fake-news-alerta-ue/a-37251692>>. Acesso em 8 de julho de 2020.

O objetivo deste artigo é analisar o uso do termo *fake news* e o seu significado para Jair Bolsonaro (sem partido) e seus filhos - o senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ), o Zero Um; o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ), o Zero Dois; e o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), o Zero Três - nos cem primeiros dias de governo.

Como base, as postagens publicadas nas respectivas contas dos quatro políticos no Twitter - @JairBolsonaro, @FlavioBolsonaro, @CarlosBolsonaro e @BolsonaroSP - foram utilizadas. Essa rede social foi escolhida porque se tornou o canal oficial do clã político.

Nesse levantamento, os tweets que apresentam o termo *fake news* foram destacados e comparados com o significado da expressão aceito por pesquisadores, veículos de comunicação, agências de checagem de fatos e jornalistas.

Fake news: da Roma Antiga ao atual cenário da pós-verdade

Existentes desde a Roma Antiga, as *fake news* já foram usadas até mesmo contra os imperadores, lembra o arqueólogo Néstor F. Marqués no livro *“Fake news de la Antigua Roma: engaños, propaganda y mentiras de hace 2000 años”*.

Há o conhecido caso do imperador Nero (37 – 68 d.C.). Apesar de não estar em Roma no dia do incêndio, ele entrou para a História como o louco que ateou fogo na cidade³³.

³²Em 9 de junho de 2020, o Ministério Público Federal (MPF) se manifestou a favor do compartilhamento de provas entre o inquérito das fake news do Supremo Tribunal Federal (STF) e as ações que pedem a cassação da chapa do presidente Jair Bolsonaro e do vice-presidente Hamilton Mourão no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O Partido dos Trabalhadores (PT) é o autor do processo que pede a impugnação da coligação de Bolsonaro por abuso eleitoral diante de um suposto esquema de disparo ilegal de mensagens via WhatsApp, financiado por empresários apoiadores do então candidato à presidência. Em 17 de junho do mesmo ano, os ministros do STF votaram, por unanimidade, a favor da legalidade do inquérito das fake news.

³³Na matéria “Bulos de la antigua Roma: mentiras de hace 2.000 años”, de BLANCO, Patricia R., El País, 31 de maio de 2019. Disponível em: <https://elpais.com/elpais/2019/05/30/hechos/1559210907_568998.html>. Acesso em 17 de maio de 2020.

Em entrevista concedida ao *El País* e publicada em 31 de maio de 2019, Marqués explica que, na Roma Antiga, muitos boatos foram criados. “Alguns foram gerados pelos próprios romanos por interesses políticos para prejudicar, por exemplo, um imperador e enaltecer outro (...)”, disse ao jornal espanhol³⁴.

Em um fascículo dedicado aos boatos, a Cartilha de Segurança para Internet, do Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil (CERT.br), acrescenta pontos e converge com a análise do arqueólogo.

Boato é “uma notícia de fonte desconhecida, muitas vezes infundada que se divulga entre o público. (...) Como não se conhece a fonte da notícia não é possível saber exatamente o motivo pelo qual ela foi criada, podendo variar de simples diversão até interesses políticos e econômicos. (...) Popularmente conhecidos como “disse me disse”, “zunzunzum” e falatóWWrios, os boatos circulam há muito tempo no boca a boca. A internet, porém, lhes deu maior alcance e dimensão (CERT.br, 2012, online).

O documento lembra que os boatos já foram conhecidos como *hoaxes* (fraudes, embustes, em inglês) e circulavam por e-mail e como correntes - que são os boatos que pedem para serem compartilhados. Ainda de acordo com a cartilha, nos dias de hoje, eles são chamados, frequentemente, de *fake news*.

As *fake news* são, geralmente, associadas a histórias que tentam se passar por reportagens jornalísticas verdadeiras e que possuem conteúdo falso, impreciso ou distorcido, informa a cartilha. O documento também aponta que, independente do nome recebido, os boatos geram desinformação, causam problemas e precisam ser combatidos.

Em entrevista concedida ao *El País Brasil*, o filósofo Pablo Ortellado, do projeto Monitor do Debate Político no Meio Digital, lembra que uma matéria descrita como *fake news* “aparenta ter sido feita a partir de uma apuração, porém ela é falsa não por erro de apuração, mas de maneira maliciosa”.

³⁴Na matéria “Bulos de la antigua Roma: mentiras de hace 2.000 años”, de BLANCO, Patricia R., El País, 31 de maio de 2019. Disponível em: <https://elpais.com/elpais/2019/05/30/hechos/1559210907_568998.html>. Acesso em 17 de maio de 2020.

Até a ONU entrou na discussão. Via Unesco, a Organização das Nações Unidas publicou o manual para educação e treinamento *“Jornalismo, Fake News & Desinformação”* em 2019. O livro ressalta que as notícias falsas são muito mais do que um rótulo para informações falsas e enganosas, disfarçadas e divulgadas como notícias.

Tornou-se um termo emocional, armado para debilitar e depreciar o jornalismo. Por essa razão, os termos informação incorreta, desinformação e “desordem informacional” como sugerido por Wardle e Derakhshan, são preferidos, mas não mandatários (IRETON; POSETTI, 2019, p.15)

A agência especializada em Educação, Ciência e Cultura da ONU conta que a obra foi produzida durante a crescente preocupação internacional com a “guerra da desinformação”, na qual o jornalismo e os profissionais da área são os principais alvos. Em 2017, quando o projeto do título estava sendo encomendado, os relatores da ONU, da OSCE (Organization for Security and Co-operation in Europe), da Organização dos Estados Americanos (OEA) para a Liberdade de Expressão e da Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos sobre Liberdade de Expressão e Acesso à Informação declararam:

“(Nós estamos) alarmados com casos em que autoridades públicas denigrem, intimidam e ameaçam a mídia, inclusive, afirmando que a mídia é ‘a oposição’ ou está ‘mentindo’ e tem uma agenda política oculta, o que aumenta o risco de ameaças e violência contra jornalistas, enfraquece a credibilidade e a confiança do público no jornalismo como um órgão de fiscalização pública e pode induzir o público a confundir o que é desinformação e produtos de mídia que contenham fatos independentes verificáveis” (IRETON; POSETTI, 2019, p.16).

Com a politização do termo *fake news* por pessoas que estão no poder não e que não admitem a publicação de relatórios desfavoráveis (IRETON; POSETTI, 2019, p. 47), os termos informação incorretos e desinformação se tornaram mais recomendados no contexto atual, o da desordem informacional.

Grande parte do discurso sobre *fake news* combina duas noções: informações incorretas e desinformação. Pode ser útil, no entan-

to, propor que a informação incorreta seja informação falsa que a pessoa que está divulgando acredita ser verdadeira. Desinformação é uma informação falsa, e a pessoa que divulga sabe que é falsa. É uma mentira intencional e deliberada, e resulta em usuários sendo ativamente desinformados por pessoas maliciosas (IRETON; POSETTI, 2019, p. 47).

A má-informação também faz parte da desordem informacional. Utilizada para causar danos a uma pessoa, organização ou país, ela surge como vazamentos, assédios e discursos de ódio, informa o manual.

Vale lembrar que, quando um veículo de comunicação - jornal, revista, site, rádio ou TV - comete uma barriga, jargão jornalístico para um grave erro de informação, a falha é reconhecida e noticiada interna e externamente, segundo o *“Manual de Redação”* da *Folha de S. Paulo*.

Ainda no título *“Jornalismo, Fake News & Desinformação”*, a pós-verdade - também conhecida como pós-fato - é apresentada como um elemento que completa a presente desordem informacional.

Para complementar, o livro da Unesco conta que o argumento dos especialistas de pós-verdade é que a política e a mídia se tornaram tão polarizadas e tribais que os cidadãos rejeitam quaisquer fatos com os quais discordam.

No artigo *“Fake News: contra-ataque à pós-verdade”*, Lorena Ferreira Alves reforça a análise do manual da ONU

(...) pós-verdade se refere à informação de opiniões em que fatos objetivos são menos influentes do que apelos à emoção e crença pessoal. O termo pós-verdade ganhou destaque ao ser continuamente citado durante as eleições presidenciais dos Estados Unidos no período [Donald Trump x Hillary Clinton] em que foi instaurada palavra do ano (...) (ALVES, 2018, p. 214).

A pós-verdade só se torna eficaz devido a capacidade de alcançar grupos que se guiam por concepções afetivas, uma vez em contato com esta informação, tais grupos afirmam suas identidades, independente da veracidade daquilo que é exposto a eles. (ALVES, 2018, p. 215).

Foi em 2016 que os termos pós-verdade e pós-fato ganharam manchetes em todo o mundo e acabaram selecionados como a Palavra do Ano pelo Ox-

ford English Dictionary e pela *Society for the German Language*, respectivamente, de acordo com a obra *“Jornalismo, Fake News & Desinformação”*.

O jornalista Matthew D’ancona, no livro *“Pós-Verdade - A Nova Guerra Contra os Fatos em Tempos de Fake News”*, completa

Essa é a característica que define o mundo da pós-verdade. A questão não é determinar a verdade por meio de um processo de avaliação racional e conclusiva. Você escolhe sua própria realidade, como se escolhesse comida em um bufê. Também seleciona sua própria mentira, de modo não menos arbitrário.” (D’ANCONA, 2018, p. 57).

Apenas para reiterar, pós-verdade é o conjunto de circunstâncias ou contexto em que é atribuída grande importância, sobretudo social, política e jornalística, a notícias falsas ou a versões verossímeis dos fatos, com apelo às emoções e às crenças pessoais, em detrimento de fatos apurados ou da verdade objetiva, segundo o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa.

Em linhas gerais - e cada um a seu modo -, o manual *“Jornalismo, Fake News & Desinformação”*, o artigo de Lorena Ferreira Alves e o livro de Matthew D’ancona consideram *fake news* e pós-verdade fenômenos contemporâneos interligados, que se retroalimentam.

De acordo com as obras, enquanto as *fake news* dependem da pós-verdade para se fortalecerem, a pós-verdade necessita das *fake news* para existir.

Trump: fake news, Twitter & os Bolsonaro

Em 8 de outubro de 2017, o presidente dos Estados Unidos Donald Trump reivindicou a criação do termo *fake news*. No entanto, o chefe de Estado norte-americano foi corrigido - no mesmo dia e via Twitter - pelo dicionário Merriam-Webster³⁵. Segundo a publicação editada há mais de 150 anos, o termo surgiu por volta do século XIX³⁶.

³⁵Tweet publicado pelo dicionário Merriam-Webster em 8 de outubro de 2017. Disponível em: <<https://twitter.com/MerriamWebster/status/917037423007322112>>. Acesso em 2 de julho de 2020.

³⁶MERRIAM-WEBSTER. The Real Story of ‘Fake News’. 2017. Disponível em: <<https://www.merriam-webster.com/words-at-play/the-real-story-of-fake-news>>. Acesso em: 3 fev. 2020.

Apesar de a reivindicação errônea do mandatário norte-americano, acadêmicos, escritores e jornalistas reconhecem que a expressão foi popularizada e, conseqüentemente, eleita Palavra do Ano a partir das eleições presidenciais de 2016 nos Estados Unidos. Na época, notícias falsas sobre a candidata democrata Hillary Clinton - como, por exemplo, o Pizzagate³⁷ - foram intensamente compartilhadas pelos eleitores de Trump.

O ataque à razão e à verdade atingiu ápices nos Estados Unidos durante o primeiro ano de mandato do presidente Trump, mas vinha sendo incubado havia anos pela extrema direita. Durante a campanha de 2016, opositores de Clinton, que fabricavam acusações delirantes sobre a morte de Vince Foster na década de 90, se uniram a membros paranoicos do Tea Party que afirmaram que os ambientalistas queriam controlar a temperatura das casas e as cores dos carros (KAKUTANI, 2018, p. 28).

O BuzzFeed publicou que, durante os últimos três meses da campanha presidencial de 2016, as fake news eleitorais de “alto desempenho” no Facebook geraram mais engajamento do que as principais notícias de grandes veículos jornalísticos como The New York Times, The Washington Post, NBC News e The Huffington Post. Das vinte matérias falsas, todas, com exceção de três, eram a favor de Trump ou contra Hillary Clinton, incluindo uma que afirmava que Hillary havia vendido armas para o Estado Islâmico e outra que dizia que o papa apoiava Trump (KAKUTANI, 2018, p. 153 e 154).

Amparado pela pós-verdade, o mandatário norte-americano inclui, ao se comunicar, interpretações próprias de fatos e realiza frequentes ataques à imprensa, aponta d’Ancona, no já citado livro *“Pós-Verdade - A Nova Guerra Contra os Fatos em Tempos de Fake News”*.

A vitória o persuadiu de que, agora, ele estava mais ou menos liberado das restrições incômodas aos fatos. Avancemos para a primeira entrevista coletiva de Trump como presidente, em que

³⁷Durante a corrida eleitoral presidencial norte-americana de 2016, a senadora e então candidata Hillary Clinton foi apontada como líder de uma rede de prostituição e tráfico infantil, de acordo com o site Superinteressante [www.super.abril.com.br], 14 de fevereiro de 2020. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/pizzagate-o-escandalo-de-fake-news-que-abalou-a-campanha-de-hillary/>>. Acesso em 1º de julho de 2020.

ele disse que alcançara “a maior vitória no colégio eleitoral desde Ronald Reagan”. Ao ser corrigido por Peter Alexander, da rede NBC, que mostrou que, em 2008, Obama assegurara 365 votos - 61 a mais do que Trump -, o presidente resmungou: “Estou falando dos republicanos.” Alexander respondeu que o republicano George H. W. Bush conquistara 426 votos, em 1988, e perguntou, com base nas afirmações falsas de Trump, por que os norte-americanos deveriam confiar nele. Aparentemente tranquilo, o presidente disse apenas: ‘Eu recebi essa informação. Na realidade, vi essas informações por aí. Mas foi uma vitória bastante substancial, você não concorda?’ (D’ANCONA, 2018, p. 26).

A crítica literária Michiko Kakutani, no título “*A Morte da Verdade. Notas Sobre a Mentira na Era Trump*” (2018, p.97), recorda que “políticos sempre distorceram a realidade, mas a TV - e mais tarde a internet - lhes deu novas plataformas para prevaricar”.

No paper “Trump 2016: ¿presidente gracias a las redes sociales?”, o jornalista Roberto Rodríguez-Andrés destaca o protagonismo - e a importância - do Twitter para Trump. O professor da Universidad de Navarra avalia que o presidente norte-americano transformou a rede social do pássaro em uma de suas principais ferramentas de comunicação (2018, p. 841).

No artigo, o autor rememora um trecho de uma análise do jornalista Michael Barbaro, de *The New York Times*, escrita em 2016: ‘Trump ha dominado Twitter de una forma que ningún candidato a presidente ha conseguido hasta ahora. Liberó y redefinió su poder como herramienta para promoción política, distracción y ataque’ (RODRÍGUEZ-ANDRÉS, p. 842).

A declarada admiração de Jair Bolsonaro pelo presidente dos Estados Unidos levou o brasileiro a adotar - pós-eleição - o Twitter como canal oficial. Na reportagem “Bolsonaro segue passos de Trump e adota rede social para discursar”, publicada na *Folha de S. Paulo*, em 3 de novembro de 2018, a jornalista Danielle Brant confirma o panorama.

A inspiração chega ao ponto de influenciar o método usado pelo brasileiro para se comunicar: em vez de meios de comunicação tradicionais, as redes sociais. A exemplo do que acontece nos Estados Unidos, o Brasil caminha para ter um tuíteiro em chefe, apelido que Trump recebeu de críticos e adversários (BRANT, 2018, online).

Na matéria, Brant destaca que, em paralelo e *à la Trump*, Jair Bolsonaro usa o Twitter para anúncios oficiais como, por exemplo, a indicação do astronauta Marcos Pontes para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI)³⁸.

Ainda mimetizando Trump, Bolsonaro e os seus filhos também começaram a usar o termo *fake news* como o presidente norte-americano, aponta a matéria “Palanque virtual”, publicada na revista *Época*, em 8 de abril de 2019, p.38.

Assim como Trump, os Bolsonaros utilizam a expressão em, principalmente, dois casos: quando as notícias de veículos de comunicação de credibilidade são desfavoráveis aos seus interesses políticos; e para atacar e desacreditar a imprensa e jornalistas, ainda segundo a reportagem da *Época*, p.39, 40 e 41.

Metodologia

Para análise dos *tweets* foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo (A.C.), da professora-assistente de Psicologia na Universidade de Paris V Laurence Bardin. De acordo com a autora, a Análise de Conteúdo é um conjunto de técnicas de análises das comunicações - quantitativo ou não - que aposta na importância do método como forma para não perder a heterogeneidade dos objetos analisados.

Ainda segundo Bardin (1977), a A.C. busca oferecer procedimentos sistemáticos e objetivos - neutros - de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores e conhecimentos. Por isso, entendemos que a A. C. tenta garantir a descoberta do verdadeiro significado.

Para a autora, a A.C. se organiza em três fases: pré-análise; exploração do material; e tratamento de resultados, inferência e interpretação.

A pré-análise é composta por leitura flutuantes, escolha dos documentos, formulação das hipóteses e dos objetivos e referência dos índices e a elaboração de indicadores. Assim, nessa fase refletiu-se sobre o termo *fake news* e como os Bolsonaros fizeram uso do termo nos primeiros cem dias de governo.

³⁸Na matéria “Astronauta Marcos Pontes será ministro da Ciência do governo Bolsonaro”, de Fernandes, Talita; Alves; Gabriel, *Folha de S. Paulo*, 31 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2018/10/bolsonaro-anuncia-no-twitter-astronauta-marcos-pontes-como-ministro-da-ciencia.shtml?origin=folha>>. Acesso em 16 de julho de 2020.

A exploração do material é a etapa de codificação, em que os recortes são realizados em unidades de contexto e de registro. Para uma boa categorização, exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade, fidelidade e produtividade são os requisitos necessários. Desse modo, foram selecionados das contas do Twitter dos quatro políticos os *tweets* em que o termo *fake news* aparecia.

Na terceira fase, ocorre o tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A interpretação precisa estar relacionada ao *corpus* - e deve ser validada pela comunidade científica da área. Os resultados precisam estar alinhados aos objetivos iniciais. Por fim, acontece a interpretação das questões, que será detalhada a seguir.

Análise do termo *fake news*

De 1º de janeiro a 10 de abril de 2019, cem primeiros dias do governo de Jair Bolsonaro, o termo *fake news* foi utilizado 34 vezes pelo chefe de Estado e seus filhos - o senador Flávio Bolsonaro, o Zero Um; o vereador Carlos Bolsonaro, o Zero Dois; e o deputado federal Eduardo Bolsonaro, o Zero Três - na rede social Twitter.

Nesse período, os membros da família postaram, ao todo, 1.515 *tweets*. No decorrer dessa centena de dias, Jair Bolsonaro tuitou 497 vezes e usou a expressão *fake news* em sete ocasiões. Carlos e Eduardo publicaram, respectivamente, 435 e 534 *tweets* e utilizaram a palavra *fake news*, ainda respectivamente, 12 e 15 vezes.

Também conhecido pelo uso ativo da rede social de 280 caracteres, Flávio postou apenas 49 *tweets* e não utilizou o termo *fake news* durante esse intervalo de tempo.

Esses dados foram obtidos a partir de *prints*, leitura e contagem de todas as postagens realizadas pelos quatro políticos no período determinado. A expressão notícias falsas e sinônimos, como desinformação, foram desconsiderados. Apesar de diversas matérias jornalísticas apontarem que Carlos tuita por Jair, seu pai, neste artigo vou considerar cada político responsável pelas próprias postagens em suas contas oficiais.

O primeiro levantamento aconteceu em 11 abril de 2019. Como o vereador Carlos Bolsonaro deletou os perfis nas redes sociais Twitter, Instagram e Facebook

em 12 de novembro, optei por realizar um novo levantamento em 9 dezembro, um dia depois do político retornar ao Twitter.

@JairBolsonaro

Nas sete vezes em que tuitou o termo *fake news*, o presidente Jair Bolsonaro [@JairBolsonaro] usou a expressão para desqualificar veículos de comunicação que publicaram notícias desfavoráveis ao governo. Em apenas um *tweet*, rebateu diretamente um jornalista, o colunista Robson Bonin, da revista *Veja*. Nos outros seis, entrou em embate com os seguintes veículos de comunicação: o jornal *O Globo*, o portal UOL, o site Antagonista e o canal a cabo GloboNews.

Ao contrário das outras mensagens onde o nome do presidente, do seu filho, Carlos, ou governo são mencionados por contas oficiais de empresas jornalísticas no Twitter, o caso da GloboNews se refere a uma imagem do trecho do anúncio do furo da jornalista Eliane Cantanhêde sobre a demissão do então ministro da Educação Ricardo Vélez Rodríguez.

Nos cem primeiros dias do seu governo, Bolsonaro utilizou a expressão *fake news* sempre associada a matérias. Ele não escreveu o termo em *tweets* aleatórios. Na rede social, todas as mensagens do mandatário são respostas a reportagens/informações apuradas de acordo com as regras do Jornalismo.

Uma particularidade nos *tweets* do presidente: apesar de importantes dicionários de Língua Inglesa grafarem a palavra *fake news* separada, Bolsonaro chegou a utilizá-la aglutinada - *fakenews* - por cinco vezes.

@FlavioBolsonaro

A ausência de Flávio Bolsonaro no Twitter aconteceu no momento em que o nome do senador do Rio de Janeiro e primogênito do presidente da República foi citado em duas acusações: ligações com milícias e apresentação do relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), do Ministério da Fazenda - o documento demonstrava movimentações financeiras suspeitas realizadas pelo então assessor parlamentar do político, Fabrício

Queiroz³⁹. Publicada na edição de 10 de abril de 2019, da revista *Veja*, a matéria “República dos tuítes”, dos jornalistas Fernando Molica, Maria Clara Vieira e Jana Sampaio, associa o sumiço de Zero Um ao momento desfavorável (p. 46).

@CarlosBolsonaro

Conhecido como o membro da família mais agressivo ao tuitar, o vereador do Rio de Janeiro Carlos Bolsonaro [@CarlosBolsonaro] se manteve mais calmo durante os cem primeiros dias do governo do seu pai. No período, o político usou o termo *fake news* por 12 vezes: tanto para desqualificar veículos que publicaram matérias desfavoráveis ao governo como de forma aleatória, isto, é, dissociada de reportagens.

Os embates de Zero Dois aconteceram com os jornais *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *Extra*, o site O Antagonista e o portal UOL (nove *tweets*) -, o jornalista Sidney Rezende (dois *tweets*) e o influencer e youtuber digital PC Siqueira (um *tweet*).

Xingamentos direcionados a uma pessoa ou um veículo de comunicação - corno e canalha -, uso de *prints* de trechos de matérias para reforçar os argumentos e ausência de URLs para checagem de informações também fizeram parte do estilo de postagem do político.

Contrariando os dicionários de Língua Inglesa, Carlos usava, como seu pai, o termo *fakenews* de forma aglutinada.

³⁹Preso em 18 de junho de 2020, em Atibaia (SP), Fabrício Queiroz foi assessor parlamentar, motorista e segurança do senador Flávio Bolsonaro. Amigo do presidente Jair Bolsonaro desde 1984, ficou conhecido pela Operação Fumaça da Onça e pelo esquema “rachadinha”. Deflagrada pela Polícia Federal, a primeira ação investigava o pagamento de propina a deputados por parte do governo estadual. Comandada por Queiroz, a “rachadinha” contratava, sob a condição de devolução de parte das remunerações, funcionários para parlamentares. De acordo com o Ministério Público, o dinheiro arrecadado foi usado para lavar cerca de R\$ 2,3 milhões em uma loja de chocolates e negociações imobiliárias. Na matéria “Quem é Fabrício Queiroz, ex-assessor de Flávio Bolsonaro preso em Atibaia”, SOBRINHO, Wanderley P., UOL.com.br, 18 de junho de 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/06/18/saiba-quais-sao-as-suspeitas-sobre-fabricio-queiroz.htm>>. Acesso em 8 de julho de 2020.

@BolsonaroSP

Como seu irmão Carlos, o deputado federal de São Paulo Eduardo Bolsonaro [@BolsonaroSP] usou o termo *fake news* de forma, geralmente, aleatória - ou seja, sem relação direta com o noticiário.

Nos 15 *tweets* coletados no período, o político utilizou a expressão em cinco casos: atacar/afirmar que os veículos de comunicação - os canais a cabo CNN e GloboNews, a revista *Veja*, os portais UOL e G1, o site Brasil 247 e os jornais *Estado de S. Paulo* e *El País* (Espanha) - são criadores/propagadores de *fake news* (dez *tweets*); combate às *fake news* (um *tweet*); interpretação própria da realidade/versão alternativa dos fatos (um *tweet*); como #FakeNewsDaFakeNews (um *tweet*); e para associar um grupo ou pessoas - considerados por Eduardo - de esquerda às *fake news* (dois *tweets*).

Como o seu pai, Zero Três lançou mão do termo *fake news* para desqualificar a imprensa quando notícias desfavoráveis ao governo eram publicadas. Além disso, usou expressões como imprensa podre, extrema imprensa e fora *fake news* para intensificar - ainda mais - a desqualificação do trabalho jornalístico.

Dos 15 *tweets* gerados pelo político, quatro foram ilustrados por montagens de imagens sem as respectivas URLs das notícias. Dessa forma, a audiência ficou a sem os respectivos contextos.

Categorias

Partindo da aplicação da metodologia A.C. de Bardin, três categorias foram identificadas no conjunto dos 34 *tweets* reunidos: ataques à imprensa, ataques a jornalistas e celebração ao combate às *fake news*.

Emulando o estilo Trump, os políticos afirmaram que as matérias e as informações publicadas pela imprensa tradicional eram *fake news* usadas para desestabilizar o governo e atacar - pessoalmente - os membros da família Bolsonaro. No período - de 1º de janeiro a 10 de abril de 2019 -, o trio parecia ignorar que reportagens, análises e debates sobre a atuação de qualquer governo fazem parte do papel da imprensa, principalmente, nas editorias Cidade, Política e Internacional. Vale lembrar que as matérias são resultado de apurações, checagens e informações fornecidas por fontes avalizadas por jorna-

listas e redações. Enquanto o presidente Jair Bolsonaro se centrou, de forma objetiva, em apontar notícias desfavoráveis como *fake news*, Carlos e Eduardo Bolsonaro usaram o termo de forma aleatória e, algumas vezes, sem relação a fatos concretos.

Considerações Finais

Os *tweets* dos Bolsonaros apresentam carga emocional e tentam inverter as informações publicadas e anular o trabalho da imprensa.

Aparentemente há uma relação entre o teor depreciativo e beligerante das tuitadas e as crenças e as conexões afetivas, no entanto, não há como afirmar - neste instante - se o presidente e os seus filhos creem no que defendem, se dizem o que os seus eleitores querem ouvir, se os seus posicionamentos fazem parte de uma estratégia ou se vitimizam.

Além das apurações obrigatórias ocorridas nos tradicionais veículos de comunicação, as agências de *fact-checking* realizam checagens aprofundadas. No contexto da desordem informacional, essas duas ações já questionam as alegações dos Bolsonaros.

No período compreendido por este artigo, a agência de checagem de fatos Lupa publicou 225 verificações. Dessas, 18 desmantelaram *fake news* contra os Bolsonaros. Dessas notícias falsas, nenhuma traz informações referentes aos 34 *tweets* analisados nesse trabalho. Ou seja, nenhum dos *reports* de *fake news* realizados pelos Bolsonaros no Twitter coincide com as verificações de *fake news* da agência referência em *fact-checking* no Brasil.

Independente da intenção, o uso do termo *fake news* pelos políticos causa desinformação, o que dificulta a diferenciação entre fatos reais e boatos pelo público, como o manual *“Jornalismo, Fake News & Desinformação”* já apresentou (IRETON; POSETTI, 2019, p.16).

O papel da pós-verdade - fenômeno que coloca informações verificáveis no mesmo patamar de opiniões ligadas à emoção e à crença pessoal - não pode ser esquecido no fechamento deste artigo.

Na comunicação dos Bolsonaros via Twitter, ela é eficaz pois atinge pessoas que se identificam afetivamente com os políticos e “afirmam suas iden-

tidades, independente da veracidade daquilo que é exposto”, lembra Lorena Ferreira Alves, no artigo *“Fake News: contra-ataque à pós-verdade”* (2018, p. 215). Portanto, o uso do termo *fake news* pela família Bolsonaro se aproxima do conceito desinformação, que é uma informação falsa divulgada de forma intencional.

REFERÊNCIAS:

ALVES, Lorena Ferreira. Fake News: contra-ataque à pós-verdade. #17.ART - 17 Encontro Internacional de Arte e Tecnologia. Brasília, p. 214, 2018. Disponível em: <<https://art.medialab.ufg.br/p/27428-17-art-2018>>. Acesso em 14 de maio de 2020.

AVENDAÑO, Tom C. **‘Fake News’**: a guerra informativa que já contamina as eleições no Brasil. El País Brasil, 11 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/09/politica/1518209427_170599.html>. Acesso em 12 de outubro de 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal. Edições 70. 1979.

BRANT, Danielle. **Bolsonaro segue passos de Trump e adota rede social para discursar**. Folha de S. Paulo, 3 de novembro de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/bolsonaro-segue-passos-de-trump-e-adota-rede-social-para-discursar.shtml>>. Acesso em 2 de junho de 2020.

CENTRO DE ESTUDOS, RESPOSTA E TRATAMENTO DE INCIDENTES DE SEGURANÇA NO BRASIL (CERT.br). **Cartilha de Segurança para Internet**. 2 ed. São Paulo.. 2012. Disponível em: <<https://cartilha.cert.br/fasciculos/boatos/fasciculo-boatos.pdf>>. Acesso em 12 de outubro de 2019.

D’ANCONA, Matthew. **Pós-Verdade - A Nova Guerra Contra os Fatos em Tempos de Fake News**. 1 ed. Barueri: Faro Editorial. 2018. p. 26 e 57.

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA. **Verbetes pós-verdade**. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/p%C3%B3s-verdade>>. Acesso em 16 de julho de 2020.

FOLHA DE S. PAULO. **Manual de Redação**. São Paulo. Publifolha. 2007. 12ª edição. p 37.

GABRIEL, Ruan de Sousa; LIBÓRIO, Bárbara. **Palanque virtual**. Revista Época, 8 de abril de 2019, número 1.083, p. 38 - 40.

IRETON, Cherilyn; POSETTI, Julie. **Jornalismo, Fake News & Desinformação: Manual para Educação e Treinamento em Jornalismo**. Brasil. 2019. p. 15-16 e 47. (Série UNESCO sobre Educação em Jornalismo). Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368647>>. Acesso em 18 de maio de 2020.

KAKUTANI, Michiko. **A Morte da Verdade**. Notas Sobre a Mentira na Era Trump. 1 ed. Rio de Janeiro. Editora Intrínseca. 2018. p. 28, 97 e 153-154.

MOLICA, Fernando; VIEIRA, Maria Clara; SAMPAIO, Jana. **República dos tuítes, Revista Veja**, 10 de abril de 2019, p. 44 - 47.

RODRÍGUEZ-ANDRÉS, Roberto. **Trump 2016: ¿presidente gracias a las redes sociales? Palabra Clave**, volume 21, número 3. p. 841 e 842. setembro de 2018. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0122-82852018000300831&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 20 de maio de 2020.

Representações Midiáticas de Minorias: a educação como resistência

Flavi Ferreira Lisboa Filho⁴⁰

Lauren Santos Steffen⁴¹

Mariana Nogueira Henriques⁴²

RESUMO: este artigo teórico objetiva analisar a construção de representações de grupos minoritários na mídia, levando em conta o papel fundamental dos meios de comunicação na construção e consolidação ativa e dinâmica de estabilidade social através da articulação de valores, normas e concepções hegemônicas da sociedade contemporânea. Para operacionalizar os conceitos de representação e minorias, acionaremos o aporte teórico dos Estudos Culturais com base em Williams (1979), Sodr  (2005) e Hall (1997). Refletimos sobre a educa o como caminho para a constru o de uma linguagem de resist ncia, baseada no desenvolvimento da criticidade sobre a conjuntura social e no reconhecimento da diversidade cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Representa o midi tica; Estudos Culturais; Educa o.

Considera es Iniciais

Os meios de comunica o, como a televis o, a internet, o r dio, os jornais e as revistas, tornaram-se importantes vetores de identidades sociais na contemporaneidade. Compreender os modos a partir dos quais a m dia elabora representa es sobre o cotidiano e as rela es sociais nos permitem debater a constru o de sentidos sobre um tempo espec fico. A partir da amplifica o social dos sentidos constru dos pelos meios de comunica o, as quest es envolvendo representa es sociais tornam-se mais fortes. Os meios s o mais que apenas difusores de informa o, s o tamb m “respons veis pela produ o dos sentidos que circulam na sociedade” (MORIGI, 2004, p. 3). Dessa forma,

⁴⁰Professor do Programa de P s-Gradua o em Comunica o e do Programa de P s-Gradua o em Patrim nio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria (RS), Brasil. flavi@ufsm.br

⁴¹Doutra em Comunica o. Jornalista do Instituto Federal Farroupilha. Santa Maria (RS), Brasil. lauren.steffen@iffarroupilha.edu.br

⁴²Doutra em Comunica o. Jornalista da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria (RS), Brasil. mariana.henriques@ufsm.br

mais do que apenas transmissores de notícias, comunicam cultura e valores. Nesse sentido, os meios de comunicação se tornam um importante componente cultural relacionado às representações sociais.

A análise das representações midiáticas de grupos minoritários, constituídos pelas camadas mais desfavorecidas da população, econômica, social e politicamente, é fundamental para compreender de que forma os meios operam na construção de sentidos hegemônicos, positivos ou negativos, em torno de tais grupos, possibilitando ou não a sua visibilidade pública e, portanto, o seu reconhecimento social enquanto sujeitos participantes do processo democrático da contemporaneidade. Tais representações impactam em como os grupos se percebem e são percebidos por outras esferas da população, levando à construção de valores, silenciamentos, simbologias e estereótipos, produzindo efeitos sociais reais na materialidade cotidiana. Os meios oferecem, assim, uma interpretação da realidade, selecionando os fatos que ganharão visibilidade pública, construindo a realidade a partir de critérios de noticiabilidade, de técnicas de apuração e edição, de escolhas linguísticas e de interesses ideológicos e econômicos dos conglomerados de mídia.

Partindo do pressuposto de que toda hegemonia é exercida em um campo de limites e pressões, já que nunca é total ou exclusiva (WILLIAMS, 1979), colocamos em pauta o papel da educação como um caminho para a construção de uma linguagem de resistência. Uma linguagem que possibilite o desenvolvimento de rotas alternativas às representações hegemônicas que circulam nos meios de comunicação, estimulando o desenvolvimento da criticidade sobre a conjuntura social e o reconhecimento da diversidade cultural. A educação pode ser, portanto, um elemento-chave na luta por mais igualdade e justiça social ao oferecer uma força contra-hegemônica ao que está naturalizado como real, verdadeiro e possível.

Estudos Culturais e Hegemonia

A interlocução com o marxismo também foi marcante no processo de constituição dos Estudos Culturais, levando à crítica do materialismo econômico desenvolvido por Marx a partir da defesa de que a cultura não era uma superestrutura determinada pelas bases econômicas. Segundo Escosteguy

(2010), a ideia de determinação pressupunha a impotência dos participantes da ação, já que, para os marxistas, o controle do processo era tido como independente da vontade e do desejo dos sujeitos. O movimento compartilhava as preocupações com a cultura popular, com a análise dos efeitos da nova sociedade de mídias e com as maneiras de se combater as formas de dominação cultural.

Em uma revolução do marxismo clássico, os Estudos Culturais passam a defender que a cultura não é um campo autônomo nem externamente determinado, mas um local de diferenças e lutas sociais. Para contrapor o materialismo econômico de Marx, Williams (1992) influencia de modo significativo o projeto dos Estudos Culturais ao cunhar o termo materialismo cultural. Para o autor, as práticas culturais devem ser entendidas como práticas reais, elementos de um processo social material, com intenções e condições específicas. Além disso, Williams (1992) conseguiu perceber, a partir de seus avanços teóricos, que a dominação em uma sociedade não se dá apenas a partir da propriedade e do poder. A cultura do vivido também exerce influência na nossa forma de pensar e sentir através de suas pressões e limites que promovem a reprodução de uma ordem social profundamente arraigada. Dessa percepção, decorre a necessidade de se estudar a cultura não só como produto, mas também como produção material que articula de forma concreta a dinâmica da totalidade social.

O campo rompe, assim, com as concepções passivas e indiferenciadas de público, partindo para a análise dos modos como as mensagens são decodificadas pelos diferentes receptores, conforme o contexto social e político (HALL, 2003). Tal perspectiva passa a defender que, no âmbito popular, não existe somente submissão, mas também há espaço para resistência e intervenção social. O trabalho dos Estudos Culturais está, dessa forma, centrado na pesquisa das culturas vividas, associando-se a uma política de representação, que faça com que grupos sociais subordinados ganhem voz e que culturas comumente privatizadas, estigmatizadas e silenciadas possam se tornar hegemônicas.

Nesse sentido, a própria visão sobre os meios de comunicação sofre um deslocamento profundo, já que não são vistos como meros reprodutores da estabilidade social, uma vez que também se adaptam às pressões da sociedade, integrando-as ao próprio sistema cultural, constituindo-se como modos

de produção. Assim, o massivo deixa de ser o lugar da manipulação para transformar-se em um espaço de conflito e negociação de formações sociais de poder, atravessadas por tensões relativas à classe, gênero, raça e sexualidade. Os Estudos Culturais compreendem os meios de comunicação como produtores culturais, agindo de forma dinâmica e ativa na construção e consolidação de ideologias e hegemonias, sendo hegemonia aqui entendida, a partir de Williams (1979), como um sistema de significados e valores.

Para essa definição, Williams (1979) se baseou nas ideias de Gramsci, o qual propõe um conceito que inclui e ultrapassa a noção de ideologia e de cultura até então vigentes. A hegemonia expande o conceito de ideologia, tida como os valores que expressam determinado interesse de classe, uma vez que se refere à totalidade do processo social vivido, organizado por valores dominantes. A proposição do autor permite um afastamento da visão de que a ideologia é uma força implacável, movimentando-se de cima para baixo. Ultrapassa ainda o conceito de cultura, entendida como processo social a partir do qual os homens modelam suas vidas, pois relaciona o processo social com distribuições de poder e influência, tendo em vista que os homens não são livres para definirem suas vidas, pois há desigualdades nos meios de realizar esse processo, evidenciando a existência de domínio e subordinação no processo cultural.

Dessa forma, compreendemos hegemonia como um conjunto de práticas e expectativas sobre a totalidade da vida: “nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo. É um sistema de significado e valores - constitutivo e constituidor” (WILLIAMS, 1979, p.113). Isso significa que ela estabelece um senso de realidade para determinada sociedade, funcionando, de acordo com o supracitado autor, como uma espécie de “cultura”, mas uma cultura que determina domínios e subordinações.

Por outro lado, não podemos pensar a hegemonia como algo estanque, já que deve ser entendida como um processo e não como uma estrutura, realizando-se nas experiências, relações e atividades, matérias mutáveis, não apenas como um simples processo de dominação passiva, mas como algo que deve ser renovado, recriado, defendido e modificado. Além disso, essa hegemonia sofre pressões e resistência de uma contra-hegemonia ou hegemonia alternativa, da qual fazem parte aqueles elementos reais e persistentes da prática. Sendo assim, “embora por definição seja sempre dominante, [a hegemo-

nia] jamais será total ou exclusiva” (WILLIAMS, 1979, p.116), já que a todo momento é interpelada por formas e práticas culturais distintas. Dessa forma, os processos hegemônicos também são suscetíveis às alterações e oposições que ameaçam seu domínio. É nesse sentido que as análises dos processos culturais devem incluir aqueles que estão fora ou à margem da hegemonia específica, já que os processos hegemônicos estão em constante mutabilidade.

Nesse sentido, é fundamental evidenciar como os grupos sociais minoritários são visibilizados ou invisibilizados pelos meios de comunicação, os quais se constituem em um dos principais configuradores de representações sociais na atualidade, construindo valores hegemônicos que impõem uma determinada visão de mundo. É a partir da consciência de como tais grupos são representados que se torna possível buscar formas simbólicas mais igualitárias e plurais, que repercutam concretamente no reconhecimento social das camadas mais desfavorecidas da população.

Representações Midiáticas de Minorias

No século XX, com a proliferação dos meios de comunicação, as questões envolvendo representações sociais tornam-se mais fortes. Os meios são mais que apenas difusores de informação, mas também “são responsáveis pela produção dos sentidos que circulam na sociedade” (MORIGI, 2004, p. 3). Mais do que apenas transmissores de notícias, comunicam cultura e valores. Neste sentido, os meios de comunicação, devido a sua abrangência, tornam-se um importante componente cultural relacionado às representações sociais e, é por este motivo, que Morigi (2004) afirma que as representações estão tanto na mente das pessoas como nos meios.

Esse processo, de acordo com Hall (1997), é feito através do uso da linguagem, a fim de apresentar o mundo de uma maneira significativa para o outro. Tal apresentação “inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeitos” (WOODWARD, 2000, p.17). Dessa forma, as representações podem ser compreendidas como um processo cultural, que estabelece identidades individuais e coletivas, que adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são construídas. Assim, os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indiví-

duos podem falar e se posicionar. Isto é, a importância das representações está em guiar a maneira como conduzimos nossas ações e definimos os aspectos da realidade, auxiliando na interpretação e tomadas de posição.

As diferentes representações são facilmente percebidas nos discursos, nas palavras, nas mensagens e imagens midiáticas. É dessa forma que os meios buscam por representações coletivas, e com isto, fazem uso de estereótipos como principal estratégia discursiva, já que estes conseguem ser facilmente reconhecíveis. De acordo com Baptista (2009), a partir da constituição da representação, os indivíduos buscam validá-la através da criação de realidades que as tornem críveis, e os estereótipos seriam uma confirmação empírica dessa representação.

Em outras palavras, o estereótipo reduz toda a variedade de características de um povo, uma “raça”, um gênero ou uma classe social a alguns poucos atributos essenciais, supostamente fixados pela natureza. Encoraja, assim, um conhecimento intuitivo sobre o Outro, desempenhando papel central na organização do discurso do senso-comum. “Os meios de comunicação de massa são a grande fonte de difusão e legitimação dos rótulos, colaborando decisivamente, deste modo, para a disseminação de pãnicos morais” (FREIRE FILHO, 2005, p. 24), redefinindo as fronteiras entre o moralmente desejável e indesejável. Essas representações construídas pelos meios de comunicação, principalmente com sua intensa repetição, ganham *status* de verdade, passando a ser aceitas como a imagem real daquele indivíduo ou grupo, tornando-se parte do senso-comum.

Assim, o fato de a construção das representações ser tanto simbólica quanto social faz com que a luta para afirmar uma identidade tenha causas e consequências reais. Segundo Hall (1997), todas as práticas de significação envolvem relações de poder, incluindo o poder de definir quem é incluído e quem é excluído. Existe uma desigualdade simbólica entre os grupos sociais quanto ao poder de legitimar a representação de sua identidade, o que faz com que muitas diferenças sejam apagadas ou marcadas a ponto de fixar uma fronteira que separa o “nós” do “eles”, agravando disparidades sociais e fomentando diferentes formas de preconceito.

Nesse sentido, é fundamental problematizar a representação de grupos minoritários nos meios de comunicação, pois é a partir da visibilidade ou invisibilidade de tais sujeitos que se constroem as possibilidades de sua consti-

tuição enquanto cidadãos na configuração social contemporânea. Para Sodré (2005, p. 11), a noção de minoria é fundamental para a clássica democracia representativa. Para o autor, apesar de quantitativamente a democracia se basear na vontade da maioria, “[...] qualitativamente democracia é um regime de minorias, porque só no processo democrático a minoria pode se fazer ouvir. Minoria é, aqui, uma voz qualitativa”. A noção contemporânea de minoria refere-se, assim, à possibilidade de setores sociais ou frações de classe comprometidas com as diversas modalidades de luta assumidas pela questão social terem voz ativa ou intervirem nas instâncias decisórias do poder. Por isso, para o autor, são considerados minorias os negros, os homossexuais, as mulheres, os povos indígenas, os ambientalistas, os antineoliberais. Portanto, o que move uma minoria é o impulso de transformação. Minoria é entendida, conforme o autor, não como um sujeito coletivo absolutamente idêntico a si mesmo e numericamente definido, mas como um fluxo de mudança que atravessa um grupo, na direção de uma subjetividade não capitalista: “[...] um lugar de transformação e passagem” (SODRÉ, 2005, p. 12).

Tal autor defende ainda que o lugar “minoritário” é um topo polarizador de turbulências, conflitos e fermentação social. O conceito de minoria é o de um lugar onde se animam os fluxos de transformação de uma identidade ou de uma relação de poder. Implica uma tomada de posição grupal no interior de uma dinâmica conflitual. Minoria não é, portanto, uma fusão gregária mobilizadora, como a massa ou a multidão ou ainda um grupo, mas principalmente um dispositivo simbólico com uma intencionalidade ético-política dentro da luta contrahegemônica. Nesse sentido, a minoria aparece como conceito de um lugar onde se produz um fluxo de discursos e ações com o objetivo de transformar um determinado ordenamento fixado no nível de instituições e organizações. “A minoria é uma recusa de consentimento, é uma voz de dissenso em busca de uma abertura contra-hegemônica no círculo fechado das determinações societárias” (SODRÉ, 2005, p. 12).

As características básicas de uma minoria, segundo definidas por Sodré (2005), são a vulnerabilidade jurídico-social, a identidade em *statu nascendi*, a luta contra-hegemônica e as estratégias discursivas. A primeira característica se refere ao fato de que o grupo dito minoritário não é institucionalizado pelas regras do ordenamento jurídico-social vigente. Por isso, pode ser considerado vulnerável diante da falta de legitimidade institucional e diante das políticas

públicas. Daí decorre sua luta por uma voz, isto é, pelo reconhecimento sociário de seu discurso. Já o segundo ponto se refere ao fato de que a minoria se apresenta na condição de uma entidade em formação que se alimenta da força e do ânimo dos estados nascentes. Mesmo quando já existe há muito tempo, a minoria vive desse eterno recomeço. O terceiro elemento diz respeito à luta pela redução do poder hegemônico, mas em princípio sem objetivo de tomada do poder pelas armas. Nas democracias ocidentais, a mídia é um dos principais territórios dessa luta. Por último, as estratégias de discurso e de ações demonstrativas (passeatas, invasões episódicas, gestos simbólicos, manifestos, revistas, jornais, programas de televisão, campanhas pela internet) são os principais recursos de luta atualmente.

No entanto, grupos minoritários são, via de regra, silenciados pela narrativa midiática, que constrói uma imagem hegemônica que privilegia certos valores, enquanto outros são totalmente excluídos da esfera pública e da possibilidade de inserção em políticas públicas. Além disso, a disseminação, pelos meios de comunicação de massa, de representações inadequadas de grupos minoritários é um empecilho para o processo democrático, cujo desenvolvimento demanda a opinião esclarecida de cada cidadão a respeito de questões da vida política e social.

Diante desse cenário, é preciso evidenciar novas formas de se contrapor as narrativas hegemônicas que circulam nos meios de comunicação, evidenciando caminhos que possibilitem construções alternativas, que ofereçam uma visão mais plural e democrática sobre os grupos sociais minoritários. A educação é, nesse sentido, um meio para se desenvolver uma linguagem de resistência a partir do desenvolvimento da criticidade sobre as estruturas e práticas sociais de um determinado momento histórico e por meio do reconhecimento da diversidade cultural dos diferentes sujeitos.

A Educação Como Meio de Resistência

O conhecimento e a informação têm papel fundamental na sociedade em que vivemos. Através da mídia, recebemos a maior parte dos dados, conteúdos e informações que necessitamos para viver em sociedade e com estes subsídios temos consciência de nossos deveres e direitos, das nossas ações como cidadãos e dos processos de desenvolvimento econômico e de democratização po-

lítico e social. Assim sendo, conforme afirma MartínBarbero (2006, p. 123), “[...] a informação e o conhecimento são hoje o eixo central do desenvolvimento social”. No entanto, por outro lado, os meios de comunicação constituem-se como um grande difusor de um discurso uniformizador e gerador de representações subjetivas para amplos setores da população. Isso faz com que a construção da representação de grupos minoritários se dê em torno de valores dominantes, que ocultam possibilidades alternativas de identificação.

É com essa finalidade que é preciso refletir sobre uma educação que resista aos poderes hegemônicos, comprometendo-se com a decência e a dignidade humana como ação ao exercício da crítica. Tal exercício tem como meta despertar nos indivíduos o desejo de resistência contra ideologias que os subjagam não só materialmente, mas, sobretudo, deixa-os no anonimato político e na inautenticidade de pensamento. Assim sendo, busca-se uma educação que ensine uma nova forma de analisar o mundo, fornecendo subsídios sobre a cultura dos meios de comunicação e ensinando como buscar informação em diversas fontes, diferente das habituais. A partir desse processo, tornamo-nos pessoas mais críticas, capazes de avaliar as informações que recebemos e lutar pelas que gostaríamos de ter acesso. A sociedade pode ganhar, com isso, a possibilidade de se organizar para cobrar sobre aquilo que lhe é faltante. Estará apta para cobrar da mídia e do governo ações que resolvam as suas demandas e, dessa forma, terá voz e será participativa no processo de construção da cidadania. Entretanto, se a sociedade não está bem informada, dificilmente terá poder para exigir melhores condições para si.

Nesse sentido, a superação do senso acrítico é a prática para a consolidação de indivíduos capazes de transformar o conhecimento em ação transformadora. É precisamente na crítica que não se conforma com as contradições materiais da realidade que o indivíduo se responsabiliza por si e pelos outros, retirando-se da passividade política. Com efeito, a educação permite revelar a autenticidade crítica e como os indivíduos exercitam sua insatisfação e resistência no interior da realidade. É preciso despertar o exercício da crítica para um comprometimento político que nos permita almejar a possibilidade de uma educação de resistência, no âmago das contradições e crises que caracterizam nosso tempo histórico.

Segundo Freire (1978), a educação que se submete às prescrições da ideologia dominante faz dos indivíduos seres estreitos, passivos e ingênuos

que em nada acreditam além das informações veiculadas pelo rádio, televisão ou jornais. Daí a deficiência da criticidade e, sobretudo, do agir que se compromete com a política e com a transformação social. Para Farias e Silva (2012), quanto mais a educação pretende pura e simplesmente preparar os indivíduos para a concorrência profissional, mais se forma uma sociedade de homens dóceis e reféns da quietude. Ao limitar a expansão da criticidade, a educação constrói limites que negam aos indivíduos a sua humanização, fabricando indivíduos homogêneos e passivos, garantindo a manutenção do *status quo*. A educação deve buscar revelar as verdadeiras faces das ideologias dominantes e potencializar nos indivíduos o dever de intervir na realidade, através da participação ativa e consciente. A mídia e as novas linguagens dos meios de comunicação, devidamente desveladas, são, portanto, um caminho possível para a criação de uma sociedade crítica do seu entorno, através da formação de sujeitos participativos e conscientes de sua cidadania, capazes de responder às demandas que se fazem necessárias e prioritárias (ALMEIDA, 2006, p.6).

Na reflexão pedagógico-filosófica de Paulo Freire (2010), a educação se apresenta como uma ação e uma tarefa por excelência transformadora que se afirma pelo engajamento político. É no ato de engajar-se no processo de construção de sua historicidade que o indivíduo se conscientiza de seu papel transformador e assume tal papel como dever. Diante desta condição de rebeldia e criatividade, Paulo Freire (2000) entende que uma educação não pode tornar-se emancipatória se não se compromete com a inserção crítica na realidade. Freire (2000, p.90), portanto, compreende que uma prática pedagógica libertadora implica na construção de “[...] seres éticos, capazes de optar, de decidir, de romper”. Nesse sentido, a prática “educativolibertadora” consiste num esforço consciente e progressivo que o educando se torne capaz de se perceber a si mesmo como agente transformador da história e não objeto dela. A educação deve ser, assim, uma ação dialética, ou seja, implica numa percepção crítica e, ao mesmo tempo, desfaz o pensamento ingênuo, “[...] ideologizado nas estruturas da dominação” (FREIRE, 2010, p. 118).

Essa tarefa, para os Estudos Culturais, implica a apropriação de instrumentos, ferramentas conceituais e saberes que emergem do conhecimento sobre o mundo, que tem como base uma cultura pautada por oportunidades democráticas, assentada na educação de livre acesso (COSTA; SILVEIRA; SOMMER, 2003). É nesse sentido que esse campo clama por espaços alternativos

frente aos tradicionais e hegemônicos que estabelecem formas e modos de poder e cultura, diferenciando de maneira binária e hierárquica os diferentes saberes.

Assim, tendo em vista a importância dos meios de comunicação na era da informação, sendo produtos consumidos diariamente em diversas plataformas midiáticas, é preciso questionar a interpretação da realidade construída a partir da seleção dos fatos que ganharão visibilidade pública. Dessa forma, uma visão crítica de análise torna-se essencial, uma vez que há uma inter-relação entre imagens, palavras e valores ocupando o mesmo espaço na produção de sentido e que podem instalar, reforçar ou desafiar determinadas representações ideológicas.

Precisamos, então, reconhecer os espaços midiáticos, a televisão, internet, livros, revistas, músicas como locais de manifestações culturais e produtos de representação. São espaços que ensinam, criam sentidos, apresentam as mais variadas formas culturais e modos de ser e estar no mundo para uma grande variedade de audiência. Portanto, nos dias atuais, desconsiderar esses locais como espaços de ensino e aprendizagem já não é mais possível. Entretanto, cabe destacar que, de acordo com Hall (2003), esses espaços são, muitas vezes, lugares desiguais no que concerne a representações étnicas, de gênero, de sexualidades, de gerações ou classe e é por esse motivo que emerge a necessidade de um olhar crítico que questione essas demarcações.

Nesse sentido, a crítica é o exercício capaz de anunciar e denunciar as contradições e as forças ideológicas que submetem os sujeitos à negação de seu próprio eu. Portanto, a responsabilidade de pensar um mundo mais humanizado não significa alimentar uma percepção ingênua da realidade, mas sim conhecer os poderes que se apropriam da história e que ludibriam os indivíduos. Esta posição deve ser perene e transformar-se em tarefa. “Não é de ontem, nem de hoje, nem de amanhã, mas uma tarefa permanente de transformação” (FREIRE, 1980, p. 29). Se a capacidade crítica consiste na “[...] percepção das relações entre o texto e o contexto”, conforme escreve Paulo Freire (2000, p. 11), então abordagens críticas devem pressupor um exame do momento histórico e da organização econômica da sociedade (BAKHTIN, 1995).

Com isso, o que se necessita, de modo prático, são abordagens educativas que reconheçam as diversas fontes de saber e que, além disso, compreendam que não são as únicas e nem as exclusivamente corretas. É preciso pensar, jun-

tamente com os Estudos Culturais, na educação como uma área interdisciplinar, de conhecimentos compartilhados, atravessando fronteiras e aceitando diferentes modos de ser e estar no mundo. É preciso que se compreenda a cultura como “um modo de vida” (WILLIAMS, 1979), ou seja, pertencente a todos e para todos.

Para tal, é necessário que a educação vá além dos conteúdos tradicionalmente estabelecidos, que busque contribuir no debate sobre cidadania, política, identidades, questões de gênero, sexualidade, étnicas, além de participar ativamente no processo de crítica dos produtos midiáticos, possibilitando compreender de forma ampla nossas complexas e diversificadas formações sociais. De certo modo, é possível dizer que a articulação dos Estudos Culturais com a educação constitui uma “[...] ressignificação e/ou uma forma de abordagem do campo pedagógico em que questões como cultura, identidade, discurso e representação passam a ocupar, de forma articulada, o primeiro plano da cena pedagógica” (COSTA; SILVEIRA; SOMMER, 2003, p. 54).

Por fim, a educação deve encorajar o pensamento crítico do professor e do aluno, prevendo um debate sobre as situações de produção, distribuição e consumo do texto, os textos em si e seus efeitos. Ao propor esse engajamento no diálogo corrente com o mundo e com outros textos, será possível perceber os textos midiáticos como práticas sociais para que o aluno possa se inscrever no discurso e intervir sobre o mundo em que vive. Afinal, como afirma Cevalco (2003), o substrato político dessa maneira de ler é justamente a tarefa de dissipar as névoas com que a ideologia recobre a realidade em seu trabalho incessante de dificultar o entendimento da verdade do funcionamento da sociedade; esse é o primeiro passo para poder intervir na realidade.

Considerações Finais

Esse artigo buscou contribuir na problematização sobre a construção de representações de grupos minoritários na mídia, levando em conta o papel fundamental dos meios de comunicação na construção e consolidação ativa e dinâmica de estabilidade social através da articulação de valores, normas e concepções hegemônicas da sociedade contemporânea. Tendo como base essas relações, buscamos discutir a educação como um meio de resistência, baseada no desenvolvimento da criticidade sobre a conjuntura social e no conhecimento da diversidade cultural.

Os Estudos Culturais, base teórica para os principais conceitos que alicerçam esse trabalho, defendem uma visão de cultura inseparável de uma visão de mudança social radical, a qual exige uma ética de responsabilidade comum, participação democrática de todos em todos os níveis da vida social e acesso igualitário às formas e meios de criação cultural. Williams (2003) acredita que a extensão dos princípios de solidariedade e de instituições cooperativas são contribuições decisivas para a criação de uma cultura plural e diversificada, que não pode ser definida de antemão, já que está exposta à recepção ativa do todo social. Segundo o princípio da solidariedade, o desenvolvimento e o progresso não são individuais, mas comuns. As melhorias são vistas não como o sucesso deste ou daquele indivíduo, mas como o avanço de todos.

Os produtos midiáticos constituem-se em uma forma de criar e transmitir representações sociais, fazendo uso, muitas vezes, de estereótipos, o que pode dificultar a esperança de solidariedade social a que Williams (2003) se referia. Afirmamos que as representações midiáticas, em sua grande parte, não dão conta da pluralidade identitária existente. Se entendermos a televisão, por exemplo, a partir de suas lógicas econômicas, percebemos que as escolhas feitas são aquelas que possibilitam maiores índices de audiência e aceitação por parte do público, ou seja, aquelas que são mais familiares, de modo com que o espectador possa se identificar com a história e dela querer fazer parte.

Dessa forma, é fundamental que todas as práticas sociais sejam examinadas através de um viés cultural, inclusive os produtos midiáticos e seus modos de consumo. Essa mudança de perspectiva relaciona-se intimamente com a educação como meio de resistência, como uma porta de entrada para uma crítica comprometida, que visa a entender o funcionamento da sociedade com o objetivo de transformá-la. É nesse sentido que é preciso compreender a televisão inserida no complexo das relações sociais, constituindo e sendo constituída pela cultura e pelo social.

Através da educação, é possível compreender a centralidade da cultura no estabelecimento do ordenamento social, pois age na conformação de regras, hábitos e visões de mundo, anteriores ao próprio indivíduo, que fazem com que os membros de uma sociedade se reconheçam e se diferenciem. Dessa forma, a educação deve capacitar para um tipo de reflexão que inclua as inter-relações de todas as práticas, buscando suas regularidades, isto é, os padrões que nelas se repetem e também as possibilidades de rupturas nestes

padrões, uma vez que os sujeitos são vistos como agentes potenciais de mudança rumo a um mundo mais justo e plural.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Airton Lorenzoni. Mídia, educação e cidadania na aldeia global: para que mundo estamos educando? **UNIrevista** - v. 1, n. 3. Ijuí, julho 2006.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

BAPTISTA, Maria Manuel. Estudos culturais: o quê e o como da investigação. **Carnets, cultures littéraires: nouvelles performances et développement**. Aveiro, 2009.

CEVASCO, Maria Elisa. **Dez lições sobre Estudos Culturais**. São Paulo, Boitempo, 2003.

COSTA, Marisa Vorraber; ROSA, Hessel Silveira; SOMMER, Luis Henrique. Estudos culturais, educação e pedagogia. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, mai./ago. Rio de Janeiro, 2003.

FARIAS, Ícaro Souza; SILVA, Alexandre Alves da. **Educação e Ética em Paulo Freire**. Fórum Internacional de Pedagogia, Realize Editora, Campina Grande, 2012.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

_____. **Pedagogia da indignação**. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. **Ação cultural para liberdade**. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

FREIRE FILHO, João. Força de expressão: construção, consumo e contestação das representações midiáticas das minorias. **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, PUCRS, n. 28, p. 18-29, dezembro 2005.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Revista Educação e Realidade**, 22 (2), jul./dez. Porto Alegre, 1997.

_____. Codificação/Decodificação. In: HALL, Stuart; SOVIK, Liv (Orgs.). **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: UNESCO, 2003.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. In: MORAES, Dênis (Org.). **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

MORIGI, Valdir José. Teoria social, comunicação: representações sociais, produção de sentidos e construção dos imaginários midiáticos. In: **Revista Eletrônica E-Compós**, n.1., dez. 2004.

SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre. (Orgs.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. **La larga revolución**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2003.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 1º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

Apropriações e Diferenciações no Circuito Comunicativo: desafios da Educação Midiática

Rejane Moreira⁴³

RESUMO: Discute-se aqui as relações entre apropriações e diferenciações das mensagens em circuitos comunicativos, na elaboração e ministração de oficinas de leituras críticas de mídia, na UFRRJ. Nos estudos das mediações encontramos pistas de como pensar e refletir sobre o circuito comunicacional considerando integralmente as funções, ações e posições de receptores na inteiração com mensagens e sua utilização no cotidiano. Neste sentido, partimos da hipótese de que o gênero leitura crítica de mídia, quando utilizado como dispositivo de ampliação de repertórios na educação midiática pode favorecer o compartilhamento desses repertórios e construir mediações críticas das mensagens.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação; Leitura Crítica de Mídia, Educação.

Confluências entre extensão e pesquisa

No contundente artigo em que discute a potência disruptiva e criadora da extensão no tripé ensino, pesquisa, extensão, que compõe o ensino das universidades públicas brasileiras, José Jorge de Carvalho (2004) salienta o quão é desafiador para essa atividade não *objetificar* seus componentes de estudos, prática comumente utilizada pelas ciências, para ratificar as posições estanques do sujeito e do objeto nas suas observações. O autor assim discute:

“Nossa forma principal de relacionamento com a sociedade sempre foi objetificadora. Afirmo-o inclusive porque a própria disciplina com que sou identificado, a Antropologia, que em princípio alega exercitar um diálogo com as chamadas sociedades “nativas”, continua trazendo seus vários “outros” para perto de nós apenas como objetos de estudo. E esta não é, na verdade, a maneira de trazê-los ao nosso meio como iguais, mas apenas de observá-los para fins científicos.” (CARVALHO, 2004, p.4)

Nesta importante reflexão, podemos inferir que o que está na base da discussão é uma mudança no lugar do objeto que agora não deseja ser objetificado e como isso tensiona a concepção na própria perspectiva da universidade. Há neste discurso, proposto pelo autor, clara abertura para a possibilidade de construir novas formas de saber, pensar a agir a partir uma posição ativa dos sujeitos. O escopo da formação das universidades públicas brasileiras também é tensionado na medida que outros saberes passam a circular em um ambiente tradicionalmente eurocêntrico e elitizado. Novas pressões, geram em contrapartida, novas possibilidades de criação de espaços arejados, mais afeitos às pessoas que circulam no cotidiano miúdo e real. Neste sentido, pensar a confluência entre este espaço da extensão com a pesquisa parece ser desafiador e necessário, já que parte de uma demanda de circulação do pensamento universitário.

Essas discussões, propostas pelo autor, nos possibilitaram pensar acerca da função e posição da extensão junto à pesquisa. Numa confluência integral e propositiva, entre essas áreas, iniciamos um projeto de extensão de produção e ministração de oficinas de leituras crítica de mídia, no Centro de Arte e Cultura⁴⁴ da UFRRJ. Com e pelo CAC iniciamos o projeto piloto de ministrar oficinas de crítica da linguagem do fanzine⁴⁵, como primeira experiência. A proposta era produzir essas oficinas com alunos do curso de Jornalismo, inscritos na modalidade Atividades Autônomas (AA), em laboratórios de educação midiática e depois ministrá-las, com apoio de bolsistas, para o público que circulava no CAC.

⁴⁴O CAC é órgão da reitoria da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e foi criado em 2007, com o propósito de atender as necessidades das atividades artísticas culturais no entorno de Seropédica. Ele se consagrou como elo entre os três campus da UFRRJ, campus Seropédica, Nova Iguaçu e Três Rios. São ministradas várias oficinas no CAC e todas são inteiramente voltadas para as comunidades universitárias e circunvizinhas do município de Seropédica (Itaguaí, Nova Iguaçu, Paracambi, Japeri e demais municípios da Baixada Fluminense e Zona Oeste do Rio de Janeiro). As oficinas versam sobre os mais variados campos de conhecimentos, como desenho, pintura, dança, piano, violão, bateria, teatro, fotografia, malabares, entre outras.

⁴⁵Produzimos a primeira oficina no ano de 2018, com cerca de 12 alunos no laboratório de educação midiática. Foram diversos encontros semanais em que discutíamos o tema elaboramos as metodologia do plano de ação. Com os alunos e a ajuda de um bolsista Proic e um Biext escolhemos a temática *Fanzines e a construção de heróis*. A ideia era, em seis aulas, de três horas cada, discutirmos a linguagem e a história do fanzine relacionando-o sempre ao seu potencial criativo. Partimos de questões deflagradoras, que potencializaram críticas na construção dos heróis de quadrinhos ou desenhos.

⁴³Professora Doutora do curso de Jornalismo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, rejanemmoreira@gmail.com

A primeira experiência dessa atividade de extensão, que logo “virou” pesquisa, já que durante o percurso de elaboração e ministração se fez necessário refletir sobre procedimentos didáticos e metodológicos, sobre temas e públicos que circulavam no CAC e desenvolver, de forma constante e progressiva, diários de campo das atividades e imersões em conceitos para embasar nossa produção, foi copiada nos anos seguintes. O processo de construção das oficinas virou um campo de estudo em que relacionamos de forma mais clara os campos da educação e da comunicação.

Paralelo a essa perspectiva de aproximar extensão e pesquisa, relacionar comunicação e educação, também surgiu como desafio. Relacionar esses campos é buscar as potências de cada um e conduzir para um ponto de vista que entende essa relação em termos interdisciplinar, buscando desenvolver formas de ensinar e aprender com, para e através das mídias. Nesse processo se constituíram experiências pedagógicas com as mídias e nos afastamos de um pensamento instrumental das mídias, quando não mais a tomamos como simples ferramenta de transmissão de mensagens. A visão instrumental da mídia diminui consideravelmente sua faceta produtora de realidades, sua dimensão narrativa e constitutiva. Muitas perguntas emergem a partir dessa perspectiva mídia-educação: como tratar a mídia pedagogicamente? Como utilizar a mídia não apenas como fonte de informação? Neste sentido, as autoras Andrelo e Almeida (2015) alertam:

“As mídias interferem na realidade, fornecem versões seletivas do mundo, criam representações e estereótipos. Por outro lado, o conteúdo midiático, sendo produto da ação dos homens, possui um potencial educativo que pode ser utilizado a favor da melhoria da qualidade de vida dos brasileiros.” (ANDRELO; ALMEIDA, 2015 p.51)

Sabemos que agenciar educação e comunicação, mantendo de certa forma a tensão criativa entre as duas áreas é tarefa difícil. Mas para isso devemos nos afastar dessa visão instrumental e considerar a mídia como ambiente de construção diária de modos ver e conhecer. Dessa forma, entre muitas ações, é possível promover a alfabetização midiática e também orientar os sujeitos, imersos em ambientes midiáticos, a entender as mídias em suas estratégias discursivas.

No trabalho que desenvolvemos em leitura crítica de mídia, buscamos embaralhar os campos de pesquisa e extensão, já que o nosso princípio era “fazer pensando e pensar fazendo”. Assim, o trabalho de educação midiática exigia a um só tempo atividades que demandavam pesquisa, no sentido de fomentar atividades de reflexão, de levantamento de dados, de imersão no campo e produção de uma análise da atuação, em comunhão com o fazer das oficinas. Jose Jorge de Carvalho complementa:

“A Extensão pode ser, neste sentido, um lugar chave na tentativa de chacoalhar esses dois elementos difíceis, primeiro, ao conectar-se com a sociedade; e logo, ao trazer os agentes sociais excluídos para dentro da universidade, superando assim uma resistência que ela mostrou ao longo de toda a sua história no século vinte.” (CARVALHO, 2004, p. 7)

Esse diagnóstico proposto por Carvalho apresenta a fragilidade do modelo pedagógico da universidade em geral, quando busca separar os campos da extensão e pesquisa e reforça seu lado eurocêntrico, imerso em epistemes que não fazem par com as realidades sociais. Neste sentido, abrir-se para novas possibilidades de ideias, inovar conteúdos e buscar em outras falas regimes de signos parece ser um movimento desejável e necessário se a universidade quiser se encontrar com essa outra fatia populacional. Novas matrizes e epistemes estariam circulando neste espaço e a recepção seria refletida em sua atividade e não passividade.

Inspirados nestas ideias, propusemos pensar uma extensão-pesquisa e uma pesquisa-extensão. As proposições e reflexões metodológicas e conceituais nesse projeto partem de ações práticas e atividades de leituras *in loco*. Nossa ideia é partilhar as leituras efetuadas nas oficinas e entender os movimentos de apropriações diferenciações dessas leituras nas experiências dos alunos de jornalismo, que construíram as oficinas a partir de temáticas diversas.

O circuito comunicativo e os repertórios compartilhados

Stuart Hall (2003) marca profundamente os estudos da comunicação quando escreve seu texto Codificação/Decodificação, na década de 70. Neste texto simples, mas com questões importantes, o autor salienta, analisando as codificações

e decodificações com o veículo televisão, como categorizar os processos comunicativos dentro de um circuito, que pode ser tomado como exemplo para pesquisa em recepção. O autor então concebe o que será uma ferramenta metodológica para entender o circuito comunicacional, considerando em seu escopo produção, circulação, distribuição e consumo das mensagens. Edificam-se as categorias, as posições e momentos em que pesquisadores podem analisar os processos de constituição e recepção dessas mensagens. Ana Carolina Escosteguy (2007) no entanto salienta:

“Todavia, é necessário ressaltar que o protocolo teórico-metodológico proposto por Hall (2003), e tomado como baluarte da pesquisa de recepção, está fundado na ideia de comunicação como estrutura sustentada por uma articulação entre momentos distintos – produção, circulação, distribuição, consumo –, em que cada um tem condições próprias de existência. Como eles estão articulados entre si, devem ser registrados e analisados um em relação ao outro, sendo que cada momento é necessário para o todo, mas nenhum antecipa o próximo.” (ESCOSTEGUY, 2007, p.119)

Essa perspectiva, segundo a autora torna equivocada a ideia de que este modelo pode ser tomado como modelo “agendado pela recepção.” Escosteguy então pretende discutir que pesquisar recepção seria mais do que do articular esses elementos e sim concentrar “sua atenção mais no cotidiano de um grupo em que se observa, entre tantas outras atividades, o uso dos meios.” (p.118) Assim, essa perspectiva coloca em movimento a proposta de refletir e considerar as apropriações e diferenciações, no âmbito interpretativo das audiências.

De qualquer modo, a possibilidade de considerar as apropriações e diferenciações das mensagens colocam múltiplos desafios às pesquisas em comunicação, principalmente se se considera leituras, interpretações e usos das mensagens como parcialidades e imersas em contextos singulares. Nossa hipótese, neste artigo, é que a partir de produções e elaborações, sempre coletivas, de leituras e interpretações de mídias podemos ampliar as possibilidades dos repertórios e considerar as apropriações e diferenciações de forma mais integral e não apenas privilegiando as etapas de produção, distribuição, circulação consumo discutidas por estudiosos como Hall, Barbero e Johnson.

Nessa hipótese elencada por nós, desenvolvemos as oficinas de leituras críticas de mídia, em que elaboramos e ministramos diversas oficinas que buscam principalmente compartilhar repertórios e promover a ampliação desses repertórios, a partir de construções coletivas. O projeto funciona, como já salientamos, na intercessão extensão e pesquisa, o que é de suma importância para o desenvolvimento das premissas e princípios de ação. As principais metodologias usadas no fazer se constituem como princípios e ação, modos de fazer e paralelo ao fazer, produzimos manuais, caminhos criativos para desenvolver esses repertórios compartilhados na prática de leitura de mídia.

Em princípio, consideramos importante desenvolver uma estrutura básica das aulas que denominamos *manual de análise*. Estamos neste momento (maio a agosto de 2021) construindo nossa quarta oficina, cujo tema é Música e Entretenimento. Estamos elaborando seis aulas em que discutimos principalmente as relações entre música e videoclipe. Cada aula é construída por uma equipe de aproximadamente cinco alunos do curso de Jornalismo, matriculados no laboratório de Educação Midiática. Estes têm autonomia, dentro da temática proposta, escolher o cantor(a) e a música a ser analisada. Um pequeno roteiro⁴⁶ é disponibilizado para encaminhar as aulas.

Nosso manual é construído também de forma coletiva e a partir de um levantamento bibliográfico elencamos alguns autores como interlocutores para a atividade de pesquisa. Esses autores nos fornecem pistas do que é e como empreender uma analítica da música, por exemplo.

Os seguintes elementos compõem, até o momento, nosso manual de ação:

- materialidade histórica e cultural ou histórico do “objeto” a ser pesquisado com uma breve apresentação histórica do artista e da obra;
- relacionar nesse processo de pesquisa histórica o trinômio - condições de circulação, produção e consumo;
- estética do clipe, chamando atenção para elementos como roteiro, imagem, ambientação e personagens;
- relacionar na pesquisa as condições de produção do clipe no mercado, é periférico ou está ligado ao *mainstream* (música à margem e música ao centro);

⁴⁶Nesta estrutura da aula prezamos por alguns procedimentos importantes: historiografia do conteúdo estudado, pergunta deflagradora, atividade proposta de imersão.

- estratégias de reconhecimento (repertório compartilhado), como e que estratégias de reconhecimento o clipe trabalha;
- pergunta deflagradora⁴⁷, a partir dela que se produz uma leitura crítica, funciona como uma reflexão problemática, em que posição entra na aula, como utilizá-la;

No processo elaborativo das aulas conjuntas, muitos elementos apareceram como indicativos de que é necessário desenvolver estudos mais aprofundados. Ao elaborarmos a pesquisa bibliográfica sobre o tema música e mídia, encontramos no trabalho do professor Tiago Soares (2013) pistas muito interessantes de como trazer a discussão da análise da música para uma de leitura crítica de mídia. Em sua tese de doutoramento, Soares nos apresenta um quadro elucidativo desse procedimento quando inventaria o trinômio produção, circulação e consumo para entender a dinâmica da música.

Em linhas gerais Soares afirma que para entender o circuito comunicativo da música é necessário tomar como basilar os processos de produção da música, os modos como a música circula e como é consumida. O público que repete, entende, apreende também é um importante elemento de análise. Em princípio Soares afirma que o videoclipe possui uma estética própria que conversa com a música de diversas formas. Ele propõe uma análise de alguns videoclipes. Os mapas fornecidos pelo professor nos possibilitaram produzir uma mecânica de ação da elaboração das aulas e todo o processo foi discutido coletivamente com os alunos no laboratório de educação midiática.

Nas pesquisas em comunicação, principalmente levando em conta os Estudos Culturais como inspiração para fazer análises de mídia, a partir da matriz cultural, prezamos por procedimentos que tomam a observação participante, os grupos focais e a análises em profundidade como essenciais para pensar representações sociais. Nas oficinas usamos constantemente esse procedimento que tem como elemento fundamental a observância do cotidiano miúdo dos cursistas e os detalhes na usabilidade das mensagens midiáticas. Esse proce-

dimento de análise tenta averiguar as apropriações e diferenciações que são construídas na relação com as mensagens e busca também averiguar seu uso cotidiano.

De forma geral, utilizamos para essa pesquisa estratégias de registro que se inspiravam nos diários de campo. Todos os passos eram descritos e para todas as etapas elegíamos um relator que constituiu documentos e textos analíticos. No processo de elaboração a atenção, a autocrítica e a reflexividade sobre os métodos utilizados, foram elementos cruciais para garantir o rigor e a qualidade das aulas. Os registros colhidos e as ideias compartilhadas nos auxiliavam na construção do manual. No âmbito das produções das aulas faremos aqui uma reflexão sobre as possibilidades de abertura de leituras críticas vivenciadas na aula um, que realizamos no período de maio a agosto de 2021.

Ler mídia para compreender as realidades de representações

A primeira aula apresentada no Laboratório de Educação Midiática (maio/agosto de 2021) foi sobre o clipe *Girl From Rio*, de Anitta. O videoclipe faz uma alusão a música *Garota de Ipanema*, de Tom Jobim, gravada em 1962, que versa sobre um Rio de Janeiro idílico, com garotas bonitas, com padrões estéticos bem europeus, a loira esguia.

A cantora Anitta resolve apresentar outra faceta do Rio de Janeiro propondo uma leitura mais periférica, resignificando corpos e estéticas. Anitta quebra o estereótipo da magra, branca, loira e esguia para apresentar um Rio suburbano, gordo, negro e mais real. Alguns temas transversais foram analisados pelo grupo na análise do videoclipe, dirigido por Giovanni Bianco, que também fez clipes de cantoras internacionais famosas. Os temas foram os seguintes: 1. contexto familiar e vulnerabilidades: a apresentação da sua família, uma família de pais separados, a descoberta do seu irmão por parte de pai, o afeto da família; 2. diversidade de corpos e representatividade: apresentação de corpos diferentes do padrão estético, tanto de mulheres quanto de homens, subvertendo a ideia da tradicional Garota de Ipanema 3. empoderamento feminino: os relacionamentos da mulher contemporânea. Essas temáticas, presentes na letra da música e também na produção artística do

⁴⁷Em nosso artigo *Mediação e Engajamento na Educação Midiática: Uma Discussão Metodológica Sobre a Pergunta Deflagradora* discutimos o potencial metodológico a pergunta deflagradora. O texto foi enviado para o GP Comunicação e Educação, da INTERCOM 2021.

videoclipe, produziram, no primeiro momento, repertórios compartilhados, reconhecimentos e identificações.

Nesse mosaico de temas proposto no videoclipe muitos aspectos foram salientados nas discussões da apresentação do grupo. A apresentação do Rio de Janeiro para o mercado internacional parece ser recorrente na produção artística de Anitta. Muitas de suas músicas como *Will I See You*, *Downtown* e *Vai Malandra* buscam falar de autoestima, brasilidade e valorizar, em certa medida, a cultura nacional. A cantora procura, em diversas parcerias, promover sua carreira e alcançar públicos cada vez mais diversificados. Na música *Girl from Rio* ao misturar *trap* com a bossa nova há claramente uma estratégia de atingir o público internacional e ressignificar um ritmo presente na estética carioca.

Na apresentação da proposta de aula outros aspectos foram considerados como possíveis elementos para leituras críticas. A cantora, ao lidar com o *mainstream* promove impacto dos ritos tocados no *Spotify Brasil*, quando se apresenta como uma diva pop “abrasileirada”. Ela ressalta a periferia e nessa construção imagética no videoclipe percebe-se a utilização de estratégias de marketing, que apostam no empoderamento e na força visual de uma diva suburbana.

A partir desses questionamentos e proposições o videoclipe foi sendo “lido” em suas diversas dimensões. Ao apresentarmos as condições histórias de produção do videoclipe bem como a história da cantora, partimos para a pergunta deflagradora. A pergunta deflagradora se apresentou como dispositivo metodológico que tanto movimentou a análise crítica da mídia como aproximou os conteúdos das mídias às realidades dos alunos.

Pertinente às questões propostas pela música, a pergunta deflagradora versou sobre o potencial de representação da periferia no videoclipe: Quem se identifica e é representado pelo videoclipe? Essa questão apresentada, após a discussão de produção e circulação do videoclipe, proporcionou uma série de questionamentos que dizem respeito ao que estamos denominando apropriações e diferenciações.

Apresentaremos apenas dois exemplos desse potencial. O primeiro aluno ao discutir a importância do lugar periférico e real, nas produções musicais, disse ser importante e fundamental. Para ele isso tudo parecia mais “real” e plausível e o videoclipe proporcionou essa experimentação. A discussão então

girou em relação a potência do reconhecimento na produção. No entanto, outro aluno se sentiu incomodado pela possibilidade dessa representação ser estereotipada e ficar como única forma de identificar a periferia. A discussão tangenciou dois polos importantes, a nosso ver: o lado da representação e outro do estereótipo. O videoclipe propôs um quadro imagético e a partir desse quadro a discussão se instaurou. Duplo processo, o de considerar interessante a representação periférica ao mesmo tempo que reduz a periferia a estereótipo.

Entendemos, neste sentido, que proporcionar leituras críticas de mídia é também possibilitar conhecer e trocar com as mensagens midiáticas, reconhecendo as representações ou quadros imagéticos que são produzidos. A partir desse movimento será possível então ampliar repertórios de leituras e entender em que medida essas mensagens são apropriadas e diferenciadas.

Considerações Finais

Nosso projeto de extensão aliado ao trabalho da pesquisa continua sendo desenvolvido. Todo semestre abrimos 25 vagas para alunos do curso de Jornalismo se inscreverem no laboratório de educação midiática. Com esses alunos, discutimos temáticas que serão transformadas em oficinas de leituras críticas de mídia. Nesse momento (maio e agosto de 2021) estamos elaborando a oficina Música e Entretenimento: análise de vídeos.

No processo de elaboração discutimos os temas, produzimos diários de campo e estudamos conceitos fundamentais. Tudo é feito de forma horizontalizada e coletiva. Aprendemos e ensinamos juntos. Neste artigo trouxemos de forma simples como esta experiência tem sido interessante para pensar as apropriações e diferenciações das mensagens que circulam na mídia analisada. Essas apropriações e diferenciações nos indicam que múltiplas leituras são produzidas quando nos detemos mais analiticamente em fenômenos midiáticos e que entender e interpretar essas mensagens é uma tarefa urgente e necessária, já que ler criticamente é colocar em xeque representações hegemônicas.

REFERÊNCIAS:

ANDRELO, R.; ALMEIDA, L. **A mídia e a representação do corpo:** leitura crítica dos meios de comunicação in *Comunicação, Mídia e Consumo*, São Paulo, v. 12, n. 34, p. 46-66, maio/ago. 2015

BRAGA, José Luiz. **A sociedade enfrenta a mídia** –Dispositivos Sociais de Crítica Midiática. São Paulo: Ed. Paulus, 2006.

BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. **A construção Social da realidade.** Petrópolis: Ed Vozes, 1973

BELLONI, Maria Luiza. **O que é Mídia-Educação** – Polêmicas do Nosso Tempo. Campinas/SP. Ed Autores Associados, 2005.

BOLTER, Jay David e GRUSIN, Richard. **Remediation:** Understanding New Media. Cambridge: MIT Press, 2000.

CARVALHO, José Jorge. **Texto da Conferência proferida no V Salão de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, em Porto Alegre, dia 18 de maio de 2004. <http://dan.unb.br/images/doc/Serie363empdf.pdf>

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. **Circuitos de cultura/circuitos de comunicação:** um protocolo analítico de integração da produção e da recepção *Comunicação, Mídia e Consumo*, São Paulo, vol. 4 n. 11 p. 115 – 135, nov. 2007

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1994.

GOTTLIEB, Liana. Da leitura crítica dos meios de comunicação à educomunicação. **Revista Trama Interdisciplinar**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 97-113, 2010.

GONNET, Jacques. **Educação e Mídias.** São Paulo. Ed. Loyola, 2004.

HALL, STUART, **Da diáspora:** identidades e mediações culturais. Tradução de Adelaide La Guardia Resende et al. Belo Horizonte, MG: UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia:** estudos culturais, identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru: EDUSC, 2001.

MARTIN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações:** comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Página 10 de 16, Editora da UFRJ, 1997.

MARTINS, Maria Helena, **Rumos da Crítica.** São Paulo. Ed SENAC, 2000.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PEREIRA, T. A. C. Os estereótipos e os meios de comunicação. In R. S., org. **Discursos simbólicos da mídia.** São Paulo: Loyola, 2005.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar as mídias.** São Paulo. Ed. Loyola, 1999.

SOARES, Tiago. **A Estética do Videoclipe.** João Pessoa, Editora UFPB, 2013

SOARES, Ismar. Educomunicação e Educação Midiática: vertentes históricas de aproximação entre comunicação e educação. **Comunicação & Educação**, Brasil, v. 19, n. 2, p. 15-26, set.

Projeto CinEdu: Letramento Midiático e Cinematográfico na Extensão⁴⁸

Ana Graciela Mendes Fernandes da Fonseca Voltolini⁴⁹

Jenisson Edy Viana Bartniski⁵⁰

Maria Vitoria Izoton Batista⁵¹

RESUMO: CinEdu é um projeto de extensão de estudantes de comunicação que promove ações e a reflexão acerca do Cinema e Audiovisual na Educação. O projeto elaborou um catálogo com fichas pedagógicas de obras audiovisuais que podem ser utilizadas na escola, tendo como referência a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O catálogo está disponível para utilização de professores para abordar temas presentes na BNCC utilizando o cinema e o audiovisual e contribuir na formação crítica de público. Considerando o segundo aspecto, este artigo de cunho exploratório e bibliográfico, discute o projeto a partir do conceito de letramento midiático e cinematográfico e como aplicá-lo.

PALAVRAS-CHAVE: Cinema; Educação; Letramento Midiático e Cinematográfico.

Introdução

Nos últimos anos cresce a necessidade de discutir o uso dos meios de comunicação, das mídias no processo educativo. A partir desse pensamento nasceu o Projeto de Extensão CinEdu: Cinema, Audiovisual e Educação, vinculado à Faculdade de Comunicação e Artes (FCA), da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), que busca uma reflexão acerca do papel da Comunicação para a Educação, por meio do Cinema e Audiovisual.

⁴⁸Trabalho apresentado originalmente no IJ06 - Interfaces Comunicacionais, da Intercom Júnior – XVI Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Para esta publicação foi realizada uma adequação do texto original.

⁴⁹Orientadora do trabalho. Doutora em Comunicação Social pela UMEESP. Professora dos Cursos de Cinema e Audiovisual e Radialismo da FCA-UFMT, Cuiabá, Brasil, e-mail: fonsecaanagraciela@gmail.com.

⁵⁰Estudante de Graduação do 8º semestre do Curso de Comunicação Social com habilitação em Radialismo da FCA-UFMT, Cuiabá, Brasil, e-mail: jenibartniski@gmail.com.

⁵¹Estudante de Graduação do 2º semestre do Curso de Cinema e Audiovisual da FCA-UFMT, Cuiabá, Brasil, e-mail: mariavitoriaizotonbatista@gmail.com.

Trabalhando o conceito de Educomunicação (SOARES 2000; 2002) com a necessidade que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que teve sua última parte homologada pelo MEC em dezembro de 2018, que traz a incorporação de habilidades do audiovisual na aprendizagem, adotamos a manifestação artística, cultural e midiática que é o Cinema como objeto de interesse do referido projeto e deste artigo.

O cinema tem se mostrado um produto muito importante e relevante no Brasil e, segundo Sá (1967) tem uma língua universal e um poder sobre as massas e os indivíduos. Considerando essa potencialidade e as recomendações da BNCC, o projeto produziu um material instrutivo dirigido aos professores da Educação Básica, um catálogo com 15 fichas pedagógicas que recomendam obras audiovisuais para o ensino⁵².

Este artigo é fruto da equipe de divulgação científica do CinEdu, que acredita que além do ensino e extensão, a pesquisa deve fazer parte das ações do projeto. Além disso, a equipe trabalhou na construção de uma biblioteca com referências bibliográficas norteadoras para as atividades e produtos realizados na extensão. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com obras que abrangem e permitiram discutir a temática do projeto.

O presente artigo é proveniente deste trabalho e aborda o cinema e o audiovisual a partir da perspectiva do letramento midiático e cinematográfico, coadunando com a BNCC e apresenta itens fundamentais relacionados à compreensão da área. As reflexões e o texto apresentado são de cunho exploratório e bibliográfico e tem como base as atividades do projeto de extensão.

Através do letramento midiático, que significa compreender de forma didática e construir competências sobre os aspectos que estão presentes em determinada mídia, aqui o Cinema, abordaremos alguns aspectos, como: gêneros cinematográficos, produção, decupagem e montagem, e análise fílmica.

Letramento Midiático e Cinematográfico

A força da imagem é inquestionável na sociedade. Desde os primórdios, com as pinturas rupestres, o homem busca maneiras de se comunicar e usa a ima-

⁵²O catálogo está disponível em: <https://sites.google.com/view/cinedu-ufmt/p%C3%A1gina-inicial#h.vath0c40a114>.

gem para isso. Com a evolução do homem, da sociedade e a criação de tecnologias, passamos de uma sociedade que produzia suas imagens de maneira manual para uma que utiliza de máquinas para produzir, reproduzir e disseminar imagens. Das inscrições realizadas pelo homem pré-histórico, pinturas, gravuras, artes plásticas, fotografia, cinema, televisão até a cultura digital, a imagem se faz presente em diferentes formas e suportes.

Neste universo das imagens está o cinema. A linguagem cinematográfica deve contar uma história, expressar, transmitir uma experiência ou conhecimento por imagens em movimento. Para isso, a linguagem cinematográfica recorre aos planos (detalhe, médio, geral, por exemplo), sequências e movimentos de câmera (panorâmica, zoom, entre outros). O fundamento da linguagem seria a combinação de planos e sequências que formam os produtos. Juntas, essas escolhas relacionadas à linguagem audiovisual comunicam, atingem os objetivos e propósitos da obra e contam uma história ao público.

Conforme a proposta de letramento midiático de Ochs (2019, p. 4) o primeiro passo é “analisar os textos para entender em que zona de informação se encaixam”. Neste sentido, não é diferente com o cinema, que também é um texto de mídia e precisa ser “lido”, compreendendo as escolhas, os objetivos e intencionalidades da obra e de seus autores. Para Ochs “Textos de mídia podem ser criados para entreter, convencer, provocar, informar ou vender” (2019, p. 4).

Aqui flexibilizamos o conceito de letramento, que vem sendo utilizado para diferentes propósitos: literário, cinematográfico, midiático, digital, etc. Para Soares (2009) o letramento é o resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e de escrita. O termo é a tradução do inglês *literacy*, letrado, letramento é o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo, como consequência da apropriação da leitura e escrita em suas práticas sociais (SOARES, 2009). A autora ressalta que apropriação difere de aprender a ler e escrever, apropriação vai além de codificar e decodificar a língua, apropriar significa tornar a escrita como sua “propriedade”.

Além disso, apoiado em outros autores, Dudeney, Hockly e Pegrum (2016) considerando a proliferação de múltiplas linguagens, defendem a necessidade de letramentos, no plural, para dar conta de um cenário multimodal e multimídia. Trata-se de um conceito plural e que transcende habilidades, letramentos são práticas sociais, assim como defende Soares (2009). Ademais,

com as mídias digitais, os autores reforçam a respeito da necessidade de incrementar o ensino e aprendizagem dos estudantes para essa realidade, indo além do letramento impresso tradicional.

Para o nosso projeto, coadunamos com o conceito de letramento cinematográfico de Carvalho, Andrade e Linhares (2018, p. 3) “[...] o desenvolvimento de habilidades que, além das competências funcionais (técnicas), sejam competências também no sentido cognitivo (conscientes), em acordo, essencialmente, com o espaço social e de necessidade cotidiana do sujeito”. Os autores ressaltam as potencialidades do uso do cinema para a educação, como recurso em sala de aula, porém reconhecem que sozinho, o cinema não pode resolver os problemas de um contexto complexo, como o da educação. A respeito do uso do cinema e da necessidade de letramento:

Portanto, devemos nos atentar à prática de assistir filmes como parte integradora na formação crítica de leitura. Ler e compreender os significados gramaticais de uma produção fílmica se tornam tão importante quanto a compreensão gramatical das obras literárias que fazem parte da grade curricular nas disciplinas escolares do século XXI (DUARTE, 2009). Ignorar esse tipo de necessidade de leitura, é ignorar o mundo das imagens, responsável por preencher boa parte do conteúdo extraescolar dos jovens que frequentam tanto a escola como outros espaços culturais (MACHADO, 2015) (apud CARVALHO, ANDRADE e LINHARES, 2018, p. 4).

Para Carvalho, Andrade e Linhares (2018) incorporar o cinema nas práticas pedagógicas é estar alinhado e caminhar na compreensão da formação do sujeito para o século XXI, assim como preconiza também a Base Nacional Comum Curricular, BNCC (2018). A BNCC é um documento norteador, referência para a criação de currículo, materiais didáticos e avaliações para a Educação Básica, a parte referente a Educação Infantil e Ensino Fundamental foi homologada em 2017 e o Ensino Médio em 2018.

A BNCC recomenda o uso de múltiplas linguagens, entre estas, o cinema, a sétima arte aparece como recurso, material e manifestação artística na área de linguagens. As habilidades a serem desenvolvidas a partir do seu uso são, por exemplo, o posicionamento crítico em relação a textos pertencentes a gêneros como o cinema; identificação do contexto, a finalidade e o assunto

da obra; participação em práticas de compartilhamento de leitura/recepção de obras, entre estas audiovisuais e cinematográficas, e a realização da leitura e efeitos de sentido das obras.

Desta maneira, o projeto de extensão CinEdu: Cinema, Audiovisual e Educação se mostra alinhado a BNCC, ao trabalhar, além da formação de público e estímulo ao consumo de obras cinematográficas, atuar também no letramento midiático e cinematográfico, ou alfabetização cinematográfica como propõe a Unesco. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) traz o conceito de Alfabetização Midiática Informacional (AMI), que abrange os conhecimentos, as habilidades e as atitudes que permitem aos cidadãos, por exemplo:

Compreender o papel e as funções das mídias e de outros provedores de informação nas sociedades democráticas;
Compreender as condições nas quais essas funções possam ser realizadas; localizar e acessar informações relevantes;
Avaliar com senso crítico, em termos de autoridade, credibilidade e finalidade atual, a informação e o conteúdo das mídias e de outros provedores de informação, incluindo aqueles na internet;
Extrair e organizar a informação e o conteúdo midiático;
Sintetizar ou trabalhar com as ideias abstraídas do conteúdo.
(2016, p. 8).

Neste sentido, este artigo compreende um trabalho de organizar informações e aspectos relevantes relacionados ao cinema e audiovisual para contribuir no processo de letramento cinematográfico do público do projeto, professores e alunos da Educação Básica. Para isso, foi realizado um levantamento de cunho exploratório e bibliográfico, a partir de pesquisa e construção de um referencial teórico na área, com o objetivo de introduzir o público-alvo do CinEdu no universo do cinema.

A estrutura do artigo apresenta uma breve compreensão da organização do cinema e subsidia a leitura das obras, fomentando a avaliação, criticidade e formação de público. A seguir o artigo apresenta os seguintes tópicos: gêneros cinematográficos, produção, decupagem e montagem, e análise fílmica. O conhecimento e entendimento desses tópicos por parte do público coaduna com a proposta de desenvolvimento de letramento voltado para o cinema e audiovisual.

Gêneros Cinematográficos

Segundo o Dicionário Houaiss de Comunicação e Multimídia (NEIVA, 2013) nas artes um gênero se refere a categorias de classificação segundo o estilo e técnicas usados. Consiste em estabelecer critérios e condições que conferem identidade a uma obra.

Gêneros cinematográficos são características das produções audiovisuais que servem para catalogar as obras de forma comercial e também para orientar, não só o espectador, mas também quem vai utilizar o filme como instrumento de pesquisa e análise em diversos ambientes, até mesmo em sala de aula.

As produções são divididas entre gênero e subgênero. Em alguns casos, os filmes são incluídos em mais de um gênero, outros acabam não se enquadrando em gênero nenhum. A respeito da classificação, Doc Comparato (2000) pontua ser importante a nível de direcionamento, especialmente para o roteiro, que o profissional saiba exatamente o tipo de obra que irá desenvolver. Entretanto, reforça a ideia de que não se deve ficar preso a classificações, nem aplicá-las de forma estrita.

Os gêneros mais conhecidos são: ação, animação, aventura, comédia, documentário, drama, erótico, fantasia, faroeste, ficção científica, musical, policial, pornográfico, romance, suspense, terror e *trash*. É importante entender sua existência, pois assim é possível ficar atento às convenções de gênero para realizar uma análise apropriada e respeitar as condições delimitadas por cada grupo.

Produção

Para produzir uma obra cinematográfica é necessário um trabalho coletivo, de equipe. Além disso, o trabalho envolve fases, conhecidas como pré-produção, produção e pós-produção. A pré-produção é a fase de criação de um filme, quando as ideias são geradas e o roteiro é escrito. A produção é a fase da realização, quando as gravações acontecem e estas são guiadas pelo roteiro entre outras decisões importantes, como definição do elenco e locações, definidas na fase anterior. Na última fase, a pós-produção, é realizada a etapa da edição, inserção de efeitos e trilha sonora.

No ramo do audiovisual há muitos profissionais envolvidos para que no fim tenha o produto final, um dos motivos de ser conhecida artisticamente como uma área feita em coletivo, pois normalmente para a realização de uma obra cinematográfica as funções se dividem em muitos núcleos que trabalham com equipes muito grandes, sejam nas áreas financeiras de produção ou nas áreas mais artísticas como direção de fotografia, direção de arte e direção. Cada profissional, por menor que seja, é importante para o produto final.

Decupagem e Montagem

A decupagem pode ser uma das funções mais importantes do diretor, é ela que transmite a visão dele sobre a cena, como a câmera vai se posicionar e se movimentar, de modo a proporcionar determinada sensação ou reação no espectador. Ismail Xavier (2019) brevemente a define como a decomposição do filme em planos, em que esses planos correspondem à extensão compreendida entre dois cortes. Nesse sentido, ela também atua como ferramenta técnica para ajudar a equipe cinematográfica a compreender como devem ser filmadas as cenas (AUMONT, 2012).

Desse modo, são seguidas algumas regras da chamada Decupagem Clássica, que formalizam as determinações de movimentos, ângulos e usos da câmera para a filmagem, como exemplo se tem o plano geral onde a câmera ambienta o espaço apresentado mostrando todo o espaço da ação, o plano médio que apresenta o conjunto de elementos envolvidos na cena (figuras humanas ou objetos) e o americano onde os atores são apresentados do joelho para cima. Esses são alguns modos diferentes de posicionar a câmera para filmar e obter determinado resultado. Assim, essas regras podem ser utilizadas para conduzir tanto o espectador com a dinâmica que será mostrada na tela, priorizando ou não alguma evidência e/ou personagem, quanto a equipe técnica para seguir com facilidade as ordens da gravação.

Em sequência, outra parte fundamental da obra cinematográfica é sua Montagem, que de acordo com Marcel Martin (2005) organiza os planos de um filme nos aspectos de ordem e duração, que atende de maneira geral o entendimento dessa etapa do processo de realização de um filme. Desse modo, a montagem consiste na formação de três importantes processos: seleção, agru-

pamento e junção, em que a partir desses elementos se forma a totalidade da obra (AUMONT, 2012).

Essa organização dos planos feita na montagem pode provocar diferentes efeitos no espectador. Um dos primeiros estudiosos a compreender sua importância foi Lev Kuleshov, cineasta russo que com um teste percebeu que na realização de um filme a ordem dos fatores (cenas) altera o produto final (o total do filme). Para exemplificar realizou uma experimentação fílmica utilizando de um plano com um ator de interpretação neutra, interpolado a outras cenas como a de uma mulher atraente, um prato de sopa e uma criança morta⁵³.

Dessa forma, ele percebeu que apesar de a face do ator ser igual durante toda a apresentação, o resultado obtido com a junção deste plano aos outros formavam reações diferentes nos espectadores, que produziam inconscientemente suas impressões a essa justaposição de imagens. Assim, ao ver o rosto do ator e em seguida o prato de sopa, o público assumia que o personagem estaria com fome, e que ao vislumbrar a mulher atraente, sentia desejo.

Conforme o resultado obtido por Kuleshov sobre a importância da montagem na produção fílmica, torna-se necessário compreender sua principal função que é a narrativa. Assim, por ser considerada a função normal, entende-se que a montagem garante o encadeamento dos elementos da ação, segundo essa relação de causalidade ou temporariedade diegética, pois vai tratar de tornar que o “drama” seja melhor percebido pelo espectador (AUMONT, 2012). Entretanto, essa função essencial é normalmente oposta à função expressiva, exprimir a partir do choque de duas imagens, um sentimento ou uma ideia (MARTIN, 2005). Dessa maneira, as discussões acabaram por perceber que além da função narrativa, a montagem também deveria produzir outros efeitos no espectador, além de garantir a dramaticidade.

Portanto, a decupagem e a montagem são partes fundamentais na realização de um filme, tanto por sua importância técnica, para desenvolver obras de qualidade, como também por sua função artística, que atua na formação subjetiva da sétima arte.

⁵³Efeito Kuleshov, disponível em: <https://youtu.be/DwHzKS5NCRc>.

Análise Fílmica

Uma parte fundamental do processo de experienciar uma obra artística é assimilar o que foi sentido ou comunicado e tentar descrever isso em palavras, portanto em primeira instância a análise fílmica é colocada como uma atividade banal podendo ser feita por qualquer espectador, e assim se torna necessário distinguir a análise da crítica. Analisar é o mesmo que decompor o filme em seus elementos constitutivos, despedaçar suas partes e descrever o que foi visto, em seguida com o resultado obtido por essa análise deve ser gerado um significado de interpretação estabelecendo um elo entre os componentes que estavam anteriormente isolados (VANOYE e GOLLOT-LÉTÉ, 1994). Assim, a decomposição diz respeito a elementos da imagem, tais como seus enquadramentos, montagem, estruturas da linguagem cinematográfica, o que acaba por tornar a análise uma forma de explicar o funcionamento de um filme, exercida por meio da separação dos elementos fílmicos e depois por perceber a articulação entre eles.

Em contrapartida, a crítica visa avaliar, atribuindo um juízo de valor sobre determinado filme, que em sua maioria transmite um olhar genérico nas obras, utilizando dos mesmos métodos de avaliação para todas, como uma cartilha que deve ser seguida para julgar um filme assistido (PENAFRIA, 2009).

Nesse sentido, a autora Susan Sontag em seu ensaio *“Against interpretation”* (1987), denuncia as análises — que estão mais para críticas — sobre as obras de arte que seguem um mesmo padrão de interpretação para tudo, que reduzem a potência dessas obras, pois nelas ocorre um detrimento da experiência em função de um discurso hegemônico que visa sempre escavar e descobrir mais sobre o que foi visto. Desse modo, para Sontag a função do analista não é encontrar o maior conteúdo possível, mas reduzir esse conteúdo para se poder ver a coisa em si. Assim, a análise fílmica pode ser feita de maneira mais eficiente contribuindo de forma positiva como uma extensão da experiência cinematográfica e não como um processo isolado de interpretação.

Por fim, cada análise pode instaurar sua própria metodologia, como a proposta do projeto CinEdu, utilizar os filmes em sala de aula para contribuir na aprendizagem dos alunos, é concebível que esse exercício se inicie antes mesmo da exibição da obra. O professor pode sugerir textos de apoio condizentes com o tema proposto para a aula e que podem servir como bagagem

de referência no momento de assistir ao filme. Mesmo que a análise não deva considerar o que está além da tela, o objetivo do professor, tal como desse projeto, é proporcionar a maior compreensão do aluno sobre o recurso utilizado.

Junto a isso, pode-se realizar um debate após a exibição, para que a turma discuta os pontos positivos e negativos da obra, para que depois seja feita uma atividade escrita, em que os alunos estabeleçam um princípio formal, um segmento emblemático na narrativa que faça alusão ou não a uma interpretação socio-histórica da obra. Seja analisando os papéis sociais, as lutas e desafios dos personagens, a hierarquia existente naquele ambiente, de modo a criar um paralelo com a sociedade que os cerca, produzindo conhecimento sobre o que foi proposto.

Toda essa ação, a atividade de assistir filme ou vídeo, deve ser guiada, subsidiada pelo letramento cinematográfico sugerido neste artigo, a partir dos tópicos abordados que abrem caminhos e permitirão a “apropriação” da obra audiovisual.

Considerações Finais

Este artigo buscou evidenciar que os discursos que circulam pelas mídias, por meio dos diversos textos e gêneros midiáticos e multimodais, neste caso filmes e vídeos, podem ser objeto de análise e elemento motivador ao serem utilizados na educação. Contudo, a mera exibição de uma obra audiovisual não implica em melhorias ou ganhos no processo educacional, é preciso avançar e propor também, além do consumo, a reflexão e a leitura crítica dos produtos de mídia.

O artigo se configura como um instrumento, ao apresentar uma estrutura que permite ao público a compreensão de vários aspectos relacionados ao cinema, atuando com base no conceito de letramento cinematográfico. Acreditamos que devemos investir na utilização dos recursos midiáticos, como também propor metodologias e atividades que possibilitem a avaliação, a reflexão, e a noção dos componentes que formam a indústria cinematográfica e audiovisual.

Para além da intencionalidade pedagógica, é preciso apresentar ao público como o cinema funciona, as características e linguagem da sétima arte e o mercado cinematográfico. Para o CinEdu, este é o caminho para a formação

de um público apto a fazer escolhas, tomar decisões e com condições de se apropriar dos textos, discursos e produtos midiáticos, entre estes, o cinema, assim como também preconiza a BNCC.

REFERÊNCIAS:

AUMONT, J. et al. **A estética do filme**, 9ª edição, Campinas, SP: Papyrus, 2012.

BRASIL, MEC, **Base Nacional Comum Curricular - BNCC**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 16 ago. 2019.

CARVALHO, D. B. N de; ANDRADE, L. R. dos S.; LINHARES, R. N. Letramento Cinematográfico na Educação: uma Revisão Integrativa em Países do Mercosul. In: 9º SIMEDUC, Aracaju, 2018. **Anais eletrônicos...** Aracaju, SIMEDUC, 2018. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/simeduc/article/view/9529>. Acesso em: 01 de out. de 2020.

COMPARATO, D. **Da criação ao roteiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. MARTIN, M. **A linguagem cinematográfica**. Lisboa, Portugal: Dinalivro, 2005.

DUDENEY, G.; HOCKLY, N.; PEGRUM, M. **Letramentos digitais**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

NEIVA, E. **Dicionário Houaiss de comunicação e multimídia**. 1ª ed. São Paulo: Publifolha, 2013.

OCHS, M. **MídiaMakers Papers #1: Educação para a informação** – 2. ed., maio 2019.

PENAFRIA, M. Análise de Filmes - conceitos e metodologia(s). In: VI Congresso SOPCOM, Lisboa, 2009. **Anais eletrônicos...** Lisboa, SOPCOM, 2009. Disponível em: <http://www.bocc.uff.br/pag/bocc-penafria-analise.pdf>. Acesso em: 01 de out. de 2020.

SÁ, I. T. **Cinema e educação**. Rio de Janeiro: Agir, 1967.

SOARES, I. Educomunicação: um campo de mediações. **Comunicação & Educação**, n. 19, p. 12-24, 30 dez. 2000.

SOARES, I. **Gestão Comunicativa da Educação: Caminhos da Educomunicação. Comunicação e Educação**, Ano VII, p 16-25, jan./abr. 2002.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SONTAG, S. **Contra a interpretação** - Susan Sontag; tradução de Ana Maria Capovilla. Porto Alegre: L&PM, 1987.

Unesco. **Alfabetização Midiática e Informacional**. Diretrizes para a formulação de políticas e estratégias: Resumo sobre as políticas da AMI. Brasília, 2016. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000246421>. Acesso em: 9 out. 2020.

VANOYE, F.; GOLIOT-LÉTÉ, A. **Ensaio sobre a análise fílmica**. São Paulo: Papyrus, 1994.

XAVIER, I. **O discurso cinematográfico: a opacidade e a transparência**, 10ª edição - Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

O Celular e Seus Contextos de Uso: refletindo sobre a relação de um grupo de jovens estudantes com as tecnologias

Sérgio Luiz Alves da Rocha⁵⁴

Patrícia Oliveira de Freitas⁵⁵

RESUMO: Neste texto, analisamos as falas de estudantes entrevistados em um projeto de pesquisa cujo objetivo foi reconhecer as relações entre os jovens, as tecnologias digitais de informação e comunicação e as práticas escolares. Aplicamos 180 questionários e entrevistamos 12 estudantes de três escolas públicas de ensino médio do Rio de Janeiro. Partiremos das entrevistas para refletir sobre os diferentes aspectos envolvidos nos usos das tecnologias pelos jovens, neste caso específico, o celular, podendo afirmar que tais usos são o resultado de diferentes vetores que se relacionam e constituem um contexto possível a partir do qual tais práticas adquirem seu sentido.

PALAVRAS-CHAVE: Jovens; Escola; Celular; Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação.

Introdução

Nas últimas décadas temos assistido a um conjunto de mudanças nas formas de interação social que passaram a ser cada vez mais mediadas pelas denominadas tecnologias digitais de comunicação e de informação. Uma das inúmeras dimensões destas modificações nas formas de interação é a intensificação daquilo que Giddens denominou de desencaixe, o “deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espço” (GUIDDENS, 1991, p.31). A separação entre o tempo e o espaço torna possível o estabelecimento de relações sociais com outros ausentes, no sentido de fisicamente distantes, impossibilitados, por algum motivo, de uma interação face a face.

⁵⁴Professor de Sociologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), Rio de Janeiro, Brasil, e-mail: sergio.rocha@ifrrj.edu.br.

⁵⁵Professora do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica, Brasil, e-mail: pfreitas@ufrrj.br.

Este tipo de interação, embora mediada pelas redes telemáticas, constitui uma “virtualidade real integrada” (CASTELLS, 2018, p.455). Aqui, estamos distantes das discussões realizadas a partir da popularização do acesso à Internet e de seus usos iniciais que tematizavam a divisão entre o mundo real e o mundo virtual com toda a carga de negatividade que, acompanhando as mudanças nas tecnologias, implicavam um olhar cético sobre o novo. Assim, a vida cotidiana se torna “híbrida” na medida em que esta ideia de dicotomia passa a ser substituída por outra, que concebe as relações entre o mundo real e o mundo virtual como faces de uma mesma moeda, sendo, portanto, indissociáveis. Esta relação pode ser observada em sua complexidade desde que, a partir de 2020, muitas instituições precisaram migrar para um modelo educacional totalmente *online* por conta da Sars-CoV-2⁵⁶, deixando mais explícita tal dependência entre ambos os polos.

Uma importante parcela das atividades desenvolvidas através das e nas redes telemáticas implica na participação em diferentes grupos de comunicação/ interação, seja de indivíduo-a-indivíduo, seja de indivíduo-a-grupos, tais como o *Facebook*, *Instagram*, *Messenger*, e agora com maior potência o *WhatsApp*. As mensagens passam de uma plataforma a outra e, neste processo, os usuários estabelecem diferentes relações com cada uma destas plataformas.

No Brasil, todas estas plataformas/aplicativos contaram com uma ampla adesão dos jovens. Esta participação intensa motivou algumas ideias que tenderam a naturalizar e generalizar as relações dos jovens com as diferentes tecnologias. Uma noção inicial e ainda muito comum seria a pretensa desenvoltura com que os jovens lidariam com as tecnologias. Concepção esta que recebeu chancela de obras analíticas como as de Tapscott (2008) e Prensky (2010). Elas generalizaram a ideia de que os jovens lidam com as tecnologias a partir de um conhecimento

⁵⁶Em dezembro de 2019, a China comunicou à Organização Mundial de Saúde (OMS) a ocorrência de alguns casos de uma grave pneumonia de origem desconhecida em Wuhan, na província de Hubei. Em janeiro de 2020, um novo coronavírus foi identificado, sendo temporariamente nomeado de “2019-nCoV”. Neste mesmo mês ocorreu a primeira morte pela doença bem como foi divulgada a informação de que o vírus poderia ser transmitido entre seres humanos. Ainda em janeiro, o mundo recebia da OMS o alerta sobre o risco de um surto mais amplo, fora do epicentro. Em fevereiro, a OMS passou a utilizar oficialmente o termo Covid-19 para a síndrome respiratória aguda grave causada pelo novo vírus, que também ganhou sua nomenclatura definitiva: Sars-CoV-2. O vírus se espalhou pelo mundo e diversos países organizaram estratégias para conter o avanço no número de mortes incluindo o isolamento social.

e uma desenvoltura que os qualificaria como naturalmente vocacionados a lidar com elas, já que nasceram em um mundo povoado por estes diferentes artefatos tecnológicos⁵⁷.

Tal concepção deu margem a falta de ações propositivas por parte das gerações mais velhas, da própria escola e de seus educadores que se consideravam pouco capazes de lidar com as novas tecnologias e se sentiam intimidados diante da pretensa naturalidade com que crianças e jovens as utilizavam.

Se por um lado, os jovens teriam tal conhecimento quase “natural” para lidar com as novas tecnologias, por outro, o acesso aos conteúdos e os usos dos aplicativos não seria realizado de modo a proporcionar acesso a informações que fossem relevantes. Na maior parte das vezes se considerava que a permanência ou o acesso aos conteúdos digitais seria um gasto de tempo em atividades que não tinham um valor social reconhecido. Estas duas ideias confluíram em uma outra: a de que os jovens passam a maior tempo de seu tempo livre navegando na Internet. Uma noção de senso comum que é muito recorrente⁵⁸ e que se intensificou a partir da generalização do uso dos *smartphones*.

Os modernos smartphones, possibilitam que tenhamos junto de nós, de nosso corpo, uma grande capacidade de processamento e uso de serviços computacionais (computação móvel) e interação com outros dispositivos tecnológicos presentes no ambiente à nossa volta (computação pervasiva) que juntas configuram a computação ubíqua. Nossos aparelhos, celulares, por exemplo, passam a interagir com o ambiente e o ambiente pode interagir com o nosso celular (SANTAELLA, 2013, p. 17). A ubiquidade produz modificações sobre o processo de acesso à informação, potencializando o descentramento do saber. É possível a qualquer hora e a qualquer lugar buscarmos todo e qualquer tipo de informação. Não é um processo programado, sistemático, mas ocorre de modo não ordenado e muitas vezes em meio a outros estímulos sensoriais.

Isso ocorre quando nossos estudantes “dão um *Google*”, quando têm de ler as mensagens de texto no celular no meio da rua, enquanto caminham. Com a

⁵⁷Os jovens vivem como cultura, como algo íntimo, aquilo que as gerações anteriores percebem como tecnologia, algo que lhes parece exterior.

⁵⁸Vale citar a frase dita por uma professora ao explicarmos os objetivos de nossa pesquisa: “Ah, precisa mesmo ensinar a controlar esse uso!”. A suposição aqui é a que Rocha e Freitas (2018) denominam de “navegação selvagem” a partir das proposições de Chartier (1998, p.104) sobre a questão das leituras que não se encaixam nos cânones, denominadas por ele de “leitura selvagens”.

ubiquidade desenvolve-se outra forma de “atenção”, uma atenção mais fugidia e pontual. Cabe discutir de que modo conectar estas práticas com aquelas exigidas pela construção do saber, até hoje associadas e uma temporalidade mais lenta e a uma maior concentração.

De acordo com a Pesquisa TIC Educação, do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC.br), o celular é o aparelho mais utilizado para acessar a Internet, sendo usado por 97% da amostra, contra 50% da televisão, 47% dos computadores portáteis e 45% dos computadores de mesa (CETIC.BR, 2018). Embora tais dados sejam muito importantes, há uma necessidade de realizarmos estudos para avaliar de que forma os jovens estão se apropriando de tais tecnologias, pesquisas de cunho qualitativo que possam descrever melhor a dimensão efetiva das práticas, dos usos.

Nos últimos anos temos nos dedicado analisar e apresentar os dados de um projeto de pesquisa realizado com jovens de três escolas de ensino médio público do Rio de Janeiro. Duas escolas da rede federal de ensino (que serão representadas no texto por E1, E2) e uma escola da rede estadual de ensino (que será representada por E3). Esta pesquisa se iniciou no ano de 2016 e foi concluída em 2018.

Durante o tempo de seu desenvolvimento a pesquisa dividiu-se em dois momentos. O primeiro com a aplicação de um questionário a 60 alunos de cada uma das escolas envolvidas na pesquisa, totalizando 180 jovens. Na segunda etapa, realizamos entrevistas com 12 jovens de cada uma das três escolas.

Na primeira fase da pesquisa foi possível refletir sobre a onipresença do celular na vida dos jovens. Mesmo nesta etapa mais quantitativa, ao circular pelos espaços das três escolas observamos os jovens realizando um conjunto de atividades cuja promoção não pressupunham o uso do celular e que serão descritos mais adiante.

Ao mesmo tempo, a análise dos dados revelou o perfil de um jovem que mais consome do que produz conteúdos, mesmo levando em consideração que duas destas escolas ocupam uma importante posição no mercado de bens simbólicos educacionais. Poucos são os jovens que possuíam algum canal autoral de produção de conteúdo, assim como foi reduzido o número de jovens que já haviam criado um meme. Até mesmo os dados relativos à frequência de acesso às diferentes redes sociais e plataformas mostrou números bem modestos, com poucos jovens correspondendo a representação de senso comum de um jovem conectado em tempo integral.

Para aprofundar as análises dos dados e informações obtidos durante a primeira fase da pesquisa, elaboramos um roteiro de entrevista estruturado que se baseava em algumas questões presentes no próprio questionário, aplicado nesta etapa, e, também, na incorporação de novas questões que haviam se originado da análise das respostas obtidas no instrumento anteriormente utilizado. Assim, na segunda fase, as entrevistas nos apresentaram um conjunto de reflexões bastante interessantes e diversificadas, tendo como fundamento a relação dos jovens com as tecnologias.

No presente texto apresentamos algumas reflexões sobre as falas dos jovens contidas neste conjunto de entrevistas, com especial atenção ao contexto de uso dos aparelhos celulares, ou *smartphones*. A partir das análises é possível adensar a reflexão sobre as possibilidades de uso do celular pelos jovens, ultrapassando a ideia naturalizada de que eles estão todo o tempo na rede. Para além dos diferentes usos e possibilidades as vezes deixamos de refletir sobre o contexto de acesso ao mundo digital, que se efetiva na relação com um conjunto de fatores que confere a ele as suas possibilidades e seus diferentes sentidos.

Contexto de uso: entre a expectativa e a realidade

Como ocorre no dia a dia, o acesso pelos jovens de diferentes conteúdos a partir de seus *smartphones*? Quais são os fatores que se conjugam a este acesso, conferindo-lhe sentido, estabelecendo limites e possibilidades? A naturalização da relação dos jovens com as tecnologias, em nosso caso específico o celular e os programas/aplicativos que podem ser acessados a partir deles, nos impedem de construir um olhar mais qualificado sobre de que modo esta relação ocorre e quais são alguns dos fatores que participam deste processo.

Os mais óbvios fatores, neste sentido, seriam aqueles que denominaríamos de materiais. De acordo com PNAD 2019, 94% dos domicílios brasileiros possuem celular, sendo este quantitativo mais baixo nas regiões Norte e de Nordeste, com índices próximos de 90%. Além deste fator, da posse ou não de celulares, nos deparamos com relatos de jovens que, por algum motivo, são privados de seu aparelho (roubo, defeito, etc), o que se tornou mais evidente durante a pandemia, quando alguns estudantes não conseguiram participar das atividades por falta de aparelho e/ou ausência de recursos para custear planos de acesso.

Em nossas conversas com os estudantes na pesquisa, outro fator relacionado a este aspecto material foi o modelo de celular, sua configuração em termos de memória e de capacidade de armazenamento. Vejamos as falas abaixo de alunos e alunas do da E1 e da E2.

“[...] o meu celular só cabe o *WhatsApp*, infelizmente ele não é muito bom” (Aluna da E2, 16 anos de idade, segunda série)

“É, eu não tenho conta no *Twitter*, mas *Instagram* eu tenho, só que não estou usando no momento. *Facebook*, eu excluí do celular. Foi aquela velha questão da memória”. (...). (Aluna da E2, 16 anos de idade, segunda série).

“Eu utilizo o modo pré-pago, então eu fico à mercê de colocar recarga no celular. Toda semana eu coloco 10 reais e aí eu tenho 2 gigas por semana. Quando está perto de acabar, ele me manda uma notificação falando que tem 80 % do pacote e tal. Eu fico meio que à mercê de ficar me policiando para usar para coisas que eu realmente necessito”. (Aluna da E1, 18 anos de idade, quarto período).

“O que eu faço, em geral, é nos intervalos usar o *Wi-Fi* da própria (nome de uma instituição privada próxima à escola) e ver rapidamente as mensagens que eu tenho. Mas quando eu vou a algum restaurante, estabelecimento, alguma loja, eu geralmente tendo a pedir a senha do *Wi-Fi*”. (Aluno da E1, 18 anos de idade, quarto período).

Esse conjunto de falas nos apresenta algumas das dimensões, que aqui estamos denominando de limites materiais, dentre os muitos que constituem um determinado contexto de acesso à cultura digital.

O modelo de celular influencia diretamente as possibilidades de uso realizadas pelos alunos, principalmente no que diz respeito à capacidade de processamento – evitando aplicativos muito pesados, tais como jogos por exemplo – e da memória disponível – que limita a quantidade de aplicativos e dados que podem ser armazenados nos aparelhos. Neste caso, uma das possibilidades é a de desinstalar determinados programas, que não sejam utilizados com muita frequência, reinstalando-os sempre que necessário, uma tática nos termos de Certeau (2004).

Outra dimensão deste contexto material relaciona-se ao tipo de acesso, ao plano de dados. Alguns alunos possuem planos pós-pagos e manifestam muito

pouca preocupação com a falta de acesso. Outros possuem os planos pré-pagos e se veem constantemente envolvidos na situação de seus planos não serem suficientes para o seu tipo de acesso. E encontramos também, embora em pequena quantidade, alunos que sequer tinham qualquer tipo de plano, contando exclusivamente com acesso de redes *wi-fi* em casa, na escola ou em locais por onde circulassem.

Esta estratégia de usar a rede das escolas, da bares, de vizinhos é também comum entre os alunos que possuem planos pré-pagos. Alguns devem controlar-se, como afirmou uma aluna nas falas anteriores, outros procuram acessar apenas programas que consumam poucos dados quando estão fora de qualquer possibilidade de usar outra rede auxiliar, e outros que não tem acesso buscam mesmo as redes em outros espaços.

Sem querer cair aqui em uma análise materialista de cunho simplista, devemos reconhecer que o tipo de acesso e a interação com o mundo digital ocorre na intersecção destes fatores, considerando as diferentes formas de acesso e negando uma pretensa homogeneidade no acesso ao mundo digital por parte dos “jovens”, entendidos como categoria geral e abstrata, sem levar em consideração as diferentes variáveis que aqui denominamos de materiais que, de algum modo, reconfiguram as formas de acesso.

Outro aspecto presente nas falas dos estudantes, e neste caso bastante preocupante, é aquele que se relaciona com a violência urbana da qual nossos jovens são testemunhas e/ou vítimas. Encontramos durante a realização da pesquisa relatos de casos de assaltos a alunos nas imediações das três escolas.

“Semana passada uma aluna foi assaltada alí em frente do trailer e levaram o celular”. (Aluno da E3, 17 anos de idade, segunda série).

“[...] até porque o risco de violência, também. Eu não utilizo aparelhos eletrônicos em movimentação urbana, andando, eu evito ao máximo”. (Aluna da E1, 17 anos de idade, quarto período).

Em muitos momentos os alunos devem esconder seu celular para evitar o risco de serem assaltados. Uns poucos alunos narram que possuem o que denominam de celular *fake* para que, em caso de assalto, cedam ao assaltante. Assim, em alguns momentos, ao transitar pela cidade, os jovens devem estar atentos ao

seu entorno, decidindo quando é possível ou não utilizar o seu aparelho, sendo em alguns momentos obrigados a limitar este uso e, logo, o acesso as redes.

A falas dos jovens das escolas E1 e E2 trouxeram outro elemento importante: a intensidade da rotina escolar – o que não aconteceu com a escola E3. As exigências relativas à escola e seus afazeres também são um elemento a partir do qual se constituem as práticas de acesso ao mundo digital⁵⁹.

“A rotina é maçante, a rotina é pesada e, praticamente, das 10 horas que a gente passa dentro do colégio a maior parte é em aula, dentro de sala. Dentro de sala não pode usar celular, então acaba que a gente não usa. Eu não uso porque eu não tenho dado eu não tenho nada, provavelmente eu usaria se tivesse, mas acaba que o tempo que a gente tem a gente quer, sei lá, ficar sem fazer nada, ou então vai fazer outra coisa, trabalho, estágio”. (Aluno da E2, 18 anos de idade, terceira série).

“Eu uso bastante o *WhatsApp*, na verdade, só quando eu não estou na escola porque tirando as dez horas do dia que eu fico na escola, as catorze contando com o trânsito. Em casa, à noite, eu uso bastante e no final de semana que aí eu uso *WhatsApp*, *Twitter* [...]”. Principalmente esses dois. (Aluna da E2, 17 anos de idade, terceira série).

A vivência no ambiente escolar com uma carga horária elevada, grande parte dela vivida em sala de aula, impõe outro contexto ao acesso ao celular (existe inclusive uma lei ainda em vigor no Estado do Rio de Janeiro que proíbe o seu uso). Os alunos podem até de maneira sub-reptícia acessar algum conteúdo digital – seja por pedido dos professores, o que de acordo com as falas não é comum, ou escondidos para acessar algum jogo, as redes sociais, “colar” ou mesmo tirar dúvidas relativas aos conteúdos ensinados, como por exemplo, a grafia de uma palavra – mas estes usos ocorrem de maneira muito restrita.

Sabemos o quanto estas questões relativas ao uso do celular e outras tecnologias digitais na escola foram objeto de crítica antes da pandemia. Entretanto, acentuamos que tais práticas meramente repressivas acabam por impedir a escola de atuar como elemento mediador destes usos.

⁵⁹Em pelo menos duas falas de alunos da E3 encontramos referências a excessiva falta de professores ou a um ensino “[...] que é totalmente fraco, sem suporte nenhum para fazer uma prova de fora. Se não estudar por fora não consegue.” Aluno da E3, segunda série, 16 anos de idade.

Os próprios alunos percebem as disjunções entre o ensino proposto pela escola em um mundo no qual as tecnologias avançam rapidamente, modificando nossa relação com os saberes. Alguns usos muito simples dos celulares, por exemplo, poderiam tornar o tempo escolar muito mais efetivo e produtivo como observamos na fala abaixo, do aluno da E3, que embora seja longa merece ser citada na íntegra:

“Algumas vezes eu me sinto com muita raiva de chegar na escola e não passar praticamente nada. Um conteúdo que talvez o professor digitaria em dois minutos e mandava para a gente. A gente tem de vir. Eu demoro as vezes 40 minutos para chegar até a escola. Tenho que acordar às vezes as cinco e meia; perco hora de sono. Se vocês forem usar como fonte, vocês já devem ter visto algumas pesquisas falando desta importância do sono. Ai depois tenho 40 minutos para ir para casa. Quando eu fico aqui são horas assim vagas, vocês tão reparando? Desnecessário. As vezes o professor não passa absolutamente nada. Absolutamente nada. Ou quando passa só umas duas ou três perguntinhas para explicar uma coisa que talvez se ele mandasse um link só de um vídeo, uma imagem daria para entender. [...] E umas coisas que me dá muita agonia. Talvez era só digitar só aí para gente. Nem precisava. A escola só foi feita para que? Porque o aluno ele precisava buscar o conhecimento e o professor precisava passar de forma ampla. Então tudo mundo tinha de se reunir num local. Se tivesse celular certamente a escola não seria assim na época. Hoje em dia possibilita esta comunicação. Alguém pode me ensinar e eu nem preciso nem conhecer a pessoa pessoalmente. Pode me avaliar talvez o lugar [...] a China, o Japão, os países mais distantes do Brasil. Pode me avaliar, pode me passar um conteúdo. Para que esta necessidade de me deslocar tanto, perdendo tantas horas para aprender em um tempo de aula umas coisas (que) talvez ele passaria em dois minutos. Umas coisas assim que deixa a gente assim, pelo me deixa encabulado um pouco estressado”. (Aluno da E3, 17 anos de idade, segunda série).

É pouco provável que este estudante de ensino médio da escola pública tenha entrado em contato algum dia com os escritos de Martín-Barbero. Por esta razão mesma a sua fala é ainda mais significativa. Ele percebe que as mudanças nos processos de comunicação que hoje ele vivência exigem uma escola diferente. No celular ele pode armazenar e acessar aquilo que antes somente o livro disponibilizava. Como nos diz Martín-Barbero, os indivíduos convivem com uma multiplicidade de “(...) textos, relatos e escrituras (orais, textuais, visuais, musicais, audiovisuais, telemáticos (...))” (MARTÍN-BARBERO, 2004, p.58) que reorganizam as leituras e as escritas.

Este movimento de “descentramento” retira o saber de seus lugares sagrados, os livros e a escola, questiona suas figuras de poder, os professores, e embaralha as antigas distinções entre o que é ou não digno de ser aprendido. Assistimos, segundo o autor, a uma mudança no eixo letrado da cultura ocidental que desloca o livro, o impresso, como ordenador dos saberes, centralidade imposta não só à escrita e à leitura, mas ao modelo inteiro de aprendizagem através da linearidade e sequencialidade implicadas no movimento de esquerda para a direita, de cima para baixo que aquelas estabelecem (2014, p. 126).

A escola está diante de um ecossistema comunicativo que, deslocando o privilégio do livro como eixo tecno-pedagógico, constitui o entorno educacional difuso e descentrado, como uma marca da atualidade. O saber, antes restrito espacialmente e limitado a determinados suportes e figuras sociais, escapa de ambos. Escola, livro, professores; todos são deslocados e desafiados por este novo contexto (MARTÍN-BARBERO, 2004, p.59). Ao que tudo indica um conjunto de “saberes-sem-lugar-próprio” e um “tipo de aprendizagem contínua” tem pressionada cada vez mais as antigas dicotomias (MARTÍN-BARBERO, 2014, p.127).

Se a escola institui temporalidades e espaços a partir dos quais se efetiva o acesso ao mundo digital, a outra instituição paradigmática, a família, também não deixa de fornecer um contexto para estas interações. Podemos dizer que a família desempenha tal papel pelo menos a partir de dois tipos de lógica, uma direta e outra indireta.

De modo direto algumas famílias buscam regrar o tempo que seus filhos usam para acessar os conteúdos do mundo digital. As alunas da E2, por exemplo, ao falar sobre o uso de aparelhos eletrônicos durante a madrugada dizem que:

“Ah, não, meu pai não deixa. Quando eu fazia isso, aí ele começou. Agora é só celular no andar de baixo, aí em cima, no quarto, a gente não usa nada. [...] mas assim, quando, é que a gente fica todo mundo lá embaixo, aí quando todo mundo já tomou banho, tudo, todo mundo vai dormir. Entendeu?” (Aluno da E2, 16 anos de idade, segunda série).

“Assim, no caso dela, os pais dela tem essa interferência de não mexer no celular e tal, durante o período da noite, no meu caso minha mãe que é mais assim, só se passar do tempo, por exemplo: é, 22 h tem que tá todo mundo dormindo, dependendo do dia também, se eu tiver terminando meus trabalhos, ela fica em cima “[...] já está na hora de parar, vai dormir”, ou se eu não tiver tomado banho

ou jantado, aí é “vai jantar”, aí ela fica em cima pra gente não ficar nessa questão, “áh, já deu meia noite, uma hora da manhã e eu ainda estou no celular [...]”. (Aluno da E2, 16 anos de idade, segunda série).

As interações familiares e o aprendizado que nelas se constituem também atuam de modo a reconfigurar as formas de uso. Por exemplo:

“E na questão do respeito às pessoas mais velhas também. Porque geralmente elas não gostam quando você está com elas e mexendo o celular o tempo inteiro. Então, por exemplo, quando eu estou com meu avô eu evito o máximo ficar no celular, porque ele sempre vai querer a atenção voltada para ele, não para uma tela”. (Aluna da E1, 18 anos de idade, quarto período)

Há várias falas nas quais os jovens fazem referência e uma determinada etiqueta de uso do celular nas interações sociais. Eles recorrentemente citam o contexto familiar de interação onde não seria correto estar falando com as pessoas e ao mesmo tempo estar mexendo no celular.

Mas encontramos um outro modo através do qual a família fornece o contexto de uso. Neste caso, o que está em jogo é a escolha de determinadas redes sociais para fazer postagem de texto ou de imagens. Assim, ao falar de sua participação nas redes sociais e de suas preferências por usar seja o Instagram ou o Twitter e não o Facebook, podemos ler que os motivos estão relacionados a maior presença de familiares nesta última plataforma.

“Família, tipo é um pouco mais distante da família. Porque geralmente eu, é [...] a distância é mais repressora perto de você, tá ligado? As coisas que você vai postar, ou vai falar sobre. E o *Twitter* é uma, sei lá, querendo ou não é uma rede social que tem muito mais jovens ativos do que adultos. Quase não tem adulto, assim, bem mais velhos, de trinta e poucos para cima usando. Acho que é isso”. (Aluna da E2, 17 anos de idade, terceira série).

“É, família [...] Até porque, tipo, ah sei lá, enfim, *whatever*, família, e [...] sei lá, acho que ficou uma rede muito de briga, assim sabe? Principalmente questão política, eu sempre fui muito politizada e eu postava coisas de política e vinha gente discutindo. E você se desgasta com isso sabe? Você fica bravo, e acaba com seu dia porque alguém discordou de você e você teve que... tipo, a pessoa feriu você, sabe?” (Aluno da E2, 18 anos de idade, terceira série).

“Porque eu acho que o *Twitter* é uma rede social muito jovem, então muitas pessoas estão passando pela mesma coisa que você, tanto pessoas que você não

conhece como pessoas que você conhece. Então, geralmente, sempre que eu faço um desabafo sobre a escola, geralmente sempre tem um favorito, um reuite, um comentário, alguma coisa desse tipo “caramba, eu também passo por isso”. Então você fica mais confortável de falar”. (Aluna da E1, 17 anos de idade, quarto período).

Ao que parece, em alguns dos casos, está em jogo um conflito entre os valores familiares e aqueles que a escola pública, laica, acaba por possibilitar aos alunos. Em Particular nas escolas E1 e E2 que operam em um modelo muito próximo ao modelo universitário. São escolas com grande grau de heterogeneidade, o que foi percebido quando da aplicação dos questionários da pesquisa. Isto porque são escolas que no mercado de bens simbólicos aparecem como “escolas de qualidade”, com “ensino forte”. Assim, são polos de atração de jovens de diferentes bairros do município e mesmo de outros municípios.

Assim, para evitar que a família possa conhecer áreas, conteúdo e facetas que eles desejam manter em segredo, compartilhando apenas com os amigos, os jovens preferem usar ou o *Instagram* ou o *Twitter*, que de maneira geral são plataformas que não contam com a presença dos familiares⁶⁰.

Como as entrevistas foram realizadas em 2017, em um contexto de elevada polarização política no país, o Facebook como uma plataforma com características mais relacionadas ao modelo de broadcasting, tornou-se um espaço de discussões entre amigos e familiares com diferentes posições políticas. Como consequência muitos jovens passaram a evitar esta plataforma e se refugiar em espaços nos quais se sentissem mais acolhidos, evitando as discussões mais acirradas.

“É como se você tivesse preso dentro de uma bolha, sabe, uma bolha social. Só que tipo, eu não vejo isso necessariamente como algo negativo. Eu acho que muitas vezes você se juntar de pessoas que te entendem, que gostam das coisas, que compartilham dos diversos elementos que você tem, que você gosta, é uma forma até mesmo de segurança, sabe? De você se sentir parte, de você criar um senso de pertencimento a um grupo”. (Aluno da E1, 18 anos de idade, quarto período).

⁶⁰Mesmo no caso do Instagram, muitos jovens optam por ter dois perfis. Um perfil, digamos oficial, e um perfil “*Dix*”. Neste último, os jovens só aceitam pessoas de seu círculo de relações em que tenham um elevado grau de confiança e que manterão as postagens em total anonimato.

Todas estas questões acabam por definir não apenas entre as diferentes plataformas a serem usadas, mas, também, de que forma cada uma delas será usada. No caso do *Facebook* alguns redefinem seu grupo de amigos, criando a bolha da qual fala um dos estudantes. Outros operam uma divisão entre os conteúdos de forma tal que o *Facebook* funciona como uma mídia *broadcasting*, usada fundamentalmente para receber informações e o *Instagram* e o *Twitter* passam a ser as redes sociais de efetiva participação. Outros radicalizam e não participam do *Facebook*.

Por fim, citaremos um aspecto que talvez seja aquele em que mais opera a naturalização da relação dos jovens com as novas tecnologias de comunicação e de informação: aquele que se refere a desenvoltura que os jovens possuiriam para operar as diferentes dimensões das novas tecnologias.

“É claro que, como a gente trabalha com tecnologia, de vez em quando a gente fica à mercê de certos *bugs*, que a gente não sabe como resolver muito bem”. (Aluna da E1, 17 anos de idade, quarto período).

“[...] nem sei usar o *Google Drive*” (Aluno do da E3, 17 anos de idade, segunda série, 17 anos).

A ideia corrente de um jovem que lida com total e ampla desenvoltura com as novas tecnologias digitais de informação e de comunicação, fundada na premissa de que são nativos digitais precisa ser tensionada. Temos de qualificar os usos que estes jovens, inseridos em contextos sociais distintos, sujeitos a uma série de injunções também diferenciadas, fazem das novas tecnologias. Não é possível apenas supor que estes alunos possuem esta expertise tão decantada, que faz com que os adultos se vejam como incapazes de discutir e mediar esta relação, incluindo aí aqueles, e de modo mais preocupante, os responsáveis pelas instituições escolares.

Como muito bem afirma Castro:

A ideia de que o *screenager* pode navegar intuitivamente e destrinchar os meandros da cultura digital não se comprova empiricamente. Saber usar indica apenas um domínio instrumental das tecnologias como ferramentas de trabalho ou lazer. A desenvoltura do jovem *screenager* para avaliar e processar informações transformando-as em conhecimento relevante, bem como sua competência para produzir conteúdo e participar ativamente de fóruns pertinentes *online* resultam do aprendizado contínuo que deve ser guiado e estimulado por uma educação de qualidade que interaja criticamente com este novo cenário digital (CASTRO, 2012, p.73).

As falas sobre a incapacidade de resolver algum “*bug*”, sobre o desconhecimento de um programa que nos parece tão usual como o *Google Drive*, juntamente com dados sobre a autoria de conteúdo digital pelos jovens, coletados na primeira etapa da pesquisa, nos indicam esta necessidade de uma reflexão mais cuidadosa sobre as diferentes possibilidades de uso das tecnologias por parte dos distintos jovens.

Considerações Finais

Concluindo nossas reflexões repetiremos uma ideia fundamental que guiou toda a execução do presente texto: temos muito ainda que pesquisar sobre as relações entre os jovens, as tecnologias, e a escola. Ainda estamos imersos em um contexto moralizante quando se trata de falar sobre esta relação. Um posicionamento que em nada nos auxilia na compreensão dos diferentes e múltiplos aspectos que se relacionam e estes usos e que, portanto, não tem contribuído para avançarmos em um debate sobre de que modo efetivar as potências que as novas formas de comunicação trazem e, também, os problemas derivados de seu uso não qualificado.

No presente texto, apresentamos e analisamos um conjunto de vetores que atuam de modo a tensionar os usos que os jovens fazem dos meios de comunicação e informação. Tentamos

discutir e criticar a ideia de que a relação dos jovens com as tecnologias ocorre em uma espécie de vazio social, temporal e geográfico. Diferentes aspectos aqui foram elencados para demonstrar de que modo estes usos são constituídos na confluência de diferentes fatores.

Neste sentido, há muito a ser feito, em particular, no novo contexto que se apresentou de modo radical a partir da Sars-CoV-2. As mudanças que implicaram na absoluta mediação das tecnologias no acesso às atividades escolares apresentaram outras questões relativas a estes usos, para estudantes e professores. Conhecer esta dimensão dos usos e sentidos é fundamental para que possamos de fato operar aquela educação de qualidade de quem nos fala Castro na citação acima, pois não há educação que se efetive sem o conhecimento daquilo que define aqueles que participam do processo.

REFERÊNCIAS:

- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 19ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra. 2018.
- CASTRO, G.G.S. **Screenagers**: entretenimento, comunicação e consumo na cultura digital. In: BARBOSA, L. Juventudes e gerações no Brasil Contemporâneo. Porto Alegre: Sulina. 2012.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: 1 – as artes de fazer. 10. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. 2004.
- CETIC.BR. **Pesquisa TIC Educação 2018**. Disponível em http://data.cetic.br/cetic/dados?idPesquisa=TIC_EDU. Acesso em 01 de dez de 2019.
- CHARTIER, R. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- GUIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP. 1991.
- MARTIN-BARBERO, J. (2004). **Os exercícios do ver**: hegemonia audiovisual e ficção televisiva. São Paulo: SENAC São Paulo.
- _____. **A comunicação na educação**. São Paulo: Contexto. 2014.
- PRENSKY, M.. **Teaching digital natives**: partnering for real learning. Londres: Sage, 2010.
- ROCHA, S.L.A. e FREITAS, P.O. Uma reflexão sobre as relações entre os jovens, a escola e os usos das tecnologias. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom**, 41, 2018, Joinville. Anais... São Paulo: Intercom.
- SANTAELLA, L. **Comunicação ubíqua**: repercussões na cultura e na educação. São Paulo: Papyrus. 2013.
- TAPSCOTT, D.. **Growing up digital**: how the net generation is changing the world. New York: McGraw-Hill, 2008.



INSTITUTO FEDERAL
Sul de Minas Gerais



LUME